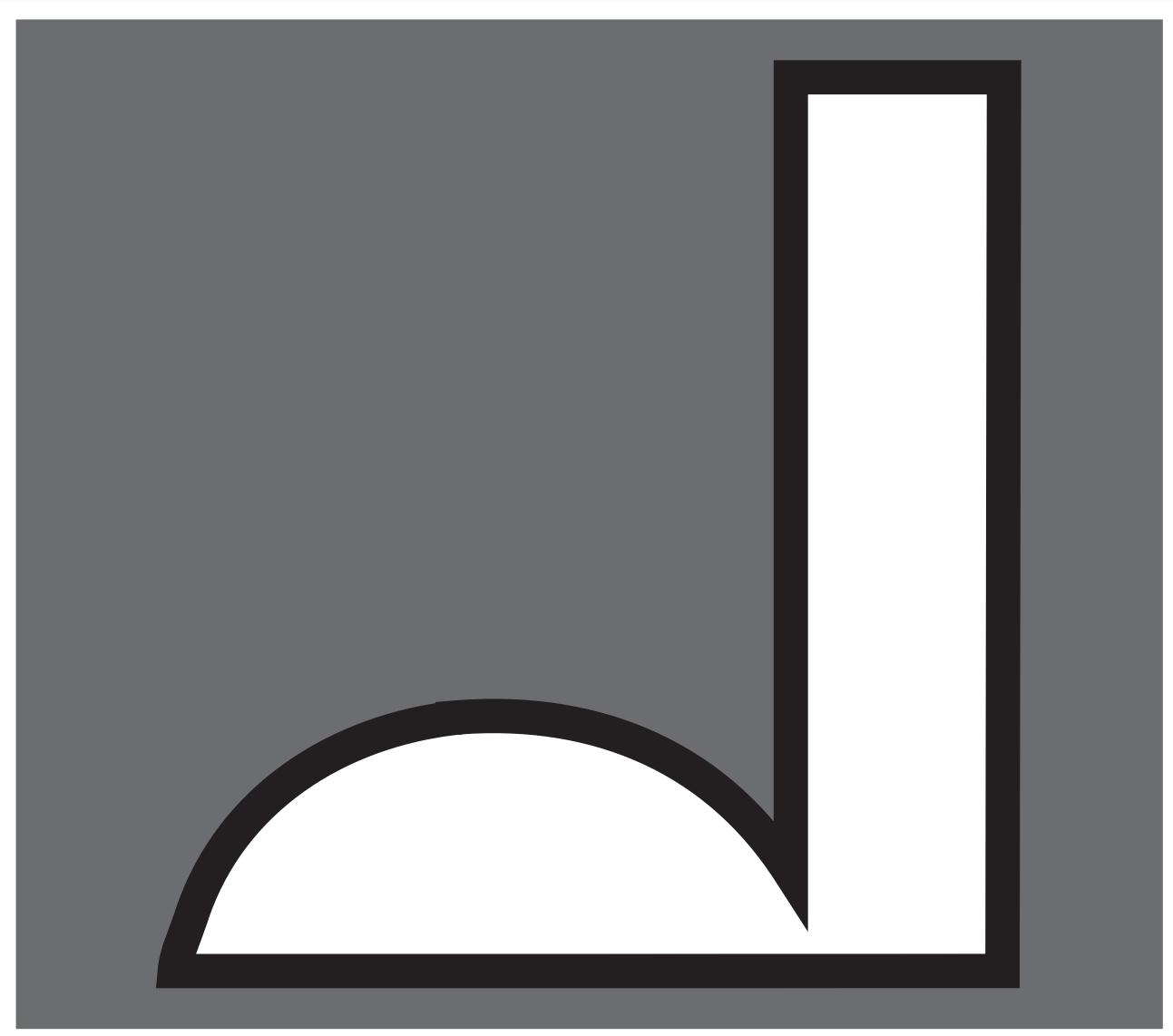




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 140 - TERÇA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Sihessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT	Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

LEI Nº 11.169, DE 2 DE SETEMBRO DE 2005

Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados.

Faço saber que o Congresso Nacional rejeitou o veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (PL nº 4.712, de 2005, na Câmara dos Deputados), e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 7º do art. 66 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, a remuneração dos servidores públicos da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. Ficam revogados, no âmbito da Câmara dos Deputados, os efeitos do Ato Conjunto nº 1, de 2004, das Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2005. – 184º da Independência e 117º da República. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

LEI Nº 11.170, DE 2 DE SETEMBRO DE 2005

Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional rejeitou o veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (PL nº 4.845, de 2005, na Câmara dos Deputados), e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do § 7º do art. 66 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º É alterada em 15% (quinze por cento), a partir de 1º de novembro de 2004, a remuneração dos servidores públicos do Senado Federal e dos seus Órgãos Supervisionados.

Parágrafo único. São declarados insubstinentes, no âmbito do Senado Federal e dos seus Órgãos Supervisionados, os efeitos do Ato Conjunto nº 1, de 2004, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de setembro de 2005. – 184º da Independência e 117º da República. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 152ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE SETEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 - Avisos da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Nº 934, de 2005, de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845/05, na Câmara dos Deputados), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal, promulgado e transformado na Lei nº 11.170, de 2 de setembro de 2005, e publicado no Diário Oficial da União de hoje, dia 5.....

30127

Nº 935, de 2005, de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2005 (nº 4.712/04, na Casa de origem), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados, promulgado e transformado na Lei nº 11.169, de 2 de setembro de 2005, e publicado no Diário Oficial da União de hoje, dia 5.....

30127

1.2.2 – Comunicação

Do Senador João Ribeiro, de 3 do corrente, comunicando a sua reassunção ao mandato senatorial, a partir daquela data, em virtude do término de licença concedida.....

30127

1.2.3 - Ofícios

Nº 310/2005, de 5 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....

30127

Nº 311/2005, de 5 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro nas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Educação; e Serviços de Infra-Estrutura.....

30127

Nº 312/2005, de 5 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 'Mensalão'.....

30128

Nº 313/2005, de 5 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....

30128

1.2.4 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 6.557/2005, de 1º do corrente, informando a remessa ao Relator daquele Órgão, Ministro Ubiratan Aguiar, do Requerimento nº 923, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que solicita a realização de auditoria na Controladoria-Geral da União, no período de maio de 2002 até a presente data (TC-015.390/2005-1).....

30128

Nº 36, de 2005-CN (nº 6.536-GP/TCU, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º trimestre do exercício de 2005.....

30128

1.2.5 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 35, de 2005-CN (nº 58/BCB-Presi, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao 1º semestre de 2005, conforme determina o art. 108 da Lei 10.934, de 11.08.2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005).....

30128

1.2.6 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 420/2005, de 2 do corrente, comunicando a aprovação, naquela Casa, do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2003 (nº 4.838/2005, na Câmara dos Deputados), que altera os arts. 53 e 67 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, e que foi, nesta data, enviado à sanção.....

30129

1.2.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre as taxas máxima e mínima de inscrição em concursos públicos.....

30129

Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2005, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho

1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cobertura, pelos planos de saúde, dos exames para diagnóstico de anormalidades no metabolismo do recém-nascido.....

30129

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 980, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira de Futebol pela classificação para a disputa da Copa do Mundo de 2006, em Berlim.....

30131

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220/2000, na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental).....

30131

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.....

30131

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descriptiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).....

30131

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.....

30131

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará; e.....

30131

Término do prazo, na última sexta-feira, sem apresentação de emendas, ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.....

30131

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Anúncio da realização da VI Conferência Ministerial da OMC, em Hong Kong, em novembro próximo e o anseio de que o referido encontro corrija assimetrias no comércio internacional.....

30131

SENADORA IDELI SALVATTI – Destaque para o bom desempenho da economia apesar da crise política.....

30134

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Alerta para as tragédias ambientais no mundo. A necessidade de investimento em meio ambiente.....

30136

SENADOR ALVARO DIAS – Comentário sobre protestos contra a classe política exercida ontem pela torcida brasileira, durante jogo entre Brasil e Chile.....

30140

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Associação ao protesto do deputado Humberto Michiles, contrário à vedação de recursos orçamentários para a conclusão do chamado Linhão, que deveria interligar a Hidrelétrica de Tucuruí ao Amazonas.....

30142

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Aplauso à organização e estrutura da Confederação Brasileira de Futebol. Cumprimentos a Brasília e à Seleção Brasileira de Futebol pela vitória ontem contra a Seleção Chilena. Nota lida em solenidade realizada na data de hoje, na sede do jornal **Correio Braziliense**, em comemoração à semana da pátria, escrita pelo jornalista Márcio Cotrin, diretor da Fundação Assis Chateaubriant, e assinada por todos os diretores do jornal.....

30143

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição, nos Anais do Senado, do artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, na revista **Veja**, intitulado “Uma bela cena num filme ruim”.....

30145

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Disponibilidade, nos Suplementos ao Diário do Senado Federal, de 2 de setembro de 2005, dos textos dos Projetos de Lei nºs 40 e 41, de 2005-CN, em cumprimento aos calendários estabelecidos para a tramitação das matérias.....

30147

1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR MÃO SANTA – Reflexão sobre pesquisa do Ibope apontando que, em cada cem brasileiros, apenas oito por cento acreditam nos políticos brasileiros.....

30147

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre requerimento ao Ministro de Estado das Relações Exteriores acerca da outorga da medalha da Ordem do Rio Branco ao Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.....

30149

SENADOR PEDRO SIMON – Importância dos trabalhos realizados pelas CPMI instaladas no Congresso Nacional e a busca de resultados concretos para o combate à corrupção.....

30162

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Comemoração dos 183 anos de Proclamação da Independência do Brasil, no próximo dia 7 de setembro....

30164

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Discurso sobre a reassunção de S.Exa. ao exercício do mandato, após afastamento por licença. Debate sobre pontos relevantes da reforma política.....

30167

1.2.13 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Comentário sobre gastos relativos a diárias nacionais e internacionais e passagens da alta direção do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, no período de março de 2003 a junho de 2005. Registro de artigo intitulado “*Dar posse a Lula*”, de autoria do colunista Clovis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 26 de agosto do corrente.....

30169

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre artigo intitulado “*A corrupção comprovada*”, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 30 de agosto do corrente. Defesa de uma ampla reforma política.....

30172

SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO – Registro de artigo intitulado “*E agora?*”, de autoria do sociólogo Hélio Jaguaribe, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 28 de agosto do corrente..

30174

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro das últimas matérias publicadas pelos jornais de grande circulação no país, repercutindo a atual crise política, envolvendo o nome do ministro da Fazenda Antônio Palocci.

30175

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários sobre artigo intitulado “*Fantasma*”, de autoria do articulista Clovis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 1º de setembro do corrente.....

30182

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários baseado na matéria intitulada “*Sem vontade de gastar*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 29 de agosto do corrente.

30183

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “*Coerência, PT*”, publicado na seção “*Opinião*” do jornal **Correio Braziliense**, edição de 19 de agosto do corrente.....

30184

SENADOR LUIZ SOARES – Registro do artigo intitulado “*A grande lamberça*”, de Carlos Heitor

Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 14 de agosto do corrente.....

30186

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas às declarações do Presidente Lula, sobre a intenção de se candidatar na eleição de 2006, para defender o PT. Comentário sobre o programa de rádio do Presidente Lula, “*Café com o Presidente*”.

30187

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 05/9/2005

3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 125 a 131, de 2005.

30189

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.445 a 3.492, de 2005.

30192

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

- 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 152^a Sessão Não Deliberativa, em 5 de setembro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Mão Santa e Arthur Virgílio

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Aviso nº 934 - C. Civil

Brasília, 2 de setembro de 2005

Assunto: Restituição de autógrafos

Senhor Primeiro Secretário,

Restituo a Vossa Excelência, para os fins dos disposto no § 7º do art. 66 da Constituição, os autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 371, de 2004 (nº 4.845/05 na Câmara dos Deputados), que “Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Senado Federal”, vetado totalmente, voto esse rejeitado pelo Congresso Nacional em sessão de 31 de agosto do corrente.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Aviso nº 935 – C. Civil

Brasília, 2 de setembro de 2005

Assunto: Restituição de autógrafos

Senhor Primeiro Secretário,

Restituo a Vossa Excelência, para os fins dos disposto no § 7º do art. 66 da Constituição, os autógrafos do Projeto de Lei nº 1, de 2005 (nº 4.712/04 na Câmara dos Deputados), que “Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal da Câmara dos Deputados”, vetado totalmente, voto esse rejeitado pelo Congresso Nacional em sessão de 31 de agosto do corrente.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com referência aos avisos que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que promulgou as Leis nºs 11.169 e 11.170, ambas de 2 de setembro de 2005, e fez publicá-las na Seção 1, do **Diário Oficial** da União de hoje, dia 05/09/2005.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

Brasília, 3 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, terminada a licença que me foi concedida, reassumo hoje o exercício do meu mandato.

Atenciosas Saudações, Senador **João Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 310/2005 — GLDBAG

Brasília, 5 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador João Ribeiro, como Titular na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Senador Nezinho Alencar.

Atenciosamente, Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 311/2005 — GLDBAG

Brasília, 5 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais indico o Senador João Ribeiro, como Titular, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e

como Suplente, na Comissão de Educação e na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em substituição ao Senador Nezinho Alencar.

Atenciosamente, Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 312/2005 – GLDBAG

Brasília, 5 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Ribeiro como Suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos, em substituição ao Senador Nezinho Alencar.

Atenciosamente, Senador **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 313/2005 – GLDBAG

Brasília, 5 de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Ribeiro para integrar, na qualidade de Titular, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em substituição ao Senador Nezinho Alencar.

Atenciosamente, Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

Aviso nº 6.557-GP/TCU

Brasília, 1º de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, registro o recebimento do Ofício nº 2.063 (SF), de 31-8-2005, mediante o qual Vossa Excelência encaminha o Requerimento nº 923/2005, formulado pelo Senador César Borges, em que solicita “a realização de auditoria na Controladoria-Geral da União, no período de maio de 2002 até a presente data”.

A propósito, informo a Vossa Excelência que o mencionado expediente – autuado neste Tribunal sob o número TC-015.390/2005-1 – foi remetido ao Relator, Senhor Ministro Ubiratan Aguiar.

Atenciosamente, – **Adylson Motta**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR)

– A propósito, o Sr. Adylson Motta, Presidente do TCU, informa que o mencionado expediente, autuado no Tribunal sob o nº 15.390, de 2005, foi remetido ao Relator, Sr. Ministro Ubiratan Aguiar.

O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aviso nº 36, de 2005-CN (nº 6.536-GP/TCU na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 2º Trimestre do exercício de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devia comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, aviso que passo a ler.

É lido o seguinte

AVISO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Aviso nº 35, de 2005-CN (nº 058/BC-Presi na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, Demonstrações Financeiras do Banco Central do Brasil, referentes ao 1º semestre de 2005, conforme determina o art. 108 da Lei 10.934 de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005).

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devia comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 420/05

Brasília, 2 de setembro de 2005

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 4.838, de 2005, do Senado Federal (PLS 149/03), o qual “Altera os arts. 53 e 67 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 311, DE 2005

Dispõe sobre as taxas máximas e mínima de inscrição em concursos públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A taxa de inscrição em concurso para acesso a cargo ou emprego público não poderá exceder a 1% (um por cento) do valor da remuneração inicial do cargo para o qual é realizado, observado o mínimo de R\$10,00 (dez reais).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição, em seu capítulo referente à Administração Pública, consagra, entre seus princípios, o da impessoalidade no trato com a coisa pública, estendendo-o inclusive, aos critérios de admissão para órgãos públicos, que, tanto a Lei Maior, como sua subsidiária imediata nesta matéria, a Lei nº 8.112/90, instituem o concurso público de provas e de provas e títulos como o único acesso legal a carreira.

Entretanto, o que vem sendo verificado é que os órgãos públicos estão terceirizando a atividade de elaboração dos exames de seleção para seus próprios quadros.

É claro que não queremos obstruir o processo de modernização da máquina pública, que passa naturalmente pela delegação para empresas privadas e, às vezes, também públicas, de atividades que podem ser delegadas. O que ocorre realmente, é que está

havendo um processo de especialização e de industrialização dos concursos públicos, que devo assinalar, está corrompendo as metas iniciais de transparência, lisura e igualdade. Taxas exorbitantes estão sendo cobradas por centros de seleção de pessoal, discriminando e selecionando, **a priori**, candidatos pelo critério econômico.

Assim sendo, submeto a meus pares proposição que limita o valor das taxas de inscrição em concursos públicos a 1% (um por cento) do valor da remuneração do cargo pretendido.

Contudo, com o objetivo de assegurar recursos suficientes para a cobertura de custos, fixamos uma taxação mínima de R\$10,00 (dez reais).

Sala das Sessões 5 de setembro de 2005. – Senador **Pedro Simon**.

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 312, DE 2005

Acrescenta dispositivo a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cobertura, pelos planos de saúde, dos exames para diagnóstico de anormalidades no metabolismo do recém-nascido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se § 4º ao art. 12 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, com a seguinte redação:

“Art. 12.

.....

§ 4º

.....

Quando se tratar dos exames para diagnóstico de anormalidades no metabolismo do recém-nascido a sua cobertura é obrigatória.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Justificação

A realização de exames, pelas maternidades, para o diagnóstico de anormalidades do metabolismo de recém-nascidos é essencial para o controle desses agravos e para o oferecimento de assistência adequada e oportuna às crianças portadoras.

Em verdade, essa obrigatoriedade já consta de diploma legal voltado para a proteção à criança. Trata-se do inciso III do art. 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que dispõe, textualmente, que “os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anor-

malidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais."

Tendo em vista que o risco da não realização do exame em momento oportuno poderá causar consequências irreversíveis para a saúde do recém nascido, e entendendo-se que prevalece regra especial em detrimento de regra geral (Estatuto da Criança e do Adolescente), a presente proposição pretende tornar clara a obrigatoriedade da observância de lei específica.

Por isso, é lógico que os custos com a realização do teste tenham cobertura pelos planos privados de assistência à saúde de que seja beneficiário o pai ou a mãe do recém-nascido.

É com essa perspectiva que submeto esse projeto de lei à apreciação dos nobres colegas senadores, esperando seu apoio à iniciativa.

Sala das Sessões, 5 de setembro de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

.....

Art. 12. São facultadas a oferta, a contratação e a vigência de planos ou seguro privados de assistência à saúde que contentam redução ou extensão da cobertura assistencial e do padrão de conforto de internação hospitalar, em relação à plano referência definido no art. 10, desde que observadas as seguintes exigências mínimas:

I – quando incluir atendimento ambulatorial:

a) cobertura de consultas médicas, em número ilimitado, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina;

b) cobertura de serviços de apoio diagnóstico e tratamento e demais procedimentos ambulatoriais, solicitados pelo médico assistente;

II – quando incluir internação hospitalar:

a) cobertura de internações hospitalares, vedada a limitação de prazo, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, admitindo-se a exclusão dos procedimentos obstétricos;

b) cobertura de internações hospitalares em centro de terapia intensiva, ou similar, vedada a limitação de prazo, a critério do médico assistente;

c) cobertura de despesas referentes a honorários médicos, serviços gerais de enfermagem e alimentação;

d) cobertura de exames complementares indispensáveis para o controle da evolução da doença e

elucidação diagnostica, fornecimento de medicamentos, anestésicos, oxigênio, transfusões e sessões de quimioterapia e radioterapia, conforme prescrição do médico assistente, realizados ou ministrados durante o período de internação hospitalar;

e) cobertura de taxa de sala de cirurgia, incluindo materiais utilizados, assim como da remoção do paciente, comprovadamente necessária, para outro estabelecimento hospitalar, em território brasileiro, dentro dos limites de abrangência geográfica previstos no contrato;

f) cobertura de despesas de acompanhante, no caso de pacientes menores de dezoito anos;

III – quando incluir atendimento obstétrico:

a) cobertura assistencial ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor ou de seu dependente, durante os primeiros trinta dias após o parto;

b) inscrição assegurada ao recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, no plano ou seguro como dependente, isento do cumprimento dos períodos de carência, desde que a inscrição ocorra no prazo máximo de trinta dias do nascimento;

IV – quando incluir atendimento odontológico:

a) cobertura de consultas e exames auxiliares ou complementares, solicitados pelo odontólogo assistente;

b) cobertura de procedimentos preventivos, de dentística e endodontia;

c) cobertura de cirurgias orais menores, assim consideradas as realizadas em ambiente ambulatorial e sem anestesia geral;

V – quando fixar períodos de carência:

a) prazo máximo de trezentos dias para panos a termo;

b) prazo máximo de cento e oitenta dias para os demais casos;

VI – reembolso, nos limites das obrigações contratuais, das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, em casos de urgência ou emergência, quando não for possível a utilização de serviços próprios, contratados ou credenciados pelas operadoras definidas no art. 1º, de acordo com a relação de preços de serviços médicos e hospitalares praticados pelo respectivo plano, pagáveis no prazo máximo de trinta dias após a entrega à operadora da documentação adequada;

VII – inscrição de filho adotivo, menor de doze anos de idade, aproveitando os períodos de carência já cumpridos pelo consumidor adotante.

§ 1º Dos contratos de planos e seguros de assistência à saúde com redução da cobertura prevista no plano ou seguro-referência, mencionado no art. 10, deve constar:

I – declaração em separado do consumidor contratante de que tem conhecimento da existência e disponibilidade do aludido plano ou seguro e de que este lhe foi oferecido;

II – a cobertura às doenças constantes na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial da Saúde.

§ 2º É obrigatória cobertura do atendimento nos casos:

I – de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente;

II – de urgência, assim entendidos os resultantes de acidentes pessoais ou de complicações no processo gestacional.

§ 3º Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, é vedado o estabelecimento de carências superiores há três dias úteis.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 980, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à Seleção Brasileira de Futebol pela sua classificação para a disputa da Copa do Mundo de 2006, em Berlim.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Seleção Brasileira de Futebol, pela sua classificação para a disputa da Copa do Mundo de 2006, em Berlim, ao vencer, com brilhante atuação, ontem dia 4 de setembro de 2005, a Seleção do Chile, no Estádio Mané Garrincha, em Brasília.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção da Confederação Brasileira de Futebol e, por seu intermédio, aos jogadores da Seleção, técnicos, em especial a Carlos Alberto Parreira, preparadores e às equipes médica e de apoio.

Justificação

A homenagem que ora formulou justifica-se pela brilhante atuação dos jogadores da Seleção Brasileira de Futebol, ontem, em Brasília, ao vencer a Seleção do Chile, por 5 a zero, garantindo a participação do Brasil na Copa do Mundo de 2006, em Berlim, a 18ª vez

que o País disputa o campeonato, o único que jamais deixou de participar dessas disputas.

Sala das Sessões, 5 setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004** (nº 3.220/2000, na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental);
- **Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004** (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005** (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional);
- **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005** (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005** (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005** (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel, por dez minutos, com prorrogação de cinco minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, ilustre Senador Alvaro Dias, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no próximo mês de novembro, realizar-se-á em Hong Kong a VI Conferência Ministerial da OMC, que deverá marcar o encerramento da Rodada de Doha de Negociação Comerciais.

Para melhor compreensão do significado de minha intervenção de hoje, creio ser importante destacar alguns aspectos referentes ao quadro institucional em que a Rodada de Doha se insere. É bom lembrar que a Rodada de Doha é uma homenagem que se presta ao Catar, cuja capital é Doha e em cujo território se realizou, portanto, a rodada que agora a OMC debate.

Trata-se da primeira rodada de negociações que ocorre, é bom frisar, sob a égide da OMC, que sucedeu o Gatt. Como V. Ex^{as}s sabem, o Gatt foi uma instituição que surgiu como resultado das conferências de Bretton Woods e tinha um alcance mais limitado, tanto a membros, quanto sobre temas a deliberar. Eu diria que a OMC representou, pois, um passo muito significativo em substituição ao Gatt, porque se converteu na primeira organização de comércio de caráter verdadeiramente mundial. É grande o número de Estados membros que a integram. Inclusive, recentemente, a ela se associou a China, o que não deixa de ser um fato importante.

A OMC representa para nós, do Brasil, algo muito importante, visto que esperamos que dela brotem regras universalmente observáveis, mais do que isso, que venham a corrigir as grandes assimetrias do comércio internacional.

Desde 1947, ainda sob a coordenação do Gatt, a rodada de negociação comercial serviu, fundamentalmente, para discutir e negociar a redução de tarifas e outras concessões comerciais, com o objetivo genérico de liberalizar o comércio internacional. As negociações eram conduzidas caso a caso, procurando-se, na medida do possível, observar os princípios de não-discriminação e de reciprocidade.

O advento da OMC, friso mais uma vez, representou uma mudança importante no quadro institucional do comércio. Com ela, OMC, foram estabelecidas regras definidas e formalmente enunciadas que deveriam orientar o comportamento dos atores, isto é, dos Estados no comércio internacional. Os Estados passaram a ter na OMC uma instância de recurso contra eventuais violações dessas regras, que é outra conquista muito importante. Em consequência, as rodadas de negociação comercial deixaram de ter como propósito central proporcionar às nações uma oportunidade de obter de outras nações concessões a respeito de tarifas e facilidades comerciais. No ambiente institucional da OMC, a rodada de negociação significa a discussão e a adoção de regras dentro das quais o comércio pode ser realizado.

A Rodada foi lançada, como disse há pouco, na IV Conferência Ministerial dos Países-Membros da OMC, realizada em Doha, no Catar, entre 9 e 14 de novembro de 2001. A previsão era de que a conclusão da Rodada deveria ocorrer – ainda esperamos – em 2005. Assim, em princípio, a conferência que se realizará no próximo mês de novembro deve – ou deveria –, servir para encerrar a Rodada, produzindo conclusões sobre as questões compreendidas no Mandato da Rodada Doha.

O sentido da Rodada, expresso na declaração, deveria ser, ou deve ser – esperamos que isso aconteça – o de abrir espaço para países em desenvolvimento, pois o próprio documento da declaração diz: “A maioria dos membros da OMC é composta de países em desenvolvimento. Vamos procurar colocar suas necessidades e interesses no centro do programa de trabalho adotado nesta Declaração”. (Declaração de Doha, 14-nov-2001).

Desde o início das negociações, no entanto, sabia-se que seria essa uma tarefa difícil e trabalhosa. Os interesses são variados e as percepções sobre custos e oportunidades são também diferentes e difíceis de serem avaliados.

Neste mês de setembro, estão previstos encontros entre os quais se incluem o do G-20 e uma reunião de Ministros do Mercosul e da União Européia, com o propósito de retomar as negociações a respeito de um possível acordo entre os dois blocos.

Informações sobre as negociações indicam, porém, que em várias questões há ainda muita dificuldade para se obter o consenso necessário à aprovação de novas regras a respeito de aspectos importantes para o comércio internacional.

Sr. Presidente, a compreensão adequada da postura brasileira dentro desse quadro é preciso ser vista sob a ótica das mudanças nas condições internacionais ocorridas desde 2001, quando a rodada Doha foi lançada.

A propósito, gostaria de citar uma declaração do ex-Diretor-Geral da OMC, o Dr. Supachai Panitchpakdi, um tailandês que passou o cargo, no dia 1º de setembro, a Pascal Lamy, da França. Ele disse: “O Brasil foi central nos debates sobre a agricultura, mas gostaria também de ver o País no centro também (dos debates) em outras áreas”.

O argumento de Supachai é o de que o Brasil atuara muito bem nos dois primeiros anos da Rodada, cooperando de forma decisiva na construção da posição do grupo de países que defendem a liberalização do comércio agrícola, mas que desde fins de 2003, inclusive em face das mudanças na conjuntura internacional, deveria ter se dedicado à construção de

uma alternativa de posição negociadora, notadamente no que se refere ao comércio de bens industriais.

A questão agrícola, obviamente, continua sendo estratégica para o Brasil, pois embora a agricultura represente hoje apenas 10% do seu PIB, se for incluído o agronegócio, essa proporção alcança cerca de 1/3 do PIB brasileiro. O mandato da Rodada Doha, contudo, além do comércio agrícola, inclui 19 outros temas de grande importância para o comércio internacional, em especial para o nosso comércio exterior e de outros países em desenvolvimento.

Entre esses temas, a título de exemplo, podem ser mencionados – listei apenas aqueles que considerei mais relevantes para um país como o Brasil:

– **Acesso a mercados de bens não agrícolas**, que inclui inevitavelmente a discussão de questões como a da política de exportação da China;

– **Comércio de serviços**. Como se sabe, o setor de serviços já representa 60% do PIB de países como o Brasil, que tende, cada vez mais, a aumentar sua participação no comércio internacional de serviços;

– **Investimentos Relacionados ao Comércio**. Desnecessário listar a questão da importância dos investimentos diretos, que mostram que, no ano 2000, entre os países em desenvolvimento, o Brasil era o segundo maior receptor de investimentos internacionais diretos. No ano 2000, recebemos US\$32 bilhões em investimentos diretos. Em 2003, todavia, os investimentos despencaram para a casa dos US\$10 bilhões.

Em 2001, havia grande otimismo em relação às negociações sobre subsídios e liberalização agrícola, e havia precedentes que davam bons motivos para esse otimismo. Em 1995, apenas para lembrar um exemplo, com a presença do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso havia sido assinado, em Madrid, um Acordo-Quadro Mercosul e União Européia que ensejava a possibilidade de abertura do mercado europeu aos produtos do Mercosul.

V. Ex^a, Sr. Presidente, como Parlamentar do Paraná tem, portanto, uma proximidade ainda maior com o Mercosul e sabe como essas negociações são importantes para o Brasil.

Hoje, no entanto, vários fatores passaram a dificultar as negociações, especialmente no que se refere à liberalização do comércio agrícola e dos subsídios concedidos à agricultura pelas nações industrializadas. Reflexo dessa mudança foi o que ocorreu na V Reunião da OMC, que se realizou em Cancún, no México.

A União Européia já convivia com os elevados índices de desemprego e as baixas taxas de crescimento. Além disso, agora, com a inclusão de novos membros – passando de 15 para 25 – e o posterior revés sofrido pelo processo de adoção da Constituição Européia, torna-se muito difícil supor que as demandas por liberalização venham a ser acolhidas. Quanto aos Estados Unidos, os enormes déficits comerciais e os crescentes gastos com as ações militares no exterior também sinalizam reforço de medidas protecionistas. A esse quadro acrescentem-se os receios das principais nações industrializadas em relação à crescente participação da China no comércio internacional.

Foram criados na OMC – é bom também destacar – Grupos de Negociação para as diversas áreas compreendidas pelos mandatos de Doha e um Comitê de Negociações para supervisionar as atividades desses Grupos. Pelo que se percebe, as ações do Governo brasileiro no âmbito da Rodada Doha se limitam apenas às atividades referentes ao tema do comércio agrícola. Além disso, essas ações concentram-se basicamente na participação no G-20, que é um grupo negociador, surgido ao longo da Rodada Doha e voltado basicamente para a liberalização do comércio agrícola e a eliminação dos subsídios à agricultura dos países de Primeiro Mundo, os chamados países industrializados. A título de curiosidade, vou citar os integrantes do G-20: África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Filipinas, Guatemala, Índia, México, Paquistão, Paraguai, Tailândia e Venezuela. Aliás, cabe observar que existe, além desse, outro grupo também chamado de G-20, formado, como sabem V. Ex^as, por 11 países em desenvolvimento, juntamente com o G-8 e a União Européia, cujo propósito é o de promover o diálogo entre países industrializados e países em desenvolvimento com vistas a questões mundiais.

Por conseguinte, é muito pouco divulgada e pouco conhecida a evolução das negociações relativas aos demais temas que, no entanto, podem implicar, no futuro, tanto oportunidades como constrangimentos ao comércio exterior brasileiro. Será no âmbito desses outros temas que poderão surgir regras a respeito de questões como investimentos internacionais, direitos de exploração de patentes, uso de barreiras comerciais como parte de política de competitividade, direitos de participação em compras governamentais de outros países, períodos de adaptação para implementação de regras da OMC, entre outros. Os dados contidos na publicação eletrônica intitulada “Carta de Genebra”, publicada pela Missão do Brasil em Genebra, presidida pelo Embaixador Seixas Correia, são bons, mas não permitem, contudo, saber de forma clara sobre a

ação negociadora do Governo brasileiro. Por exemplo, como as negociações no âmbito da Rodada Doha estão sendo vistas diante de outras opções de acordos bilaterais e regionais?

Claramente, questões como essas são de grande relevância para a economia brasileira como um todo. É verdade que as deliberações da Rodada Doha ainda deverão ser objeto de aprovação pelos respectivos parlamentos, inclusive do Brasil. E, uma vez adotadas, não sei se a Rodada Doha se concluirá, porque o nível de incerteza é, a meu ver, muito elevado. Mas se essa Rodada for encerrada com êxito, e assim faço votos, espero que possamos discutir melhor o assunto, uma vez que as matérias adotadas pela OMC serão certamente objeto de apreciação pelo Congresso Nacional – tanto pela Câmara dos Deputados quanto pelo Senado Federal – que deverá aprovar os devidos acordos para que sejam devidamente ratificados.

Assim, é fundamental que as Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso Nacional se informem melhor sobre o assunto, convidando o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para exporem a posição que o Brasil vai defender na referida Rodada que se efetuará, como lembrei há pouco, em Hong Kong.

O que se deseja e espera da OMC é que ela venha a se consolidar como agência reguladora do comércio internacional, capaz de assegurar – e isso é fundamental – não somente a liberdade de comércio, mas igualmente normas que corrijam as assimetrias entre as nações ricas e as em desenvolvimento.

Enfim, o que queremos é que a OMC, ao final, crie condições para que tenhamos regras justas e universalmente observadas no comércio internacional, portanto, mais espaço a nações em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. E, assim, possamos construir uma globalização menos assimétrica, mais inclidente, isto é, uma globalização mais justa.

Era o que tinha a dizer, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, com cinco minutos de prorrogação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na sexta-feira, trouxe à tribuna alguns números que foram apresentados à Nação, resultados da política econômica, da política de investimento, da política industrial e da política tributária adotada pelo Governo Lula e resultado, obviamente, da política externa do nosso País.

O Senador Marco Maciel terminou de falar sobre a importância de retomarmos as negociações na

Rodada Doha. Realmente é de fundamental importância continuarmos a ter a ofensiva para disputar os espaços internacionais que estão se colocando para o Brasil, inclusive em posição estratégica, de fazer os confrontos e ampliar, de forma significativa, as oportunidades para os produtos brasileiros.

Todos sabem que a base, talvez o passo inicial, enfim, aquilo que de mais importante foi feito para dar sustentabilidade ao crescimento brasileiro se deve ao fato de termos tido iniciativas extremamente bem sucedidas nos espaços internacionais.

Volto a esse tema porque, ao longo do final de semana, os números positivos continuaram sendo publicados, como temos aqui a questão do investimento que cresce o dobro do PIB em um ano: os investimentos na economia brasileira cresceram 8,6% nos 12 meses terminados em junho, o dobro do crescimento do PIB no período. Portanto, termos o dobro do investimento relacionado com o PIB é uma garantia de que esse crescimento tem perspectivas inclusive de ser superado agora nos elementos do segundo semestre de 2005.

Outro dado extremamente importante é o da compra de máquinas, que é um indicador significativo. Isso porque nenhum empreendedor compra máquinas e investe em maquinários se ele não tem perspectivas de ampliar a sua produção. Os dados preliminares indicam que o desempenho total do Finame, que, no BNDES, está especialmente dedicado ao financiamento de máquinas e equipamentos para indústria, chegou a quase R\$1 bilhão em agosto. Isso significa 38% a mais que no mesmo mês de 2004. Portanto, esses dois números são bastante elucidativos da retomada do crescimento e, inclusive, da mudança no quadro do Produto Interno Bruto do primeiro para o segundo semestre de 2005.

Por isso, Carlos Alberto Sardenberg, no jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje, faz a abertura do seu artigo com uma exclamação bastante significativa. Ele colocou: “E cresce!”. Ou seja, numa crise política como a que estamos vivenciando, que já se estende há praticamente três meses, é muito importante observar que as ações de Governo foram absolutamente necessárias e suficientes para que pudéssemos ter resultados como os que estamos tendo e que, nesses últimos dias, estão sendo divulgados. No artigo do Carlos Alberto Sardenberg, ele escreveu:

“(...) a economia está crescendo com inflação em queda; a renda das pessoas está em alta pela queda dos preços, pelo aumento do crédito e por reajustes salariais acima da inflação, estes permitidos pelo bom desempenho das empresas; as contas públicas permanecem sob forte controle e as contas externas exibem

desempenho exuberante, que reduz a vulnerabilidade do País a crises internacionais.

(...)

“Quando se avalia a situação de um país, é preciso observar quatro pontos fundamentais: crescimento, inflação, contas públicas e contas externas. Ora, neste momento, o Brasil tem um desempenho entre satisfatório e bom em todos os quatro quesitos. É raro.”

Essas são as avaliações do Carlos Alberto Sar denberg, que discorre sobre uma série de elementos da economia que vêm com a afirmação extremamente positiva do “E cresce!”, ou seja, o Brasil cresce, a economia cresce, a oportunidade das famílias cresce, o emprego cresce. E quando trata do porquê de a economia crescer, quais são as bases do crescimento da economia, ele relata exatamente isso vinculado a ações de Governo, que já tive oportunidade mencionar na sexta-feira.

O investimento e o crédito que cresceram se devem exatamente a ações, em primeiro lugar, dos bancos públicos do BNDES, que este ano deverá alcançar a cifra de R\$50 bilhões, algo inusitado para o último período. É bom lembrarmos que o valor mais elevado de disponibilidade de crédito do BNDES, no Governo anterior, não ultrapassou R\$24 bilhões, em épocas que, inclusive, tivemos perdas de patrimônio em processos de privatização. E, neste ano, vamos chegar a R\$50 bilhões, R\$29 bilhões já concedidos até o momento.

A questão do crédito é outro dado fundamental, porque estamos aí com toda a democratização, inclusão bancária, a questão do crédito consignado, que permitiu que muitas famílias pudessem limpar as suas fichas, trocar as suas dívidas com juros elevados por juros mais adequados ao seu padrão salarial e, dessa forma, também poderem voltar ao consumo.

Toda a questão da construção civil, a abertura de novas linhas de crédito para o financiamento à classe média e o crescimento do emprego com carteira assinada, ou seja, os mais de 3 milhões de empregos criados com carteira assinada ampliam os recursos do FGTS e faz com que o investimento na área de habitação e saneamento, feito pelos bancos públicos, cresça.

O consumo das famílias está aí atestado pelo Dieese, a partir dos acordos salariais, na sua grande maioria superiores à inflação. A entrada do salário mínimo de R\$300,00, ou seja, com quase o dobro da inflação do período, também contribuiu de forma significativa para o aquecimento do consumo interno, juntamente com o maior volume de empregos criados. Isso permitiu termos o vetor ampliação dos investimentos e créditos acrescido do vetor ampliação do consumo das famílias, juntamente com a política de crescimento das exportações. Mercados foram abertos. Houve

oferta significativa de produtos alternativos a partir de uma série de iniciativas do Ministério das Relações Exteriores, da agenda do Presidente Lula e também de nossos Ministros, que são apelidados de caixeiros-viajantes. Eles fazem um trabalho de divulgação dos produtos brasileiros, facilitando a abertura de espaços internacionais para os mesmos.

Portanto, o que nós estamos vivenciando nesta crise política, com uma economia resultante de ações do Governo, é algo que nós deixamos muito satisfeitos e, ao mesmo tempo, muito preocupados. Muito preocupados porque precisamos, juntamente com a sustentabilidade dessas ações para que o Brasil continue a crescer, que os empregos continuem a ser gerados, que a renda continue a subir e para que haja continuidade das ações internacionais de abertura de espaços para os produtos brasileiros, precisamos equacionar esta crise política, o que está cada vez mais difícil.

Quando se tomam iniciativas políticas como a que tomamos na semana passada, com a votação do relatório parcial da CPMI da Compra de Votos e da CPMI dos Correios, busca-se exatamente dar certo vislumbre ao andamento das investigações e desencadear a perspectiva do encerramento das CPMIs e chegar à punição daqueles que, comprovadamente, estiverem envolvidos nos atos.

O relatório estava baseado em três eixos e foi aprovado por unanimidade.

O primeiro deles tinha como objetivo encerrar o debate e as investigações relacionadas com os Parlamentares na CPMI dos Correios. O relatório também deixava muito claro que a análise de novos fatos, provas, indícios, assim como a continuidade das investigações relacionadas com a compra de votos, ou mensalão, ou qualquer outro tipo de recebimento ilícito por Parlamentar, prosseguirão na CPMI da Compra de Votos, cujo relatório final complementará o relatório parcial aprovado.

Dessa forma a CPMI dos Correios poderá centrar-se naquilo que entendemos ser a sua razão, que é a investigação dos contratos dos Correios e, agora anexado, a investigação do IRB, Instituto do Resseguro do Brasil.

Outro grupo de trabalho está cuidando da movimentação financeira, fundamentalmente a entrada dos recursos nas contas do Sr. Marcos Valério.

Foi isso que construímos na semana passada, em termos de foco da CPMI dos Correios com a aprovação do relatório parcial, encaminhado ao Presidente da Câmara, para que tome providências referentes à continuidade dos procedimentos relacionados com os 18 Parlamentares ali arrolados.

É muito importante deixar consignado que no relatório são reproduzidas as citações, os documentos e os depoimentos relativos aos 18 Parlamentares.

Também no relatório aparecem as provas que cada Parlamentar apresentou refutando qualquer tipo de declaração ou documento apresentado em qualquer uma das duas CPMIs.

O relatório parcial não faz juízo de valor, não diz quem é culpado nem quem não é; ele diz, num dos parágrafos finais, que há fortes indícios da ocorrência de crimes, de ilícitos, de recebimentos indevidos e ilegais, mas que isso ainda terá de ser comprovado, demonstrado. No relatório, aparece como “podem demonstrar”. Portanto, ainda não foi dada a palavra final e isso permitirá, com certeza, que todos os 18 Parlamentares defendam, apresentando suas razões, onde a investigação tiver continuidade, isto é, na CPMI da Compra de Votos, ou ao Conselho de Ética da Câmara, caso o Presidente da Câmara encaminhe à Corregedoria a denúncia que lhe foi enviada. Portanto, nós entendemos que a votação do relatório parcial das duas CPMIs foi um passo significativo para que nós possamos ter tranquilidade no Congresso. Se bem que, agora, Senador Alvaro Dias, depois das novidades do final de semana, não sei se teremos tranquilidade para tanto – precisaríamos tê-la –, porque apareceram novas denúncias, inclusive envolvendo o Presidente da Câmara, onde já foi aberta uma sindicância. Os Partidos de Oposição vão tomar providências. Tudo que nós construímos na semana passada, com a votação do relatório parcial das duas CPMIs, foi no sentido de dar andamento às investigações, agilidade, foco, para que as punições sejam aplicadas e o Congresso possa votar matérias relevantes que têm a ver com a sustentabilidade do desenvolvimento de nosso País. Por isso, apesar das novidades do final de semana, apesar da gravidade das denúncias envolvendo o Presidente da Câmara dos Deputados, é de fundamental importância que não nos desviemos daquilo que foi decidido em todas as conversas, em todas as tratativas ocorridas na semana passada. O entendimento a que chegamos foi no sentido o de agilizar as investigações e aplicar as devidas punições no menor prazo possível, dando amplo direito de defesa a todos, porque isso faz parte do espírito democrático que deve mover todas as pessoas. É preciso que tenhamos, sim, capacidade de fazer as votações das matérias importantes relacionadas com esses números benéficos, esses números positivos da economia brasileira.

Gostaria de listar, mais uma vez, algumas das matérias cuja votação considero prioritária, que vão desde a reforma política e a legislação eleitoral – as alterações já foram debatidas aqui no Senado, aprovadas e encaminhadas à Câmara – e, ainda, os projetos que aguardam votação e que têm incidência direta na sustentabilidade do crescimento, como o da lei geral

da micro e pequena empresa, o projeto de lei de pré-empresa, os projetos de lei referentes às agências reguladoras e ao saneamento básico – toda a regulamentação do setor de saneamento – e as propostas de legislação infraconstitucional que darão continuidade à Reforma do Judiciário, aprovada no Senado, assim como todas as alterações necessárias do Código Penal e do Código Civil, para que a Justiça brasileira possa ter a agilidade e seja, efetivamente, voltada para a população de menor poder aquisitivo do País.

Sr. Presidente, era isso que eu gostaria de deixar consignado.

Mais uma vez, agradeço os minutos a mais que me foram concedidos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, que dispõe de dez minutos, com prorrogação de mais cinco.

Convido o Senador Mão Santa para assumir a Presidência, já que, depois do Senador Eduardo Azevedo, pretendo fazer uso da palavra.

Muito obrigado, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, o mundo todo viu, há poucos dias, a devastação causada pelo furacão Katrina nos Estados Unidos, em regiões e cidades inteiras, como Nova Orleans.

Embora de causa diferente da catástrofe que atingiu o sudeste asiático em 26 de dezembro de 2004, essa espécie de novo tsunami alerta, de modo trágico, a humanidade para a situação ambiental que vivemos.

Trata-se de situação tão grave que tem sido objeto de advertências feitas por autoridades e especialistas mundiais, sejam governamentais ou não.

Pouco antes de o Reino Unido assumir a Presidência do G-8 este ano, o Primeiro-Ministro Tony Blair comprometeu-se a mobilizar os países mais ricos e os maiores poluidores numa cruzada pelo corte da emissão de gases para redução do efeito estufa. Lembrou que se esgota o tempo para enfrentar a deterioração ambiental e mostrou que os danos poderão tornar-se irreversíveis e ocasionar maiores sofrimentos aos países mais pobres, embora – como salientou – os mais ricos sejam os maiores responsáveis pela poluição.

Algum tempo depois, em janeiro deste ano, durante conferência mundial realizada nas Ilhas Maurício, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, fez um apelo à comunidade internacional para que “tome medidas decisivas em face das transformações do clima terres-

tre" e para que adote "um sistema mundial de alerta sobre todas as catástrofes naturais."

Um mês após, foi a vez de o Instituto Goddard de Estudos Espaciais, de Nova York, divulgar em Paris que 2004 foi, ao lado de 1998, 2002 e 2003, um dos anos mais quentes dos últimos cem anos. A temperatura média cresceu, no ano passado, quase meio por cento! O aumento foi causado pelo excesso da emissão de gases, principalmente o dióxido de carbono resultante da queima de combustíveis, que retém na atmosfera o calor gerado na Terra e provoca o efeito estufa.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, em meus posicionamentos, não costumo amplificar os problemas nem exagerar alarmes. Prefiro falar de soluções. Mas, em relação às questões ambientais, os danos ganharam corpo, são gritantes e auto-evidentes e não podem ser subestimados.

Cresce a lista de fatores que devem preocupar a humanidade quanto ao futuro ambiental. No Pólo Sul, o derretimento das geleiras eleva o nível dos oceanos em 0,2 milímetros por ano – equivalente a um décimo da elevação total do mar, que pode atingir até um metro daqui a apenas cinqüenta anos. Parece muito, mas, em apenas cinqüenta anos, um metro pode ser acrescido ao nível do mar. No Ártico, o derretimento pode degelar toda a calota polar até o último ano deste século, mais cem anos, conforme prognosticaram dramaticamente, no final do ano

passado, 250 cientistas de oito países circunvizinhos do Pólo Norte. E, nos Alpes, metade das geleiras pode desaparecer até 2030, e todas elas, até 2080!

A propósito, uma das revistas semanais traz a fotografia elucidativa do que está acontecendo na Europa com as geleiras. O levantamento do milênio sobre a ecologia mundial diagnosticou que um terço de 23 ecossistemas do Planeta estão degradados ou mal usados!

Para ficar no Brasil, o desmatamento continua a estarrecer. Segundo os indicadores do IBGE para o desenvolvimento sustentável, a cada ano perdemos uma área de florestas equivalente ao Estado de Sergipe. O estudo aponta a falta de controle do processo no País. E chama a atenção para uma agravante: pior que a atual extensão do desmatamento, concentrado no Mato Grosso, leste do Pará e Rondônia, é a sua velocidade!

Calcula-se que cerca de 15% da vastíssima área da Amazônia Legal já foi ou já perdeu suas florestas. Além disso, correm risco de ocupação futura e desordenada quase 50% das áreas priorizadas para preservação e conservação da biodiversidade, por meio da criação de parques nacionais, florestas para exploração sustentável e reservas extrativistas.

Outro desafio é conter a desertificação, que avança em diversas regiões e sub-regiões brasileiras – in-

clusive no meu Estado, Minas Gerais. Ela ameaça especialmente o Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, totalizando atualmente no Brasil uma área da dimensão de Minas Gerais.

O mau uso intensivo do solo, o prévio desmatamento e as intempéries climáticas erodem, causam lixiviação do solo e assoreiam os cursos d'água brasileiros. Há um ciclo perverso, Srs. Senadores: menos árvores empobrecem o solo. O solo empobrecido mata aos poucos os rios, pelo esgotamento de lençóis freáticos e pela terra carregada nas inundações. Fecha o ciclo o aumento da desertificação, em prejuízo da qualidade da água e mesmo da geração de energia elétrica, pois muita terra se deposita no fundo dos reservatórios das barragens.

Esse processo de causas e efeitos viciosos e cumulativos afeta, evidentemente, os microclimas e contribui, na somatória global, para que surjam os desequilíbrios do macroclima e os conseqüentes desastres que se repetem com gravidade na Terra inteira.

Por causa dessa interação entre os microclimas e os macroclimas e ecossistemas, o movimento mundial de valorização, preservação e recuperação ambientais identifica-se no princípio de que é necessário se pensar globalmente e agir localmente.

As questões ecológicas envolvem todo o Planeta e todas as espécies, a começar pelo **Homo sapiens!** Porém, sendo humanamente impossível adotar-se solução única, planetária e simultânea para elas, cabe a cada nação, cada povo, cada comunidade e cada cidadão pensar no conjunto e agir onde vivencia os problemas que o afetam diretamente.

Tanto quanto, ou mais ainda que no equacionamento e na administração das questões da sociedade e do Estado, aquelas que se referem ao meio ambiente exigem de cada um e de todos senso e compromisso de co-responsabilidade. Precisamos, todo o tempo e em todo lugar, "ecologizar" as ações e intervenções privadas e governamentais na realidade.

Esse neologismo – "ecologizar" foi criado, me parece, pelo urbanista mineiro Maurício Andrés, para orientar a atuação de todas as áreas administrativas da Prefeitura de Belo Horizonte. Tive a honra de tê-lo como Secretário Municipal de Meio Ambiente de Belo Horizonte quando, em 1990, a Capital mineira foi classificada pelo Population Crisis Committee, órgão credenciado pela ONU, como a metrópole latino-americana com a melhor média de qualidade de vida naquela época.

Levada à prática, a orientação mostrou-se motivadora e eficaz. Já como Governador de Minas Gerais, nela inspirei-me para criar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado, adotar o helicóptero verde para combate e prevenção de queimadas e instituir o ICMS Ecológico.

Apesar do esforço em criar a Secretaria do Meio Ambiente, logo avaliei que o Estado não poderia investir sozinho no meio ambiente, tanto quanto deveria fazê-lo. Assim, propusemos à Assembléia Legislativa a chamada Lei Robin Hood, de distribuição do ICMS de Minas Gerais.

Com a lei, o Governo de Minas passou a incentivar as Prefeituras a aplicarem recursos em ações que melhorassem seu desempenho no meio ambiente e em outras nove áreas prioritárias, tais como educação, saúde, agricultura, rodovias e cultura.

A Robin Hood continua a vigorar. As Prefeituras que investem mais no meio ambiente e no desenvolvimento auto-sustentado recebem maiores parcelas proporcionais da quota-parte do ICMS que cabe ao Estado redistribuir aos Municípios.

Rememoro tais experiências, que pude realizar na Prefeitura de Belo Horizonte e no Governo de Minas, com o fim de endossar e antever, da tribuna desta Casa, os grandes benefícios que poderão ser carreados para as soluções ambientais, em âmbito nacional, pelo Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2002, proposto naquele ano pelo então Senador Waldeck Ornelas, do PFL da Bahia.

Tive a honra de ser Relator desse projeto, inicialmente junto com a hoje Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva (PT/AC), e pude verificar a pertinência da matéria e também sua simplicidade e potencial de eficácia.

Baseado na experiência bem-sucedida da renúncia fiscal instituída pela Lei Rouanet para incentivar a produção e a divulgação culturais, o Senador Ornelas propôs que a pessoa física ou jurídica possa doar parcela do Imposto de Renda devido a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos que promovam o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente.

A matéria, que teve meu parecer favorável, foi aprovada na Comissão de Assuntos Sociais e está aguardando agora o prazo regimental, já que a votação foi em caráter terminativo. Quando o projeto for finalmente aprovado, também pela Câmara dos Deputados, e estiver em vigor como creio, dado o amplo apoio que matéria tão relevante tem recebido, teremos um verdadeiro “ovo de Colombo”, capaz de gerar recursos e ajudar a solucionar os problemas ecológicos brasileiros: uma lei de incentivo fiscal ao meio ambiente.

Como disse há pouco, a simplicidade e a eficácia da proposição consistem em propiciar que as soluções sejam equacionadas e resolvidas, pontual e localmente, por entidades não-governamentais, pois são por demais conhecidas a escassez de recursos e a morosidade da ação dos órgãos públicos voltados para a defesa ambiental.

O Fundo Nacional do Meio Ambiente carece de maiores dotações orçamentárias da União, nesses tempos de obsessão por superávits primários exagerados. E a própria lei que o criou, a de nº 7797, de 10 de julho de 1989, já estabelece que o Fundo depende também da boa vontade de doações.

O PLS nº 251 dá justamente exequibilidade prática a essa disposição legal, com a vantagem de transferir muitas das ações ambientais para entidades não-governamentais. Ele proporcionará o dinamismo que falta à administração pública, liberando-a para as funções mais estratégicas de planejamento e fiscalização.

É abrangente e diversificado o rol de tarefas que podem ser executadas pelas ONGs, mediante recursos obtidos com a renúncia fiscal. As mais importantes dizem respeito à proteção das reservas florestais e de vegetação, da flora e da fauna, dos mananciais de água, e do solo, todas intimamente relacionadas aos microclimas.

Quanto à ecologia urbana, sobressai o desafio da coleta e tratamento do esgoto e do lixo, que no Brasil representam os maiores focos de emissão de gases poluentes e de doenças.

A maior parte dessas ações implica dois pilares da luta ecológica: a educação e a mobilização das comunidades afetadas pelos problemas ambientais ou interessadas em preveni-los.

As entidades não-governamentais podem complementar o trabalho desenvolvido na área pelos Estados, Municípios e a própria União.

Para assegurar a boa destinação da receita pública renunciada, a proposição de Waldeck Ornelas estabelece o controle da execução dos projetos incentivados e a sua avaliação pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente. Portanto, o controle será do próprio Fundo.

Também prevê os crimes pela não-execução parcial ou total do projeto, ou por desvios, bem como as penalidades cabíveis.

Sr. Presidente, acredito que a instituição do incentivo fiscal para aplicação no meio ambiente produzirá, como já me referi, efeitos semelhantes aos alcançados pela Lei Rouanet na área da cultura.

E uma vez que o futuro “Imposto de Renda Ecológico” terá amplitude federal, atingirá simultaneamente objetivos nacionais e locais. Assim, possibilitará a indispensável articulação entre o todo e as partes do País.

No caso do Brasil, investir em meio ambiente deve adquirir caráter de prioridade nacional! Somos dos poucos países relativamente privilegiados pelo fato de ainda dispormos de amplo, rico e variado patrimônio natural.

Acham-se ameaçados de ocupação, no Brasil, aproximadamente 26% dos quase 1,5 milhão de quilômetros quadrados de florestas priorizadas, no ano

2000, para a criação de florestas públicas destinadas à exploração sustentável. Porém, ainda temos um milhão de quilômetros quadrados de florestas em condições de ser conservadas. Basta que o Governo viabilize com rapidez essa prioridade.

As metas anunciadas pelo Governo para esse fim são ambiciosas. Mas permanece a dúvida se serão atingidas, pois persistem as fortes restrições de execução do Orçamento-Geral da União. Se não considerarmos nossos recursos naturais como capital efetivo para o futuro do País, nós ou bem próximas gerações o veremos dissipar-se, tal como o perulário que põe a perder sua fortuna.

É chegada a hora de o Brasil levar a sério o diferencial que tem em relação a inúmeras nações. Água, verde e ar limpo representam, hoje, moeda corrente nas transações internacionais de um mundo crescentemente globalizado.

Aí está o Tratado de Kyoto, finalmente em vigor. Nada menos de 120 países o ratificaram e, entre os mais poderosos da terra, apenas os Estados Unidos, infelizmente, dele ainda não participam. Mas, para o Brasil, importa mais não relaxarmos na defesa e preservação de nossos ecossistemas. A exemplo do futebol também nesse campo precisamos competir e ser o melhor.

Kyoto estabelece que, entre os anos 2008 e 2012, as nações industrializadas devem cortar em 5,2% a emissão de gases geradores do efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono. Esse percentual corresponde a algo entre 4 e 5 bilhões de toneladas de gases, equivalentes a cerca de US\$4 bilhões, segundo a cotação atual de apenas US\$4 por tonelada de carbono.

Por outro lado, o tratado permite que os países com emissões acima dos níveis máximos estabelecidos possam comprar créditos de carbono de nações em desenvolvimento, como o Brasil, e financiar projetos que reduzam poluentes, mesmo se elas não tiverem limites quantitativos de emissões.

Mas também nessa área o Brasil tem de concorrer, principalmente com a China e a Rússia, que possuem maiores fontes poluidoras e atraem mais os compradores de crédito de carbono.

A Índia e a Coréia também estão no páreo, sinalizando como é dura também a competição no campo de investimentos aberto pelo Tratado de Kyoto.

Por ora, o Brasil apresentou menos de vinte projetos e conseguiu até agora aprovar apenas dois, pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, instituído pelo Tratado para autorizar a compra de créditos de carbono e os seus investimentos.

Os dois projetos visam reduzir, no prazo de vinte anos, trinta milhões de toneladas de emissão de gás

carbônico em aterros sanitários, representando créditos de carbono no valor de US\$150 milhões.

As projeções são de que nosso País terá de fazer muito esforço para captar créditos. Durante a vigência do Tratado de Kyoto até 2012, podemos nos limitar a US\$400 milhões, apenas 10% do total mundial.

A forte concorrência, a limitação do montante de créditos disponíveis, o longo tempo de maturação dos projetos ambientais e o fato de o Brasil não ter emissores mais pesados de gases poluentes exigem que o Governo Federal se desdobre no fomento à elaboração de projetos destinados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

As avaliações de consultores especialistas na área são de que, até o momento, as autoridades brasileiras não estão devidamente atentas ao tema das graves mudanças climáticas.

As iniciativas partem mais da iniciativa privada que do Governo.

Isso reforça a contribuição que a futura Lei Ornelas poderá fazer. Com recursos de renúncia fiscal, previstos pela proposição do ex-Senador pela Bahia, entidades não-governamentais poderão não só promover ações conservacionistas e preservacionistas diversificadas, mas ainda ajudar a elaborar e desenvolver projetos ambientais que resultem em limpeza do ar e sejam capazes de captar créditos de carbono.

O tratamento do lixo e dos esgotos é prioridade brasileira e pode constituir a principal fonte de geração de créditos de carbono, valiosos para comprar nossas divisas.

Como já salientei, o Projeto Ornelas, que o Senado tem a responsabilidade e o privilégio de deliberar, pode ser um ovo de Colombo. É o caminho mais direto para o Brasil avançar cada vez mais e com maior celeridade, rumo a seu destino de ser, no futuro, o mais vasto e variado território ecológico do Planeta.

Sempre com o sonho e os ideais dos conservacionistas, mas também com os pés na terra, ou seja, na realidade de escassez de recursos em que ainda padece o nosso País.

Sr. Presidente, espero que o Governo Federal não vete um projeto como este, já aprovado pelo Senado, e que a Câmara possa aprová-lo também rapidamente. Teremos um importante incentivo para os projetos ambientais do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência por eu me estender um pouquinho mais do tempo previsto.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azevedo, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela Liderança do PFL, solicito a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está inscrito. Obedecendo à lista dos oradores, concederemos a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, e, logo em seguida, V. Ex^a usará da palavra.

Senador Alvaro Dias, de acordo com o Regimento, sob a guarda do nosso Secretário-Geral Antonio Carreiro Silva, V. Ex^a tem dez minutos de prorrogação.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Eu não poderia deixar de registrar sempre a presença, em todas as sessões, do Senador Alvaro Dias, sempre em Brasília de segunda as sextas-feiras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E que esse nome seja uma sugestão de dias melhores para o Brasil.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Paulo Octávio, também sempre presente. É evidente que o Senador Mão Santa não falta também.

Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a ia começar a falar. Posso pedir a palavra pela ordem antes?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA) – Pois não, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA) – Só para encaminhar à Mesa, Sr. Presidente, requerimento solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira de Futebol pelo belo feito de, pela 18^a vez seguida, sem jamais ter ficado fora, o Brasil ter se classificado para uma Copa do Mundo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa aguarda por escrito o requerimento de V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito da referência do Senador Arthur Virgílio, ontem, no Estádio Mané Garrincha, a torcida brasileira aproveitou para ironizar os políticos. Foram inúmeras as faixas ostentadas pelos torcedores do Brasil, destacando a crise política em nosso País, evidentemente fulminando impiedosamente os políticos, desde o “Fora Lula”, até outras faixas, à crítica contundente às instituições públicas do País, a partidos políticos e a políticos de forma geral.

Essa faixa, cuja foto está estampada na primeira página do Jornal **O Globo**, do Rio de Janeiro, retrata muito bem esse cenário de indignação que toma conta do nosso País e, sobretudo, tem um significado espe-

cial, o da generalização. A faixa diz: “Nosso Congresso, uma vergonha. Nossa seleção, um orgulho!”

Notem que não há aqui uma crítica a esse ou àquele Parlamentar. Não há uma denúncia relativamente ao comportamento individual. Há aqui a generalização que pesa sobre o Congresso Nacional. Eu creio que podemos aprender uma lição: não temos o direito de justificar a generalização com atitudes de complacência, condescendência, de omissão ou de convivência em relação à quebra do decoro parlamentar.

Faço referência a esta faixa, Sr. Presidente, porque estamos diante de mais uma denúncia da maior gravidade. Antes, Senador Arthur Virgílio, era o mensalão; agora, é o bandejão porque envolve propina oriunda do restaurante da Câmara dos Deputados ao então Secretário da Câmara e agora Presidente, que nos representa em Nova Iorque, na ONU, evidentemente vendendo uma péssima imagem do nosso País, que não corresponde, na realidade, à imagem de povo competente, trabalhador e disciplinado, como é o povo brasileiro. É uma imagem que nos envergonha pela sucessão de fatos, pelo conjunto da obra que justificaria, sim, uma representação ao Conselho de Ética na Câmara dos Deputados por quebra do decoro parlamentar do seu Presidente Severino Cavalcanti.

Depois das denúncias, duas notas em 48 horas que não explicam, que não nos induzem a acreditar na inocência do Presidente Severino e consequente irresponsabilidade do denunciante. Faço referência a alguns tópicos desta nota. Todos sabem, mas é bom rememorar que o Presidente da Câmara dos Deputados foi acusado de receber o chamado “mensalinho” – que, já que é para apelidar tudo, creio “bandejão” fica melhor – de R\$ 10.000,00 durante todos os meses do ano de 2003, pago pelo concessionário do restaurante do Anexo IV do prédio da Câmara dos Deputados. O empresário que denunciou forneceu as datas dos pagamentos e os nomes dos funcionários que receberam esse pagamento. Diz o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti: “No mesmo dia, determinei ao senhor diretor-geral da Casa que oferecesse todos os esclarecimentos a respeito do contrato da Câmara dos Deputados com a Buani & Paulucci. O diretor-geral está orientado a prestar quaisquer informações”.

Ora, Sr. Presidente, o contrato da Câmara dos Deputados com a Buani & Paulucci, empresa concessionária do restaurante, não foi posto em questão, nem pela revista, nem por quem quer que seja. Ninguém questionou o contrato. O que está em questão são o recebimento de propina, que é bem diferente, e o documento que o Deputado Severino Cavalcanti assinou.

Diz ele que provavelmente assinou sem saber o que estava assinando.

Ora, quem se elege Presidente da Câmara dos Deputados elege-se para saber e não para ignorar, especialmente saber o que está assinando. Será, Senador Mão Santa, que ele assinaria uma carta de renúncia? Eu não creio que assinasse. Portanto, certas explicações complicam e não justificam.

Diz ainda o Presidente da Câmara: "Decidi solicitar ao Tribunal de Contas da União auditoria urgente e especial em todos os contratos que envolvem a empresa."

Ora, mais uma vez, não há questionamento em relação aos contratos; o que se questiona é o recebimento da propina.

Outra questão: "Internamente determinei ao diretor-geral a criação de comissão de sindicância sujos membros serão indicados pelo próprio diretor-geral para a apuração dos fatos."

Veja: como pode o diretor-geral, que é nomeado pelo próprio Presidente da Câmara, como pode ter ele isenção para investigar atos do Presidente? É evidente que não há isenção. Portanto, essa medida é também inócuia e compromete o Presidente. Não é esse o procedimento que se adota em situações como esta. Ainda diz a nota: "Por último, estou encaminhando toda a matéria sobre o referido assunto publicada pela imprensa, nos estritos termos regimentais, ao Sr. 2º Vice-Presidente e Corregedor."

Sr. Presidente, o 2º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e Corregedor, Ciro Nogueira, é Deputado do partido do Severino, foi indicado por ele, inclusive para ser Ministro do Presidente Lula. Acabou não sendo, mas foi indicado. Os dois são amigos fraternais. Severino, inclusive o chama de "meu filho". Portanto, em 48 horas apenas, o Presidente Severino publica duas notas pífias, que não esclarecem e só comprometem.

O que cabe agora? Lideranças dos Partidos de Oposição fazem um apelo para que o Presidente se afaste do cargo até a conclusão da investigação. Ora, Presidente Mão Santa, creio não ser suficiente. Os fatos se sucederam, o Presidente Severino adotou uma postura de complacência com a corrupção quando tentou atenuar as penalidades que devem ser aplicadas a parlamentares envolvidos no esquema corrupção que provoca indignação no País.

Pelo conjunto da obra, já podemos reunir razões suficientes para uma representação ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Como os demais, ou mais até do que os demais, deve o Presidente da Câmara ser julgado, sim, para eventual instauração do processo de cassação do seu mandato. A situação se agravou a tal ponto que não basta um simples afastamento.

E ainda agora o Presidente Severino voa para Nova Iorque para representar a instituição parlamentar do Brasil na ONU. Não é a representação adequada, não é a representação que condiz com a respeitabilidade do nosso País no cenário internacional. Então há que se adotar medidas rigorosas. Se não formos rigorosos diante de fatos como esses, estaremos justificando a generalização que toma conta, que toma corpo, no País, relativamente às instituições públicas, em especial, à instituição parlamentar.

Temos duas opções, Senador Mão Santa: ou condenamos o parlamentar e preservamos a instituição, ou preservamos o parlamentar, condenando a instituição a uma descrença ainda maior do que aquela que já a atinge fortemente. E não tenho dúvida alguma de que o que se espera da Câmara dos Deputados é a preservação da instituição parlamentar, mesmo que isso custe a condenação de parlamentares, especialmente no caso de um parlamentar que alcançou prestígio e popularidade por chegar à Presidência da Câmara sem o necessário preparo para o exercício de função de tamanha importância, já que o Presidente da Câmara é o terceiro na sucessão.

Enfim, ouvimos, hoje, algumas afirmativas de que a oposição tem que assumir a sua responsabilidade, com a citação, inclusive, do nosso Partido, Senador Arthur Virgílio, que teria sido responsável pela eleição do Presidente Severino. Não me parece ser o momento para se discutir responsabilidade, mas também não é o momento para se responsabilizar quem responsabilidade não tem, porque o PSDB, por meio de suas lideranças, publicamente, assumiu a defesa da candidatura oficial do Deputado Greenhalgh. Em respeito à tradição, o Partido maior indica o candidato a Presidente, e essa tradição há que ser respeitada oficialmente. É possível que um ou outro Parlamentar do PSDB tenha aproveitado a oportunidade e votado favoravelmente ao Deputado Severino, mas a posição oficial manifestada pelas Lideranças do Partido publicamente foi em defesa da tradição do Congresso Nacional.

A responsabilidade, na verdade, é do Governo. Este não teve competência, não teve habilidade na articulação política e permitiu o lançamento de dois candidatos do Partido oficial do Governo, o PT, o que naturalmente proporcionou à base aliada seguir o caminho da divisão, do fracionamento, obviamente levando à Presidência da Câmara o Deputado Severino Cavalcanti.

Embora não seja esta a melhor oportunidade para se discutir responsabilidade, já que é um fato consumado, hoje ouvi esse questionamento alcançando o PSDB e, por essa razão, entendi ser oportuno abordar essa questão da tribuna do Senado Federal.

Concedo ao Senador Arthur Virgílio o aparte que S. Ex^a me solicita.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, a propósito da posição das Oposições na eleição do Presidente Severino Cavalcanti, tenho hoje em mãos uma entrevista, publicada na **Folha de S.Paulo**, de um respeitável intelectual, o Sr. Renato Lessa, professor de Teoria Política do Iuperj (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), em que ele estranhamente diz que a Oposição deve pedir desculpa pela eleição de Severino. Eu faço até contas para chamar a atenção de S. S^a, o professor Renato Lessa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – A Oposição tinha maioria na Câmara.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Severino teve 300 votos no segundo turno. As Oposições, todas juntas, chegam a 130 votos, se tanto, na Câmara dos Deputados. Pergunto ao professor Renato Lessa e pergunto a quem quer de bom senso que queira analisar a questão em profundidade: onde estavam os outros 170? No PT; em descontentamentos; naquela vontade a que Benedito Valadares se referia, quando dizia que, no voto secreto, dava uma vontade enorme de trair; nos aliados. Enfim, o PT não soube articular a eleição do seu candidato, embora tenha escolhido um bom nome, e o PT, ao final, está hoje aliançado com o Presidente Severino Cavalcanti, que é elogiado sistematicamente por seus Líderes de Partido e de Governo na Câmara, enquanto os da Oposição estão procurando repor a dignidade formal da figura do Presidente da Casa. Por isso, julgo oportuno dizer que o Sr. Renato Lessa é muito inteligente e muito preparado para tentar afirmar que Lula pede desculpas – ele não pediu – e que nós aqui teríamos que pedir desculpas, como se tivéssemos feito as mesmas coisas que Lula fez ou deixou de fazer – não o fizemos. Então, não procede, de jeito algum, o que diz o professor Renato Lessa. Quem tem que pedir desculpas e ainda não o fez é o Presidente Lula, por tanta coisa, inclusive por ter permitido incompetentemente a eleição do Sr. Severino Cavalcanti para a Presidência da Casa.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a repõe com inteligência a verdade. Vou concluir.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo afirmando: é evidente que não basta pedir desculpas. Imagine-se o Presidente Severino admitindo que aceitou a propina. S. Ex^a pede desculpas e continua na Presidência da Câmara? Da mesma forma, o Presidente Lula. De nada adianta um pedido de desculpas. O País exige muito mais do que um simples pedido de desculpas. O País exige dos Parlamentares, neste momento, rigor absoluto, uma postura irrepreensível em relação

à necessária punição daqueles que se envolvem em falcatacas. Não me parece que o Presidente Severino possa pedir desculpas e ser perdoado, se evidentemente ficar comprovado não apenas que ele recebeu uma propina de R\$10 mil por mês. Enfim, ele recebeu e, se recebeu, deve pagar por ter recebido; se recebeu, houve quebra do decoro parlamentar...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Em havendo quebra do decoro parlamentar, tem que haver a instauração do processo de cassação do seu mandato.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de termos o prazer de ouvir o Senador Paulo Octávio, que falará como Líder do PFL, encaminho à Mesa um pronunciamento em que me associo ao protesto do Deputado, pelo meu Estado, Humberto Michiles, dizendo que é preciso tomarmos uma atitude durante a votação do Orçamento, até impedindo a sua votação, se o Governo consumar a vedação de recursos para que se conclua, para que se ultime e faça o chamado Linhão, que deveria interligar a Hidrelétrica de Tucuruí ao Amazonas.

Devo deixar bem claro que, associado ao Deputado Humberto Michiles, se isso acontecer, eu pessoalmente trabalharei para obstruir, a partir de agora, a votação de quaisquer passos do Orçamento da União. Quem avisa amigo é, ou adversário leal é. Quem avisa, enfim, o faz porque não quer nada de surpresa, nada pelas costas.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esse Orçamento, sem o recurso – que é uma emenda de autoria do Senador Jefferson Péres – para fazer o Linhão de Tucuruí chegar ao meu Estado, vai demorar muito mais do que possa imaginar o Presidente e o Fundo Monetário Internacional.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Amazonas mais uma vez corre o risco de vir a ser prejudicado pelo Governo do Presidente Lula, dessa vez na questão do abastecimento de energia elétrica. Uma parte da solução do problema depende

do chamado Linhão, que vai interligar a hidrelétrica de Tucuruí ao Amazonas. Mas o Linhão pode atrasar.

O início da implantação dessa linha de transmissão já conta com verba no Orçamento da União, assegurada por emenda de bancada de iniciativa do Senador Jefferson Péres.

No entanto, e aí está o prejuízo para o Amazonas, o Governo Lula anunciou o remanejamento de R\$40 milhões do total previsto, assim adiando o que é um sonho acalentado por ao menos cinco municípios: Maués, Parintins, Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Urucurituba.

Esta semana, recebi informe do presidente da Associação Amazonense de Municípios, Sidney Leite. Ele, que é Prefeito de Maués, destacou a importância do Linhão para o Amazonas, por significar a interligação do Estado ao sistema nacional de energia.

Em Manaus, o Relator dessa matéria, Deputado Federal Humberto Michiles, anunciou, em entrevista na AAM, que vai resistir à aprovação do projeto de lei que trata desse remanejamento, a menos que o Ministério das Minas e Energia aprove uma alternativa, fazendo com que a linha, ao invés de ir de Itaituba a Maués ou de Itaituba a Parintins, como estava previsto, siga de Santarém a Parintins, passando por Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués e Urucurituba.

Desde logo, quero consignar aqui que apoierei a iniciativa do Deputado Humberto Michiles. Se preciso, obstruirei a votação do Orçamento da União até que a União volte atrás.

Fica o registro. Para valer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Aguardo o pronunciamento por escrito.

Anuncio, como orador inscrito, o Senador Paulo Octávio, do PFL do Distrito Federal.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos, de acordo com o Regimento.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero acompanhar o Senador Arthur Virgílio na homenagem que fez à Seleção Brasileira, presente em Brasília em um jogo memorável que classificou o Brasil para a Copa do Mundo de 2006. Fiquei muito feliz com a convivência que tive com o Dr. Ricardo Teixeira, com os dirigentes da Seleção, e ressalto que fiquei impressionado com a organização e a estrutura da nossa CBF. O time realmente conta com grandes craques. Com certeza, faremos sucesso na Copa do Mundo de 2006.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para comentar uma solenidade que tive o prazer de presenciar, hoje pela manhã, exatamente no prédio do jornal

Correio Braziliense, em sua sede. Na presença de muitas personalidades, de autoridades da República, como o Vice-Presidente, como o Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Roriz, de Parlamentares, de secretários, foi feito o hasteamento da Bandeira do Brasil e realizaram-se homenagens ao nosso País pela Semana da Pátria.

Passo a ler aqui uma nota que foi lida naquela solenidade, de autoria de Márcio Cotrim, diretor-executivo da Fundação Assis Chateaubriand, que é um pioneiro da nossa cidade, uma pessoa por demais conhecida e querida em Brasília, tendo em vista que está sempre lutando pelos interesses maiores da nossa cidade. Nota feita por ele e assinada por toda a diretoria do jornal **Correio Braziliense**:

No momento em que, embalados pela leve brisa do Planalto, aqui promovemos a inauguração da Semana da Pátria, unamos nossos corações nesta casa de Assis Chateaubriand, aquele que nos legou incomparável vocação de brasiliidade e permanente espírito empreendedor.

É fato que as nações conhecem, em sua trajetória histórica, momentos emblemáticos.

Momentos adjetivos, aqueles marcados por episódios bélicos que destroem fisicamente seus filhos, suas cidades, suas riquezas materiais e os que afetam a moral e a ética dos estratos superiores da órbita governamental, inclusive no campo legislativo. No caso do Brasil, eles efetivamente têm ocorrido a espaços no tempo, mas, como as folhas na tempestade, logo amainam e retornam a seu leito, depois de saneado terreno maculado.

Para felicidade nossa, prevalecem mais altos os momentos substantivos, aqueles que nos inspiram a cada passo, a cada palpitar do coração brasileiro. Neles, a serena certeza de que a alma de nosso povo é boa, generosa, fraterna.

Nesta bela e incomparável capital construída pela indômita determinação do Presidente Juscelino Kubitschek e cuja história vem sendo contada desde seu primeiro sopro de vida pelo **Correio Braziliense**, que todos nós, irmados na convergência dos melhores anseios, saudemos e festejemos a data maior da nacionalidade com o peito em festa e a convicção de que os anos que virão hão de bafejar de paz e progresso este País iluminado.

Essa bela nota foi lida hoje de manhã, na presença das autoridades que mencionei, dos funcionários

rios, dos diretores, de todos os jornalistas que fazem o **Correio Braziliense**.

O jornal **Correio Braziliense**, Sr. Presidente, tem uma história que se funde com a história de Brasília, tendo se iniciado, em sua segunda etapa, em 21 de abril de 1960, data da inauguração da Capital. A primeira etapa foi em Londres, em 1808, tendo sido um baluarte pela luta de nossa independência.

Agora, o **Correio Braziliense**, veículo que tem a cara de Brasília, promove, já pelo terceiro ano consecutivo, uma cerimônia de desfraldamento da Bandeira Nacional, tamanho gigante, em sua sede, no Setor Gráfico, por motivo da Semana da Pátria, com a presença de autoridades e representantes da comunidade.

Hoje, foi promovida a solenidade, sob a presidência do engenheiro Álvaro Teixeira da Costa, Presidente do S.A. **Correio Braziliense**, com a presença do Vice-Presidente José Alencar e do Governador Joaquim Roriz.

É uma solenidade simples, com a execução do Hino Nacional, soltura de balões e desfraldamento do pavilhão sob a marquise e a empêna do prédio, mas é um evento carregado de simbolismo e que deveria ser imitado por todas as empresas, por todos os sindicatos e associações, escolas e prefeituras deste País, pois é importante implantar a cultura do culto a Brasília, do culto à Bandeira Nacional, nosso símbolo da Pátria.

A solenidade, como escreveu o jornalista Márcio Cotrim, é inspirada naquele que nos legou incomparável vocação de brasiliidade e permanente espírito empreendedor.

E ressaltou que as nações conhecem, em sua trajetória histórica, momentos emblemáticos. Momentos adjetivos, aqueles marcados por episódios bélicos que destroem fisicamente seus filhos, suas cidades, suas riquezas materiais, e os que afetam a moral e a ética dos estratos superiores da órbita governamental, inclusive no campo legislativo. No caso do Brasil, eles efetivamente têm ocorrido a espaços no tempo, mas, como as folhas na tempestade, logo amainam e retornam a seu leito, depois de saneado o terreno maculado.

Para felicidade nossa, prevalecem mais altos os momentos substantivos, aqueles que nos inspiram a cada passo, a cada palpitar do coração brasileiro. Neles, a serena certeza de que a alma do nosso povo é boa, generosa, fraterna.

Nesta bela e incomparável capital, construída pela indômita determinação do Presidente JK e cuja história vem sendo contada desde seu primeiro sopro de vida pelo **Correio Braziliense**, que todos nós, irmados na convergência dos melhores anseios, saudemos e festejemos a data maior da nacionalidade com o peito em festa e a convicção de que os anos que virão hão de bafejar paz e progresso neste País iluminado.

Sr. Presidente, Alvaro Dias, faço este registro como Senador de Brasília, como cidadão que aqui reside há 44 anos e que aqui fincou raízes indestrutíveis.

Essa iniciativa engrandece e sinaliza o compromisso que a família dos Diários Associados estabelece com nossas instituições mais respeitáveis. Tudo foi desprovido de qualquer ostentação, qualquer posicionamento demagógico, passado longe de qualquer atitude que não seja a de lembrar ao nosso povo a importância patriótica e a honra de ser brasileiro.

Historicamente, o **Correio Braziliense** é um jovem sentinela em defesa dos interesses desta cidade desde que aqui chegou, junto com os pioneiros e heróis que iniciaram a epopéia gloriosa que é Brasília. O jornal começou cedo, corajoso, acompanhando passo a passo o progresso da cidade e fiscalizando os seus dirigentes com absoluta imparcialidade e competência, competência essa que nos informa a todos nós diariamente, a competência de bem informar.

A Semana da Pátria, Sr. Presidente, que já movimenta corações e mentes bem intencionadas deste País, é lembrada pelos Diários Associados talvez como uma forma de chamada de consciência, de alerta para que brasileiros e brasileiras tenham em mente que, acima das crises políticas que nos incomodam, acima de fatos negativos que porventura empanam ou embaçam nos olhos, aguçam o nosso sentido crítico, está o nosso País, a nossa Pátria, que, pela sua história democrática de agir, jamais poderá deixar de ser amada e reverenciada pelos seus filhos em todos os cantos deste País, em todos os locais onde estejam brasileiros dignos e honrados.

Vejo essa platéia formada por jovens estudantes. Fico feliz, Sr Presidente, de ver esses jovens demonstrando essa cidadania, querendo conhecer Brasília, querendo conhecer o Congresso Nacional e o funcionamento do Senado Federal. Sejam bem-vindos a esta Casa! Vocês representam o Brasil de amanhã!

Quero, para finalizar, Sr. Presidente, cumprimentar e dar parabéns à família associada, seus diretores, funcionários, desde os mais humildes até os mais graduados. Cumprimentos os seus jornalistas, profissionais que têm responsabilidade social e cívica, que fazem parte, vinte e quatro horas por dia, dos rumos de uma comunicação sadia, saudável e de extrema importância para o nosso País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Senador Mão Santa, com o maior prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Octávio, Brasília ontem simbolizou o País na vitória do futebol. Das inúmeras obras reconhecidas de Juscelino

Kubitschek, Brasília foi, sem dúvida, a mais marcante para o mundo. Ela fez com que o País, em quinhentos anos, o escolhesse como seu mais importante filho. V. Ex^a sempre se inspira em JK. Mas outro fato dominante nesta cidade de qualidade de vida extraordinária é que ela é uma das melhores cidades do mundo. Eu a considero mais bem plantada do que Washington, porque não temos aquele racismo de Washington, pois temos o amor entre todos as raças. Além da dívida com os mineiros, que vieram construí-la, Brasília tem, em segundo lugar, uma dívida com os piauienses, pois a segunda maior colônia de brasileiros que vieram construir Brasília é de gente do Piauí. Daí as virtudes da gente. Quanto ao jornal, vou dizer francamente: o País era habituado a ler os jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. Mas hoje esses jornais de Brasília, o **Correio Braziliense** e o **Jornal de Brasília**, passaram à frente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado. Agradeço ao Senador Mão Santa o aparte e a homenagem ao Presidente JK, que, como V. Ex^a, foi um grande médico e tantos serviços prestou ao nosso País como um grande dirigente e, talvez, o maior estadista que este País teve nos últimos séculos.

Quero falar da minha alegria de hoje, da tribuna do Senado, cumprimentar essa iniciativa do **Correio Braziliense**, que, pelo terceiro ano consecutivo, homenageia a Semana da Pátria e a nossa independência. É uma prévia do Sete de Setembro.

Por isso, deixo aqui o meu forte abraço ao Presidente Álvaro Teixeira da Costa, aos demais diretores e um abraço especial ao pioneiro Ari Cunha, que tanto fez por Brasília. Ele chegou aqui junto com as máquinas do jornal e imprimiu a primeira edição. Cumprimento todos os jornalistas que, diariamente, trabalham para que o jornal seja uma realidade. É um dos jornais mais lidos e respeitados do nosso País. Fica a minha homenagem ao **Correio Braziliense** e à sua direção.

Fico sensibilizado de ter, hoje, presenciado uma cerimônia que me tocou o coração, até porque, quero aqui registrar, as crianças que hastearam as bandeiras do Brasil e de Brasília fazem parte das creches que são assistidas pelo Projeto Correio Solidário, uma forma de dar proteção a tantas instituições sociais de Brasília. Quero cumprimentar também a Dr^a Nazaré, que tem feito um trabalho social muito bonito em Brasília e que realmente fez questão de levar as crianças lá para que pudesssem hastear o pavilhão nacional e a bandeira da nossa querida cidade. Parabéns mais uma vez!

Obrigado, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias.

Obrigado, Senador Mão Santa.

Mais uma vez, parabéns à nossa Brasília e ao nosso Brasil pela vitória de ontem.

Brasil rumo à Copa de 2006!

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Paulo Octávio. Receba os nossos cumprimentos e, evidentemente em seu nome, as congratulações a Brasília pela extraordinária forma com que recebeu a seleção brasileira ontem. Tratou-se de uma verdadeira festa popular com muita organização, disciplina, segurança, revelando a competência da nossa Capital em empreender, em realizar eventos nacionais e internacionais de repercussão, como o de ontem.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa e, posteriormente, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Enquanto S. Ex^a se dirige à tribuna, peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inscrição nos Anais da Casa do magnífico artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, publicado na contracapa da revista **Veja** deste final de semana. O jornalista compara as trajetórias de dois lutadores: o Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, e o Deputado Fernando Gabeira. Conclui, corroborando os termos da indignação que demonstrou o Deputado Gabeira, ao pedir que se retome na Câmara a dignidade formal do cargo de Presidente da Mesa.

Trata-se de um artigo muito bem elaborado, como costumam ser os da lavra de Roberto Pompeu de Toledo, desta vez com uma mensagem de esperança; não é negativista. Ele entende que o Brasil tende a querer mais aquilo que foi pedido – não foi muito – por Fernando Gabeira do que a conservação em estado menor do que sofrível do que significa a presença na presidência da Casa do Sr. Severino Cavalcanti.

Peço a inscrição nos Anais da Casa de um artigo que, a meu ver, foi profundamente esclarecedor, acenando com essa pitada de esperança e com a força do talento e da capacidade de crítica de um jornalista que está entre os mais caracterizados da imprensa deste País.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Uma bela cena num filme ruim

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

*Gabeira
faz crer
que quem
sabe um
dia sejam
derrotadas
a safadeza
e a estultícia*

everino José Cavalcanti Ferreira nasceu em João Alfredo, Pernambuco, em 1930. No ano entre todos memorável de 1964, elegeu-se prefeito de sua cidade natal. Estava por cima. Abri-gava-o a legenda da UDN, partido que apoiou o golpe militar contra o governo Goulart. Fernando Paulo Nagle Gabeira nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1941.

Em 1964, era redator do *Jornal do Brasil* e no dia 1º de abril tentou

entrar na fila da distribuição de armas ao povo que seria promovida pelo almirante Cândido Aragão. Estava por baixo. Não havia armas a distribuir, não havia resistência.

No ano de 1968, Severino Cavalcanti cumpria seu primeiro mandato como deputado estadual em Pernambuco. Agora pertencia à Arena, o partido que dava sustentação aos governos militares. Fernando Gabeira selou, nesse mesmo ano, num encontro com um militante mais antigo, na Praça Antero de Quental, no Leblon, seu ingresso num movimento clandestino de combate ao regime. Era uma tarde bonita. Gabeira olhou em volta e estranhou que tudo continuasse no mesmo lugar: as babás que passeavam com as crianças na praça, os carrinhos da Kibon que vendiam sorvete na Avenida Delfim Moreira.

Em 1969, Gabeira integrou o grupo que seqüestrou o embaixador americano Charles Burke Elbrick. Em 1971, Severino Cavalcanti foi eleito para o segundo dos sete mandatos de deputado estadual que exerceria em Pernambuco. Em 1973, no exílio no Chile, Gabeira sofreu nova derrota com o golpe que derrubou Salvador Allende do poder. Em 1975, Severino Cavalcanti tornou-se o vice-líder da bancada da Arena da Assembléia pernambucana. Gabeira agora vivia na Europa. Na Suécia, exerceu a função de condutor do metrô.

Em 1978, Severino Cavalcanti recebeu a medalha da Soberana Ordem dos Cavaleiros do Estado de São Paulo e, no ano seguinte, a Pernambucana do Mérito, classe ouro. Em 1979, Gabeira voltou ao Brasil, beneficiado pela anistia, e apresentou-se na Praia de Ipanema com uma minúscula sunga de crochê. A sunga era um manifesto político. Significava que a política do corpo se acrescentaria a seu ideário. Em 1980, Severino Cavalcanti perpetrhou sua primeira ação de repercussão nacional ao denunciar o padre italiano Vito Miracapillo, que se recusara a celebrar missa no dia 7 de setembro em protesto contra o regime. A denúncia foi acolhida pelo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, e o padre, expulso do Brasil.

Se a vida de cada pessoa pudesse ser traduzida em rasciscos de eletrocardiograma, a de Gabeira configuraria uma disparada de impulsos que desembestam em tropelias, enquanto a de Severino Cavalcanti exibiria a linearidade da planície. Uma é complexa, a outra simples. A primeira tem a marca da inquietação, responsável tanto por explorações inovadoras como por equívocos, a segunda se nutre da acomodação fronteiriça e da cautela esperta. Esses dois homens tão diferentes encontraram-se, em 1995, onde os diferentes devem mesmo se encontrar: a Câmara dos Deputados. Por coincidência, iniciam no mesmo ano uma carreira federal, Gabeira eleito pelo Partido Verde do Rio de Janeiro, Severino pelo PFL de Pernambuco. Gabeira se destacaria por causas novas como a do meio ambiente ou polêmicas como a descriminação da maconha. Severino, pela defesa do aumento de salário dos deputados e pelo direito de nomear parentes para o serviço público.

Na terça-feira passada, quem assistiu à cena do deputado Fernando Gabeira, o dedo em riste, investindo contra o colega Severino Cavalcanti, durante sessão plenária da Câmara, viu uma cena bela, de recuperar a crença no Parlamento. Como no começo desta história, Severino estava por cima, encarapitado na presidência da mesa, e Gabeira por baixo, um cavaleiro solitário no centro do redemoinho que cerca o microfone dos apartes. Naquela manhã, a *Folha de S.Paulo* trouxera uma entrevista em que Severino Cavalcanti negava a existência do mensalão e defendia que as punições no Congresso se limitassem a "censuras", sem chegar ao rigor das cassações de mandatos.

"Vossa Excelência está se comportando de maneira indigna", começou Gabeira. Ele falava com a fúria dos justos. Lembrou que até defender empresa acusada de explorar trabalho escravo Severino já fez — é o caso de uma destilaria pernambucana para a qual fez gestões, meses atrás. "Vossa Excelência está em contradição com o Brasil", acrescentou, fazendo-se porta-voz de todos quantos querem puxar o Brasil para a frente, na face de alguém cujo propósito notório é empurrá-lo para trás. É ironia da grossa que Gabeira, ícone da esquerda no passado e hoje paladino das causas de vanguarda, atacasse um estado de coisas semeado por obra e graça do atual governo enquanto a defesa ficava por conta de Severino. "A sua presença na presidência da Câmara é um desastre para o Brasil e para a imagem do país", disse ainda Gabeira, e encerrou prometendo iniciar um movimento para derrubá-lo. Ficou no ar a esperança de que um dia, quem sabe, contra todas as evidências oferecidas pela hora presente, possam ser derrotadas a mediocridade, a safadeza e a estultícia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Associo-me a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que, em cumprimento aos calendários estabelecidos para a tramitação aos **Projetos de Lei nºs 40, de 2005-CN**, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2006”; e **41, de 2005-CN**, que “altera a Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2004/2007”, no prazo regimental, estão disponíveis os textos dos mencionados projetos de lei nos Suplementos ao **Diário do Senado Federal** do dia 2 de setembro do corrente ano.

Informo ainda que os textos em meio eletrônico das matérias foram encaminhados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, por dez minutos, com prorrogação de cinco.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão, no dia 5 de setembro, do Senado Federal.

Creio, Senador Arthur Virgílio, que nos Anais da história do Senado poucas vezes consta uma vigilância no dia 5 de setembro, antevéspera da comemoração do Dia da Independência. Isso mostra a responsabilidade do Senado.

Após esta capa vermelha, estão condensadas todas as reportagens políticas das principais revistas do Brasil, como **Carta Capital**, **IstoÉ Dinheiro**, **IstoÉ**, **Época** e **Veja**, cedidas aos Parlamentares.

É uma vergonha, Senador Cristovam Buarque! Nunca a frase de Boris Casoy foi tão justa. É só vergonha, malandragem, corrupção. Ficamos constrangidos. Eu não iria cansá-lo, Senador Cristovam. Eu iria buscar somente a **Carta Capital**, que traz, em sua capa, a matéria “No fundo do poço. Exclusivo. Pesquisa Ibope diz que 90% dos eleitores não confiam nos políticos”. Senador Alvaro Dias, de 100 brasileiros, somente 8 confiam nos políticos, porque 2 não opinam.

Professor Cristovam Buarque, veja a que o PT nos levou: de cada 100 brasileiros apenas 8 acreditam em políticos.

Senador Alvaro Dias, ainda bem que V. Ex^a preside esta sessão, porque V. Ex^a é acreditado por esses 8%. O País vê a sua luta, viu o seu Governo, honrado, no Estado do Paraná.

Eu, Senador Arthur Virgílio, até que estou à vontade, primeiro, porque o País é testemunha de que poucos começaram a contestar este mar de corrupção no País

– e eu era um desses. Para abrir uma sessão, há que se ter quatro Senadores presentes. Lembro-me de que estavam no plenário o Arthur Virgílio, bravo índio louro do Amazonas; Antero Paes; Efraim Morais e eu, que ficava presidindo porque tenho mais idade que eles. V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, tinha tirado licença. A Heloísa Helena era do PT, e quiseram levá-la à inquisição. Apagamos a fogueira e salvamos a Senadora.

Atentai bem, Senador Arthur Virgílio: só 8% dos brasileiros acreditam nos políticos! Também essa pesquisa informa que a categoria em que mais se acredita é a dos médicos – graças, talvez, a Juscelino, que deu exemplo de médico, participando na coisa pública; na Igreja Católica, 71%; nas Forças Armadas; nos jornais, 63%; nos engenheiros; na televisão; no rádio, 56%; nas Igrejas Evangélicas, 53%; nos sindicatos de trabalhadores, 51%; nos advogados. O Poder Judiciário também está fraco.

Há que se fazer uma reflexão. Rui Barbosa, que tão bem representou a Justiça, disse que o caminho da salvação é a lei.

Foram citados os publicitários; os empresários; a Polícia; o Senado Federal; a Câmara dos Deputados; os Partidos políticos; e os políticos, somente 8%.

Para onde nos levou, Senador Cristovam Buarque, o seu PT? Oito por cento! V. Ex^a é professor, único profissional que a sociedade, que o mundo chama de mestre, igual a Cristo. O Senador Pedro Simon é o primeiro político em que esses 8% acreditam. De cada 100 brasileiros, somente 8% acreditam nos políticos.

Atentai bem, Senador Pedro Simon: V. Ex^a hoje é uma ave rara. Tantos anos de vôo político, e a credibilidade, a vergonha e o exemplo aumentam. Mas está aqui. Essa é a realidade.

Além de tudo o que nos entristece e envergonha, há uma matéria que me preocupa muito: Marisa Letícia. A figura da mulher merece muito mais respeito do que a do homem. Quis Deus adentrar aqui o cristão Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, entendo que o maior drama da humanidade foi a crucificação de Cristo. Atentai bem! Todos os homens falharam: Anás, Caifás, José, seu pai, Pedro, os apóstolos, enfim, todos os homens. A mulher de Pilatos – a Adalgisinha dele – disse: “Pilatos, o homem era bom. Eu o observei pregar”. Verônica venceu os militares. Homens que havia lá na hora eram dois ladrões. Mulheres, eram três Marias. Então, a mulher é isso! E sei que D^a Marisa é. Mas nos constrange, a nós que amamos a mulher, a mãe – a minha era terceira franciscana –, a mulher esposa mesmo. Tenho quatro filhos, e Deus me proporcionou três mulheres. Constrange-me a humilhação, a gozação da Primeira

Dama. Não desejamos isso, Presidente Lula. Não desejamos, Senador Pedro Simon.

Presidente Lula, temos que ser humildes, mesmo. Humildes. Tento ensinar, mas é difícil Lula aprender. Como me tornei cirurgião? Estudei teoria, mas certas coisas não há livro que explique. Ninguém aprende a andar em livro, ninguém aprende a andar de bicicleta ou a nadar em livro. O mesmo no que diz respeito à cirurgia: ficamos ao lado de um cirurgião observando, observando, observando; depois, ajudamos; quando vemos, estamos operando.

Marisa Letícia, não custa nada V. S^a convidar, por exemplo... Tivemos extraordinárias primeiras-damas. Dona Ruth Cardoso foi nota dez. Está certo que era de outro partido. Mas temos D. Marly Sarney, que votou no "Lulinha Paz e Amor". E o Senador José Sarney usou toda a sua inteligência, fez malabarismos pela governabilidade. Ele me acalmava era muito aqui, hoje é porque está cansado. Então, D. Marisa Letícia, convide D. Marly Sarney, exemplo, símbolo e orgulho – obteve privilégios talvez educacionais, e, como primeira-dama de Estado, foi impecável –, para que não ocorram mais esses fatos, essas reportagens que nos constrangem. Queremos é ver a mulher enaltecidamente, principalmente a primeira-dama.

E a História mesmo, Lula, temos que estudar. Não adianta falar, falar, falar. Não dá tempo. Temos que tirar umas horinhas para aprender, para estudar. Júlio César, o romano, que todo mundo lê e estuda, fez uma meditação a esse respeito e disse que não basta a mulher de César ser honesta, ela tem que parecer honesta.

Agora, esta reportagem ridiculariza! Está aqui na revista **IstoÉ Dinheiro**: "Os presentes da Dona Marisa". Senador Pedro Simon, sei o que é isso. Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a é professor, mas não foi "prefeitinho"; foi um extraordinário Governador e um extraordinário Ministro.

Senador Pedro Simon, eu me lembro de que, quando governava o Piauí, nos primeiros dias, uma de minhas filhas se casou com um empresário, e recebi um carro de um grande empresário. Senador Pedro Simon, eu disse: "Olha, não vou poder aceitar o presente de aniversário". Porque, pela minha formação, sou filho de mãe da Ordem Terceira Franciscana, e só recebo, Senador Arthur Virgílio, um presente que eu tenha a possibilidade de dar: se ganho um livro, recebo, porque posso dar outro; se recebo um uísque, dou nem que seja um rum. E vamos vivendo. Mas um carro não vou poder dar. Tais fatos nos entristecem e são graves. A família tem que ser salvaguardada.

Mas nem tudo está perdido, Senador Alvaro Dias. E por que sou orgulhoso de ser do Piauí, Senador Pe-

dro Simon? O Amazonas é grandioso em terra; ganha, Senador Arthur Virgílio, em área geográfica. Mas, em matéria de virtude, Senador Alvaro Dias, tenho a convicção de que o meu Piauí ganha medalha de ouro. Não sei se a medalha de prata fica com os gaúchos lá das Farroupilhas!

E observem a salvação diante da desonra. Todas as páginas são vergonhosas. Não vou falar, repetindo o Senador Alvaro Dias, que inventou o "bandejão" – não é mais o "mensalão"; existe agora o "bandejão" na Câmara dos Deputados –, que apenas 8% dos políticos são acreditados. Sem crença não há confiança, sem confiança não há liderança! Então, o País está difícil.

Atentai bem, vamos agora mensurar, porque está no hino do Piauí: "Piauí, terra querida, Filha do sol do Equador. Na luta, seu filho é o primeiro que chega". Nós chegamos aqui, contestando isso, esse mar de incompetência, de corrupção, de crimes.

Mas, Senador Arthur Virgílio, esperança, apesar de tudo. E o único artigo que nos dá uma luz é lá do Piauí: João Paulo dos Reis Veloso. Atentai bem, Lula, está aí a sua salvação. Vossa Excelência não tira este Governo, Lula. Votei, trabalhei, acreditei, lutei. Vossa Excelência, Lula, não tira se não buscar seu Richeieu. Sugerir o Senador Cristovam Buarque. Cristovam, V. Ex^a recebeu o telefonema lhe convidando? Então, Sua Excelência não quer dar outro telefonema para não voltar atrás; palavra de rei não volta atrás. Mas que convide este: João Paulo dos Reis Veloso. Quinze anos sendo a luz do governo revolucionário dos militares. Quinze anos sendo a luz, o desenvolvimento tecnológico. João Paulo dos Reis Veloso, vindo lá do Piauí, filho de carteiro com costureira. Quinze anos! Nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Quinze anos mandando neste País! Isso é virtude de gente do Piauí. Atentai bem!

Pelo amor de Deus, Lula: a esperança, apesar de tudo. E ele é cristão. João Paulo dos Reis Veloso aprendeu com o apóstolo Paulo, que diz que a fé remove montanhas. Esperança e amor. E ele diz: "Esperança, apesar de tudo". Se não houver reforma logo mais, novas crises virão.

Senador Cristovam Buarque, João Paulo dos Reis Veloso, Coordenador-Geral do Fórum Nacional, na Abertura do Fórum Especial sobre Reforma das Instituições do Estado Brasileiro, em Brasília, no dia 1º de setembro, fez o seguinte pronunciamento:

Diante da atual crise política, uma das mais graves que o País já enfrentou – porque afeta boa parte dos partidos políticos e das instituições do Estado Brasileiro –, gostaria de dizer três coisas.

Primeiro: uma reflexão a respeito das consequências da crise sobre a sociedade, as lições que parte das lideranças nacionais estão dando ao povo.

Lições de falta de ética, de descumprimento das leis, de uso da coisa pública em benefício próprio ou de partidos políticos.

Lições de que os fins justificam os meios para alcançar o poder ou a riqueza.

Lições de que a democracia não leva ao 'bom governo'.

Diante da crise, a sociedade tem direito à indignação, à revolução do cumprimento da lei, da punição dos culpados – sem caça às bruxas.

Direito a pensar em fazer coisas em benefício do velho 'sonho brasileiro' – o desenvolvimento.

Desenvolvimento econômico, social, político, institucional, cultural, ético e espiritual.

Segundo: fugindo à tentação de viver com pena de nós mesmos, este fórum especial procura descer às raízes da crise, voltando-se para a reforma das instituições do Estado Brasileiro – Executivo, Legislativo e Judiciário (e partidos políticos).

Porque há algo de errado em parte dessas instituições.

Por isso, se não houver reformas, logo mais novas crises virão. Reformas, numa visão de processo, que, por etapas sucessivas, permita ter, no País, uma 'década de reformas'.

É a idéia de uma grande alternativa para o País não ficar paralisado, enquanto as CPIs cumprem sua missão.

Nessa agenda, temos: revisão do relacionamento entre os poderes; reforma política (inclusive sistema de partidos e sistema eleitoral); reforma do Judiciário (e do Ministério Público); reestruturação administrativa – com avanço para a 'administração permanente'; novo regime fiscal; levar o Estado às favelas e periferias urbanas.

Tudo isso dentro da duas idéias básicas [aprenda, Lula]:

transparência no Estado (falo de clareza. O Estado tem que ser transparente);

e, como já disse: "No Brasil, fazer cumprir a lei é revolucionário" (não se cumprem as leis).

Dessa forma, vai-se começar pelo tema político-institucional, passar ao econômico e terminar no social, razão maior da existência das instituições do Estado.

Terceiro: é possível ter esperança.
(...)

A palavra final, portanto, é esperança".

A esperança é o que queremos trazer com o nosso trabalho. Estamos aqui em vigília.

Senador Pedro Simon, fui ao Piauí. Os médicos me perguntaram como estava o Brasil, e perguntaram logo: "Como é, vocês não vão cassar esse Severino, não? Quem é o Vice? Ele vai ser Presidente?". Falo mesmo da classe médica, que tirou o primeiro lugar na pesquisa. A ciência médica é a mais humana das ciências. Senador Alvaro Dias, para explicar, eu disse: meus amigos, o Brasil está como aquele doente difícil de tratar. Ou seja, quando não sabemos mais o que fazer, experimentamos um remédio para ver como é que fica. Estamos tentando. E o remédio, como disse João Paulo dos Reis Velloso, é que não pode faltar esperança.

E a esperança está neste Senado da República, cujos símbolos – Cristo e Rui Barbosa – disseram: só há um caminho para a salvação: a lei e a justiça.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, conversei ontem com o Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Deputado Alberto Goldman, e chegamos à conclusão de que o Presidente da Câmara, Sr. Severino Cavalcanti, havia ultrapassado todos os limites, inclusive com a declaração injuriosa e pouco responsável, nada responsável para ser mais exato, de que PSDB e PFL estariam por trás dessa denúncia de mensalinho, bandejão ou bandejinho ou o que fosse, envolvendo a promiscuidade já no nascedouro entre o dono de um restaurante com concessão para fornecer serviços a Casa e o então 1º Secretário, hoje Presidente da Câmara, Sr. Severino.

Isto é algo que motiva o meu Partido a entrar, pela sua direção, pela sua Liderança, com representação contra o Sr. Severino para que S. Ex^a se explique

a respeito dessa leviandade. Para nós, ele chegou ao máximo.

Amanheci, Senador Pedro Simon, até hoje em dúvida. Pensei: o certo seria devolver as medalhas que recebi do Ministério das Relações Exteriores? Soube pelo Deputado Fernando Gabeira que essa era a atitude de alguns Parlamentares e, pelo menos, de um Senador, o nosso estimado colega Senador Jefferson Péres. Mas não me parece que o correto seja devolver a comenda recebida pelo exercício do mandato e por supostos serviços prestados ao País na ótica do estatuto que disciplina como e quem recebe as comendas referentes à Ordem de Rio Branco.

Em primeiro lugar, passei a questionar – e sugiro que o Ministério das Relações Exteriores o faça também, por que alguém é emedalhado? Fiquei pensando se não há uma injustiça nisso. Eu era Líder e Ministro no Governo anterior e recebi medalhas demais que, se fossem de ouro, estaria rico. Neste Governo, não recebo nenhuma. Então, parece-me que já tem aí uma injustiça. Nem eu deveria merecer tudo aquilo que recebi antes e talvez não seja tão desmerecedor hoje de receber qualquer homenagem de algum órgão do Governo Federal. Então, é aquela história de aproveitar enquanto se está no poder para se beneficiar amigos e, quando não está no poder, não se reconhece o valor de adversários. Isso aí já me deixou pensando, e em nada sensibilizado, nessas homenagens tão automáticas. Procurei pesquisar, porque a Nação tomou conhecimento da outorga ao Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, da Ordem de Rio Branco. Em face das circunstâncias em que se acha envolvido o Presidente da Câmara, a honraria, neste momento, afigura-se para mim, no mínimo, estranha.

A Ordem de Rio Branco* foi instituída em 1963 pelo Decreto nº 51.697. É uma das mais importantes condecorações do País e é outorgada a pessoas que, supostamente, tenham prestado relevantes serviços à Pátria, pelos seus serviços ou méritos extraordinários, que, assim, se tenham tornado merecedores da honraria. Ela é conferida pelo Presidente da República com base em indicação do Conselho da Ordem de Rio Branco.

A esse Conselho compete aprovar ou rejeitar – ele pode rejeitar, sim – as propostas que lhe forem encaminhadas. E, além disso, a esse Conselho compete velar pelo prestígio da Ordem e compete a ele suspender o direito de uso da insígnia por motivo de condenação judiciária ou prática de atos contrários ao sentimento de honra e à dignidade nacional. E aqui é

que eu percebo o que me parece o caminho mais lúcido a trilhar.

E peço inserção nos Anais, Sr. Presidente, do Estatuto da Ordem de Rio Branco e lhe digo que, ao fim e ao cabo, depois de me perguntar se não é hora de todos esses órgãos, incluindo o Congresso Nacional, que concedem suas medalhas, suas insígnias, suas comendas, meditarem mais e pararem com os automatismos, ou seja, é Presidente da Câmara, vai receber a medalha tal, no nível tal, só porque é Presidente da Câmara. Eu pergunto: e se for um mau Presidente da Câmara, ainda assim deve receber a homenagem? Presidente do Senado também, mas e se for um mau Presidente do Senado, merece receber ainda assim? E Deputado e Senador e Ministro e fulano e beltrano.

Eu não questionaria nunca a medalha se ela fosse dada a algum dos jogadores ou à Seleção brasileira, pelo que fez ontem, tornando o Brasil o único País que jamais perdeu a oportunidade, numa eliminatória, de estar numa Copa do Mundo. Mas fulano merece, beltrano merece? Seria fundamental mais coragem e mais verdade: Fulano merece, leva então a insígnia; fulano não merece, não leva a insígnia. É preciso, portanto, mais liberdade, mais altanaria por parte de quem concede essa medalha.

Levando em conta esse fato, o ataque solerte e irresponsável que o Sr. Severino fez ao meu Partido, dizendo que ele estava por traz das acusações, quero dizer que o meu Partido não está à frente e jamais estará por traz de algo medíocre, mesquinho, como essa acusação que o tal Sr. Buani faz dele. Acho até que o Sr. Buani deve ser varrido da Câmara porque se ele aceitou pagar ou se admite que pode ter pago propina a quem quer que seja, ele não é digno de continuar oferecendo serviços nem a Deputados, nem a Senadores, nem a visitantes, ou a quem quer que procure o Congresso Nacional. Então não poderíamos estar por traz disso, muito menos à frente. É fundamental que isso seja esclarecido. Parece-me que há um movimento muito forte para que o Sr. Severino se afaste até porque ele será árbitro do julgamento de pelo menos, ou inicialmente, dezoito Deputados Federais. Portanto, ele precisa estar isento de qualquer acusação para estar livre e altaneiro para decidir.

Mas sobre a comenda em si, Sr. Presidente, estou endereçando ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, Chanceler da Ordem de Rio Branco, o seguinte requerimento:

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto, abaixo assinado, Senador da República, eleito pelo Estado do Amazonas e licenciado da Carrera Diplomática, na condição de cidadão brasileiro e membro do quadro da Ordem de Rio Branco, e no dever de preservar a dignidade dessa insígnia vem, mui respeitosamente,

REQUERER ao Conselho da Ordem de Rio Branco, de conformidade com o art. 6º, capítulo III, do seu Regulamento, a

suspensão “do direito de usar a insígnia... pela prática de atos contrários ao sentimento e à honra nacional”, pelo atual Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.

Justificação

A medida proposta encontra ampla justificativa. A Nação inteira está estarrecida diante das denúncias contra o atual Presidente da Câmara, fortemente baseada no noticiário unânime da imprensa, inclusive as revistas **Veja**, **Época**, **IstoÉ**, que circulam nesta semana.

No âmbito parlamentar estão em curso Comissões Parlamentares de Inquérito destinadas a investigar denúncias diversas, a começar pelo chamado, e lamentável, “mensalão”.

No caso das denúncias que pesam contra o Presidente da Câmara, a indignação generalizada sugere, no mínimo, o afastamento do Deputado Severino Cavalcanti de seu mandato de dirigente máximo daquela Casa. O afastamento é o que se pode propor diante da gravidade dos fatos, inclusive por seu comportamento público em todas as ocasiões em que essa denúncia vem à tona.

Quanto à Ordem de Rio Branco, a suspensão de seu uso pelo Deputado Severino Cavalcanti tem o caráter de zelar pela dignidade da insígnia, a fim de que seus demais detentores possam ostentá-la com orgulho. O objetivo da medida que requeiro é, enfim, o de preservar uma das nossas mais elevadas condecorações. Atos como os que teriam sido praticados por um de seus detentores são incompatíveis com a dignidade.

Termos em que,
P. deferimento

Brasília 5 de setembro de 2005.

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Neto

Sr. Presidente, meditei que seria mais prudente e mais justo fazer isso. Poderia devolver as minhas insígnias. Aí eu teria de devolver também as outras todas que tenho recebido ao longo da minha vida. Sinceramente, não sei se sou merecedor de tanta insígnia assim. Eu tenho um monte. Não me lembro de ter prestado serviços tão enormes que justifiquem a cada ano... Quando eu era Governo eu recebia três ou quatro por ano. Como Oposição, não recebo mais nenhuma. Eu deveria ser muito merecedor antes e nem um pouco merecedor agora, ou o meu Governo dava para os seus amigos e este aqui nega para os seus adversários. Então, eu não estou satisfeito com as comendas que recebi antes e nem um pouco saudoso de não as estar recebendo neste momento. Somente digo que não vejo motivo para devolvê-las. Sinto que desempenho o meu mandato com a dignidade que o povo do Amazonas espera de mim. Seria talvez uma precipitação pura e simplesmente devolver as minhas insígnias, além de um insulto à Casa de Rio Branco. Não quero fazer isso. Eu o faria, sim, se a Casa de Rio Branco não tomasse a iniciativa que solicito a ela. Faria isso e procuraria coordenar um grupo de companheiros, de colegas para fazerem o mesmo, ou seja, tomar a mesma atitude e nós todos juntos realizarmos algo parecido.

Pelo momento, diante das acusações que pesam sobre o Presidente da Câmara e da forma inadequada com que S. Exª vem se mantendo à frente do cargo, parece-me que o justo seria, do ponto de vista da insígnia, suspender o direito de uso. Do ponto de vista da permanência no quadro do comando da Casa, S. Exª deveria se afastar para não tumultuar o processo de investigações.

Os boatos são terríveis. Falam dessa história de “não vou sozinho!” Deputado Fulano diz para o Presidente: “Dá um jeito; me tira da lista, senão...” Que história é essa de Deputado dizer algo nesse teor? Então, estamos também vivendo sob a república da chantagem?

Eu estou muito acabrunhado com os fatos que leio no jornal sobre uma figura que virou personagem neste País, a senhora Joana Maria da Esquina, ou Jeane Mary Corner. Então, ela, tranqüilizando os seus clientes Parlamentares, dizendo que tem uma lista enorme, mas que não vai divulgá-la; diz que não precisam ficar morrendo de medo porque ela não vai divulgar a tal lista de clientes, de usuários dos seus serviços que ela chama de mão-de-obra de eventos.

E pensar que há quem se tranqüilize com isso! E pensar que há gente que poderia estar com medo disso! E pensar que há gente que poderia estar com a vida tumultuada se tão insigne criatura não desse essa declaração aplaudida de colapsos psicológicos, colapsos nervosos!

Então, esta é a República em que fulano não pode falar. Já ouvi expressões do povo dizendo: “O PT tem

que agradecer muito ao Delúbio, porque o Delúbio é uma rocha. Ele não fala". Portanto, tornou-se elogiável o Sr. Delúbio Soares não contar a verdade e estar sendo estoicamente condenado a, sozinho, pagar por todas as penas. Já vimos que o PT não tem como expulsar mais ninguém. Fica agradecendo a Deus porque uma liminar suspende a expulsão do Sr. Delúbio Soares, e atitudes são todas tomadas com meias-palavras.

O Sr. Ciro Gomes diz que existe gente podre em volta do Presidente e acrescenta que o que pensa do Sr. José Dirceu é impublicável. E não sei o que é impublicável. Por quê? Ele vai chamar o Sr. José Dirceu de quê? Vai ofender a mãe do Sr. José Dirceu com palavra de baixo calão? Não vai, que o Ministro Ciro Gomes é um homem inteligente e supostamente educado.

Ministro, não é impublicável, coisa nenhuma! V. Ex^a não está querendo dizer o que pensa do Sr. José Dirceu até porque talvez não possa dizer o que pensa do Sr. José Dirceu. Essa que é a verdade. Vamos acabar com essa conversa fiada, conversa de "república do rabo preso" em que um não pode falar do fulano porque senão fulano fala dele e os dois falam de um terceiro e aí cai tudo como se fosse um dominó. Aí quando diz assim: "É impublicável o que penso dele... Parece que salvo a minha face e mantendo...." Conversa, Ministro! Conversa! Diga o que pensa porque tudo, hoje em dia, é publicável, inclusive as declarações da Sr^a Joana Maria da Esquina. Vamos traduzir: todas as declarações são publicáveis neste País de hoje, de tantos escândalos. Todas as declarações são publicáveis! Então, por que não é publicável dizer o que se pensa do Sr. Fulano de tal?

Eu já disse tanto aqui o que penso do Sr. José Dirceu, e os jornais publicaram. Não vi nenhuma reclamação de nenhuma associação de Filhas de Maria reclamando o que seria o calão empregado por mim. Não vi! Disse e digo tudo o que penso sobre quem quer que seja, porque o meu mandato se destina a me levar a dizer tudo o que eu pensar, sobre tudo o que eu quiser e sobretudo o que eu quiser... O meu mandato é isso. É para dizer tudo o que eu quiser. Quem concordar, é uma maravilha; quem discordar me mande um e-mail. Vou ver se o e-mail está correto ou não, se estiver eu peço desculpas no dia seguinte. Agora digo tudo, sinceramente tudo. E tudo é publicável; não há nada que eu tenha dito aqui que não seja publicável. E foi publicável a entrevista televisiva da Sr^a Joana Maria, é publicável a opinião de todo mundo sobre o que fizeram neste Governo.

Eu vejo até uma certa proteção. Dizem assim: críticos duros! Dizem assim: os equívocos do PT! Chamam de equívocos, de pecadilhos. Se isso é pecadilho, um pecado maior do que isso teria sido, de propósito,

aquele tornado que destruiu New Orleans! Pecadilhos. Se fosse outro Partido, eu não sei que nome dariam.

Sr. Presidente, resumindo – me faltam 30 segundos é isso?(Pausa.)

Sr. Presidente, peço mais 30 segundos para concluir.

Resumindo, Sr. Presidente, eu lhe digo que nunca olhei para o Sr. Severino Cavalcanti com olhos inamistosos. Nunca. Como colega, sempre mantive relação pessoal cordial com S. Ex^a. Eu via preconceito. Eu via certo etnocentrismo, e eu dizia: não, é uma chance. Quem sabe, ele aproveita isso aí para fazer bem a sua biografia. Faz um governo simples na Câmara.". Portanto, não estou entre aqueles que torciam o nariz para S. Ex^a.

Rejeito, Sr. Presidente, esta história de dizer "Ah, a Oposição elegeu o Sr. Severino." O PSDB, na sua maior parte, no primeiro turno, votou em Luiz Eduardo Greenhalgh. No segundo turno, houve o estouro da boiada, e ele ganhou com 130 votos apenas do PSDB, do PFL, do PDT, e outros. Ele ganhou com trezentos votos. Então, ali tem voto de petista, de marciano, de venusiano, de plutôniano, de todos aqueles que, de alguma forma, protestaram contra a articulação esquisita que o Governo Lula fazia na Câmara dos Deputados. Vamos então jogar algo que hoje pertence ao Governo, que é a gestão do Sr. Severino, nas costas da Oposição brasileira?

Nunca o olhei com preconceito. Pensei que S. Ex^a ia fazer o melhor que podia. Mas S. Ex^a descamba para a leviandade, ao tentar jogar para o meu Partido culpas que são dele e porta uma insígnia que também eu porto. Então, das três uma: ou S. Ex^a devolve a dele; ou a Ordem do Rio Branco lhe cassa o direito de usá-la; ou... Entendo, aí, sim, serei obrigado a devolver as minhas. Sinceramente, estou até em dúvida se sou tão merecedor delas. E recebi tantas. E não sei se prestei tantos serviços assim. Agora, com certeza, não desonrei nenhuma delas. O Sr. Severino Cavalcanti precisa portanto ser chamado à ordem e perceber que acabou a brincadeira. Até então, estavam todos achando engraçado e possível o seu comportamento. Hoje, não é nem engraçado nem impossível. Passou da graça e dos limites. E é fundamental que esta Casa ponha cobro ao descalabro que se passa na Câmara, sob pena de afundar mais ainda o conceito de conjunto do Parlamento brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CAPÍTULO I -- DAS CLASSES

Art. 1º A Ordem de Rio Branco, instituída pelo Decreto nº 51.679, de 05 de fevereiro de 1963, com o fim de galardoar as pessoas físicas, jurídicas, corporações militares ou instituições civis, nacionais ou estrangeiras que, pelos seus serviços ou méritos excepcionais, se tenham tornado merecedoras dessa distinção, é composta dos seguintes graus:

- a) Grã-Cruz
- b) Grande Oficial
- c) Comendador
- d) Oficial
- e) Cavaleiro

§ 1º A Insígnia da Ordem conferida às corporações militares ou às instituições civis será apostada em suas bandeiras ou estandartes, sem atribuição de graus.

§ 2º Observado o disposto no parágrafo único do art. 18, uma medalha de prata, com a inscrição "Medalha do Mérito de Rio Branco", poderá ser outorgada para premiar outros serviços relevantes prestados à Nação.

CAPÍTULO II - DA CONDECORAÇÃO

Art. 2º A insígnia da Ordem é uma cruz de quatro braços e oito pontas esmaltadas de branco, tendo no centro a esfera armilar, em prata dourada, inscrita, num círculo de esmalte azul, a legenda "Ubique Patriae Memor", do mesmo metal. No reverso dourado, as datas 1845-1912, de acordo com os desenhos anexos.

Art. 3º A Grã-Cruz consta da insígnia pendente de uma faixa de cor azul-escuro orlada de branco, passada a tiracolo, da direita para a esquerda, e de uma placa em prata dourada com a mesma insígnia, a qual deve ser usada do lado esquerdo do peito. O Grande Oficialato

consta da insígnia pendente de uma fita colocada em volta do pescoço e da placa em prata. A Comenda consta da insígnia pendente de uma fita colocada em volta do pescoço. O Oficial e o Cavaleiro, da insígnia pendente de uma fita colocada ao lado esquerdo do peito, sendo a do primeiro dourada, com uma roseta na fita, e a do segundo em prata.

Parágrafo único. No traje diário, os agraciados com Grã-Cruz, Grande Oficialato e Comenda podem usar, na lapela, uma roseta com as cores da Ordem sobre fita de metal dourada, prateado-dourado e prateado, respectivamente; os agraciados com Oficial podem usar, na lapela, uma roseta e os com Cavaleiro, uma fita estreita.

CAPÍTULO III – DO CONSELHO

Art. 4º Os integrantes do Conselho são considerados membros natos da Ordem, cabendo-lhes o grau correspondente à categoria de sua função oficial.

Art. 5º Nos impedimentos do Presidente da República, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, na qualidade de Chanceler da Ordem, preside as reuniões.

Art. 6º Compete ao Conselho aprovar ou ~~rejeitar~~ as propostas que lhe forem encaminhadas, velar pelo prestígio da Ordem e pela fiel execução do presente Regulamento, propor as medidas que se tornarem indispensáveis ao bom desempenho de suas funções, redigir o seu regimento interno, aprovar as alterações do regulamento e suspender o direito de usar a insígnia por motivo de condenação judiciária ou prática de atos contrários ao sentimento de honra e à dignidade nacional.

Art. 7º O Conselho da Ordem se reúne anualmente entre 15 e 30 de janeiro, podendo, em casos excepcionais, ser convocado para reuniões extraordinárias.

CAPÍTULO IV – DOS QUADROS, DA ADMISSÃO E DA PROMOÇÃO NA ORDEM

Art. 8º Os agraciados da Ordem de Rio Branco são classificados nos dois Quadros seguintes:

A) Quadro Ordinário, constituído pelos funcionários da ativa da Carreira de Diplomata.

B) Quadro Suplementar, constituído pelos funcionários aposentados da Carreira de Diplomata e por todas as demais pessoas físicas ou jurídicas que venham a ser agraciadas com as insígnias da Ordem.

§ 1º O Quadro Ordinário tem os seguintes efetivos:

Grã-Cruz -- sem limite

Grande Oficial -- 60 (sessenta)

Comendador -- 50 (cinquenta)

Oficial -- 40 (quarenta)

Cavaleiro -- 30 (trinta)

§2º O Quadro Suplementar não tem limitação.

§3º Quando promovido, o agraciado deverá restituir, à Secretaria da Ordem, a insígnia relativa ao grau anterior.

Art 9º A admissão nos Quadros da Ordem obedece ao seguinte critério:

A) Quadro Ordinário

Grã-Cruz -- Ministros de 1ª Classe e Ministros de 2ª Classe, estes últimos quando comissionados Embaixadores;

Grande Oficial -- Ministros de 2ª Classe;

Comendador -- Conselheiros;

Oficial -- Primeiros-Secretários;

Cavaleiro -- Segundos e Terceiros-Secretários.

B) Quadro Suplementar

Grã-Cruz -- Presidente da República, Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministros de Estado, Governadores dos Estados da União e do Distrito Federal, Almirantes, Marechais, Marechais-do-Ar, Almirantes-de-Esquadra, Generais-de-Exército, Tenentes-Brigadeiros, Embaixadores estrangeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente.

Grande Oficial -- Senadores e Deputados Federais, Ministros do Supremo Tribunal Federal e demais membros dos Tribunais Superiores, Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários estrangeiros, Presidentes das Assembléias Legislativas, Vice-Almirantes, Generais-de-Divisão, Maiores-Brigadeiros e outras personalidades de hierarquia equivalente.

Comendador -- Secretários dos Governos dos Estados da União e do Distrito Federal, Conselheiros de Embaixada ou Legação estrangeiras, Cônsules-Gerais de carreira estrangeiros, Contra-Almirantes, Generais-de-Brigada, Brigadeiros-do-Ar, Juízes de Segunda Instância, Professores Catedráticos, Cientistas, Presidentes de Associações Literárias, Científicas, Culturais e Comerciais e funcionários de igual categoria do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.

Oficial -- Professores de Universidade, Juízes de Primeira Instância, Promotores Públicos, Oficiais Superiores das Forças Armadas, Escritores, Primeiros-Secretários de Embaixada ou Legação estrangeiras e funcionários do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal.

Cavaleiro -- Oficiais das Forças Armadas, Segundos e Terceiros-Secretários de Embaixada ou Legação estrangeiras, Cônsules de carreira estrangeiros, Professores de cursos secundários, funcionários do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, artistas e desportistas.

§ 1º O diplomata, quando aposentado, é transferido automaticamente para o Quadro Suplementar, no grau correspondente.

§ 2º As vagas, em cada grau do Quadro Ordinário, abrem-se por promoção, transferência para o Quadro Suplementar, exclusão ou morte dos graduados naquele quadro.

§ 3º Para a admissão no Quadro Ordinário, os diplomatas devem contar, no mínimo, 5 anos na carreira diplomática.

§ 4º Em casos excepcionais, o Ministro de Estado das Relações Exteriores pode recomendar a concessão de um grau acima, no Quadro Suplementar.

§ 5º O Quadro Suplementar não tem limitação.

Art.10 Por iniciativa do Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Conselho da Ordem pode propor ao Presidente da República a inclusão, na Ordem, de personalidades brasileiras que tiverem desempenhado, no estrangeiro, funções oficiais, como prêmio aos relevantes serviços prestados à Nação.

Art. 11 Para a admissão no Quadro Suplementar da Ordem, os servidores públicos brasileiros devem contar, no mínimo, o tempo de serviço estipulado a seguir, segundo o grau proposto:

Cavaleiro..... 10 anos

Oficial..... 15 anos

Comendador..... 20 anos

Grande Oficial.....25 anos

Grã-Cruz.....30 anos

Parágrafo único. A promoção ao grau superior é feita sem exigência de tempo de serviço.

Art. 12 Não é permitida a admissão na Ordem de pessoas físicas com menos de 25 anos de idade.

Art. 13 Os interstícios para promoção nos Quadros da Ordem são os seguintes:

De Cavaleiro a Oficial..... 2 anos

De Oficial a Comendador..... 3 anos

De Comendador a Grande Oficial.. .. 4 anos

De Grande Oficial a Grã-Cruz..... 5 anos

Parágrafo único. A promoção poderá ser feita sem exigência do interstício acima indicado, a critério do Conselho da Ordem, ao levar em consideração o cargo ou função que exerça o graduado.

CAPÍTULO V -- DAS PROPOSTAS

Art. 14 São privativas dos Membros do Conselho as propostas de admissão e promoção na Ordem.

Art.15 Uma comissão reunida uma vez por ano e composta pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Chefe do Departamento de Administração, Chefe do Cerimonial e Chefe do Gabinete do Ministro de Estado considera, em caráter preliminar, as sugestões para admissão ou promoção de Diplomata no Quadro Ordinário, bem a de funcionários do Ministério das Relações Exteriores no Quadro Suplementar. Os nomes aceitos pela comissão são submetidos à aprovação do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 16 Os Governadores dos Estados da União e dos Territórios Federais encaminham ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as sugestões de admissão ou promoção de brasileiros ou estrangeiros residentes nos seus respectivos Estados, a serem considerados pelo Conselho da Ordem.

Art. 17 Quando se tratar de pessoas físicas residentes no estrangeiro e pessoas jurídicas com sede fora do país, as sugestões de admissão ou promoção na Ordem podem ser feitas pelos Chefes das Missões diplomáticas ou Repartições consulares de carreira brasileiras e são encaminhadas ao Conselho da Ordem pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Art. 18 Todas as propostas para admissão e promoção na Ordem devem conter o nome completo do candidato, sua nacionalidade, profissão, dados biográficos, indicação dos serviços prestados, grau das condecorações que possui, nome do proponente e, em se tratando de diplomatas brasileiros ou funcionários do Ministério das Relações Exteriores, o seu tempo de serviço e a sua graduação.

Parágrafo único. Esses mesmos dados devem constar das propostas de candidatos à medalha anexa à Ordem.

Art. 19 As propostas de admissão e promoção no Quadro Suplementar devem dar entrada na Secretaria do Conselho, de 1º de outubro a 1º de dezembro, com vistas aos trabalhos preliminares e ao julgamento do Conselho.

Art. 20 Em casos excepcionais, o Ministro de Estado das Relações Exteriores pode conceder condecorações *ad referendum* do Conselho da Ordem.

CAPÍTULO VI -- DA ADMISSÃO E PROMOÇÃO DE ESTRANGEIROS

Art. 21 Por ocasião de visita oficial de Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Ministro das Relações Exteriores estrangeiros ou de visita de alta personalidade estrangeira ao Brasil, bem como por

ocasião de visita oficial do Presidente da República ou do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao estrangeiro, o Presidente da República, Grão-Mestre da Ordem, e o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler da ordem, podem conceder condecorações, sem que seja necessário ouvir os membros do Conselho.

Art. 22 Respeitado o princípio da reciprocidade, os diplomatas e cônsules de carreira estrangeiros que tiverem servido no Brasil por mais de dois anos e se tenham tornado merecedores do reconhecimento nacional podem receber, ao se retirarem do País, as insígnias dos graus que lhes corresponderem.

§ 1º Enquanto acreditados no Brasil, só podem ser nomeados para a Ordem em casos especiais, como por exemplo, em decorrência de visita oficial do Chefe de Estado, Chefe de Governo ou Ministro das Relações Exteriores dos seus respectivos países.

§ 2º Podem ser igualmente nomeados para a Ordem, os diplomatas e cônsules de carreira estrangeiros que estiverem servindo no Brasil por mais de dez anos consecutivos e tiverem prestado relevantes serviços à Nação.

Art. 23 As propostas de admissão e promoção de diplomatas e cônsules de carreira estrangeiros não são submetidas ao Conselho da Ordem, sendo regidas pelo princípio da reciprocidade. Em casos excepcionais, o Ministro de Estado das Relações Exteriores pode recomendar ao Presidente da República a derrogação da reciprocidade.

CAPÍTULO VII – DAS NOMEAÇÕES

Art. 24 As nomeações para a Ordem são feitas por Decreto do Presidente da República, na qualidade de Grão-Mestre, referendadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, depois de as respectivas propostas serem aprovadas pelo Conselho da Ordem.

Art. 25 Lavrado o Decreto de nomeação, o Ministro de Estado das

Relações Exteriores manda expedir o competente diploma, que é assinado por ele ou pelo Chefe do Cerimonial, na qualidade de Secretário da Ordem.

CAPÍTULO VIII – DA ENTREGA DAS CONDECORAÇÕES

Art 26 O Presidente da República ou o Ministro de Estado das Relações Exteriores faz a entrega oficial das condecorações, em princípio, em Brasília, no Dia do Diplomata, data do nascimento do Barão do Rio Branco.

§ 1º Quando se tratar de pessoas residentes nos Estados da União ou Territórios Federais, a entrega das insígnias e dos respectivos diplomas poderá ser feita pela autoridade designada pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

§ 2º Quando se tratar de pessoas físicas residentes no estrangeiro e de pessoas jurídicas com sede fora do País, a entrega das insígnias e dos respectivos diplomas é feita pelos Chefes das Missões diplomáticas ou Repartições consulares de carreira brasileiras.

CAPÍTULO IX – DO LIVRO DE REGISTRO

Art. 27 O Conselho da Ordem tem um livro de registros, rubricado pelo Secretário, no qual são inscritos, por ordem cronológica, o nome de cada um dos membros da Ordem, a indicação da classe e os respectivos dados biográficos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. S. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores – hoje realmente é Srs. Senadores, parece que as nossas colegas não apareceram nesta segunda-feira –, creio que estamos vivendo um momento de grande definição com relação às nossas três Comissões Parlamentares de Inquérito. Repito que vi com angústia o início dos trabalhos dessas Comissões, vi um ambiente muito carregado de mágoa, de ressentimento, ambiente muito partidário, com apaixonados do PT e apaixonados do PSDB, e o clima e a situação não andavam.

Com o tempo, de um lado os nossos irmãos do PT, quando viram que as coisas realmente estavam acontecendo, mudaram a linguagem e em vez de, apaixonadamente, tentar esconder as coisas que estavam acontecendo, deixaram que as testemunhas falassem e as coisas fluíssem; por outro lado, repito, o aparecimento de casos análogos envolvendo o PSDB fez com que este, em vez de, pura e simplesmente, partir para atingir o PT, concordasse em recuar. Passamos a ter, então, um ambiente respeitável na CPI, buscando a verdade. Decisão inteligente da CPI. Primeiro, reuniram as duas, a dos Correios e a do Mensalão, porque já havia uma interrogação: a CPMI dos Correios é só para investigar os Correios? E a CPI do Mensalão é para investigar os Deputados? Reuniram-se as duas, e as duas chegaram a um resultado comum. É importante salientar que, nesse resultado, houve praticamente uma votação por unanimidade. Não foi uma unanimidade fruto de um acordo, no sentido de buscar uma fórmula de saída; foi uma unanimidade que representava aquilo que hoje está acontecendo.

A imprensa tem publicado comparação entre a CPI que resultou no **impeachment** do Collor e essas CPIs que estão aí, mostrando que, a essa altura dos acontecimentos, já se estava em véspera de cassar o Presidente Collor e que agora praticamente não tem nada. Eu acho que a comparação não é feliz. E não é feliz porque, naquela ocasião, nós não procurávamos cassar o Presidente Collor. Estábamos investigando as denúncias do irmão dele, Pedro Collor, contra o Sr. PC Farias, Tesoureiro do Presidente. Em meio a essas discussões, surgiu a figura do motorista do Sr. PC Farias, que fazia a ligação com o Gabinete da Primeira-Dama e fazia os pagamentos da casa do Presidente da República – ele morava na sua casa particular, a Casa da Dinda –, das reformas lá feitas e das compras da Primeira-Dama. Ele ia lá, pegava as notas com a secre-

taria da Primeira-Dama, ia ao Gabinete do PC Farias, pegava cheques fantasmas e fazia os pagamentos. Em meio disso, surge um cheque que apareceu de repente, um cheque fantasma endereçado a uma empresa vendedora de veículos em Goiânia, comprando um carro Elba em nome do Presidente da República. Foi aí que começou o processo de sua cassação.

Hoje não há intenção deliberada de atingir o Presidente, embora ele esteja sendo atingido praticamente todos os dias, por dentro do Palácio, pelos homens que integram o seu Governo.

Então, as coisas não estavam avançando. Feliz a decisão de apresentar o relatório parcial, no qual aqueles sobre os quais não há dúvida são denunciados ao Conselho de Ética para irem a julgamento. Não há por que esperar a conclusão da CPI para fazer-se isso.

Eu admiro e respeito os Parlamentares que fizeram parte das Comissões pela unanimidade encontrada, porque isso só foi possível pela disposição em se fazer, porque se fizessem pedidos de vista, se fizessem questão de ordem, se pedissem adiamento, se pedissem consultas, isso nunca chegaria a bom cabo. Mas houve tal entendimento e tal entrosamento que duas Comissões, reunindo mais de 100 Parlamentares, por unanimidade, chegaram a esse consenso. E isso é importante, pois se cumpriu uma etapa, a etapa que visa os Parlamentares que receberam dinheiro e, por causa disso, são processados e serão julgados pela Câmara dos Deputados.

Mas a investigação não pode parar aqui, não se pode encerrar o caso. É importante que a CPMI dos Correios, a CPI do Mensalão e a CPMI dos Bingos continuem a fazer o seu trabalho, que é muito importante. De onde veio o dinheiro? Que dinheiro é esse?

Achei os depoimentos dos representantes dos fundos de pensão uma reunião que me soube falsa. Não gostei daquela reunião. Não gostei das perguntas e não gostei das respostas. Foi uma reunião que pareceu mostrar que não sabemos a gravidade do que gira em torno dos fundos de pensão. Parece que a gente não sabe que em torno dos fundos de pensão estão os problemas mais graves e mais sérios que conhecemos.

Nos fundos de pensão giram bilhões, dinheiro exatamente dos funcionários do Banco do Brasil, da Petrobras e de outras empresas. É dinheiro público, só que na hora de funcionar, na hora de agir, na hora de andar, funciona como se fosse dinheiro particular, como se fosse um Banco privado.

Eu me lembro que nas privatizações houve mais escândalo quando apareceu o dinheiro dos fundos de pensão. Lembro-me da célebre reunião que terminou com a demissão do Ministro. Ele, aqui do plenário do

Senado, telefonou ao Presidente renunciando ao seu mandato, e que gravitava em torno de uma reunião feita no seu gabinete, onde estava a representação de duas das empresas que estavam brigando pelas privatizações; e os telefonemas a um presidente de um fundo de pensão para determinar que o fundo fosse para A ou para B: se fosse para A, ganhava A; se fosse para B, ganhava B. E as autoridades do governo tomaram a decisão.

Temos que ver com profundidade os fundos de pensão. Mas acho que, agora, a CPI tem condições de investigar o dinheiro dos fundos de pensão; tem condições de investigar as verbas destinadas à publicidade; tem condições de verificar as verbas da Petrobras; tem condições de ver de onde saiu a montanha de dinheiro, que de dinheiro emprestado para o banco não tem nada!

Não se diga que o Banco Rural, que na minha opinião há muito já devia ter sido fechado, que desde a CPI do Collor já aparecia; na CPI do Banestado, houve a participação escandalosa do Banco Rural. Não se imagine que o Banco Rural esteja tranquilo, sereno, não está nem um pouco preocupado com o dinheiro que emprestou ao PT. Não está, porque aquele é um dinheiro frio, aquele é um dinheiro que já tem compensação lá fora, já tem garantia lá fora e, por isso, entregou aqui dentro.

A pergunta que se faz é em relação ao Conselho do Banco, que fiscaliza qualquer empréstimo a partir de determinada importância. Convoque-se essa gente, para ver se deram o parecer sobre esse empréstimo. Empréstimo não houve que não tenha garantia anterior com o dinheiro depositado lá fora.

Acho que a CPI tem condições de avançar. Eu pedi e a CPI concordou e aprovou porque a CPI do Banestado foi um dos grandes escândalos do Congresso Nacional. Nenhuma CPI conseguiu provas tão abundantes, tão claras, tão precisas como a do Banestado. Então, ali nos porões do Senado, estão as provas que vieram da Justiça americana, que mandou a cópia das CC-5 e dos dólares enviados pelo fundo de corrupção, cujas provas estão hoje nos porões da CPI.

O Sr. Mentor, Deputado do PT, então Relator, não deixou que se apurasse. E a coisa foi tão absurda, o seu parecer tão ridículo, que não colocava o Banco Rural, e não foi aprovado. E se encerrou a CPI sem parecer.

A CPI que está tratando dessa matéria, que trabalhou de uma maneira tão importante, a CPI dos Correios, aprovou. Faço um apelo e tenho certeza de que isto acontecerá: que entre as várias subcomissões que estão trabalhando ali, se crie uma especialmente para ficar com o acervo da Banestado. Que o acervo

do Banestado não entre na vala comum, mas que fique ali, que se convide alguém da Procuradoria-Geral da República, que acompanhou na hora, e que se faça dentro da CPI dos Correios o levantamento das conclusões da CPI do Banestado.

Acho que estão indo bem. No meio dessa tragédia que nós estamos vivendo, acho que o Congresso continua fazendo a sua parte. Acho que vamos adiante, cada um fazendo o seu papel. Acho, Sr. Presidente, que a Câmara não tem o direito de chegar ao dia 30 sem aprovar a microrreforma eleitoral que este Senado aprovou. Não tem direito. Será um absurdo! Será algo que não terá resposta perante a sociedade.

Se a Câmara dos Deputados vive as crises que bem entender, tendo os seus líderes envolvidos no escândalo, mesmo assim, deverá surgir no meio de lá um grupo de Parlamentares com autoridade para fazer com que se vote o mínimo necessário, que esta Casa aprovou, para a campanha eleitoral do ano que vem.

Acho que iremos lá, Sr. Presidente. Acho que a Comissão de Ética da Câmara haverá de receber as denúncias feitas pela CPI e haverá de julgá-las. Acho que a CPI haverá de continuar. E queira Deus que, nesta oportunidade, não aconteça como nas CPIs anteriores, em que tivemos um trabalho muito bonito, muito positivo, muito concreto, mas, terminou a CPI, terminou tudo.

Acho que nós temos que ver na legislação onde podemos tocar para que as coisas que estão acontecendo, repetindo-se, repetindo-se – e lá se vão trinta anos –, não continuem, para que isso não se repita, para que alguma coisa aconteça.

E o que é mais importante: a decisão das Comissões Parlamentares de Inquérito foi no sentido de não apenas aprovar o processo contra os Parlamentares, mas enviar ao Procurador-Geral da República a cópia dos dossiês, para que esses sejam examinados por S. Ex^a. Dizem os dois Presidentes, quer o da CPMI do Mensalão, quer o da CPMI dos Correios, que, juntos, vão entregar ao Gabinete do Procurador-Geral da República a cópia de tudo o que têm e pedir as providências. Há hoje a possibilidade de fazer isso. Lamentavelmente, nos oito anos em que o Sr. Brindeiro foi Procurador-Geral da República, isso não era possível, porque os inquéritos terminaram, as conclusões foram feitas, mas terminaram sempre na gaveta do Sr. Brindeiro e, por conseguinte, saiu a fama de que CPI terminava em pizza, porque CPI fazia um estardalhaço, manchete nos jornais e, na hora, não acontecia nada.

É difícil explicar para a opinião pública que uma CPI, que é uma grande instituição, uma instituição de respeito e de credibilidade, mesmo quando os resultados não aparecem tão concretos, não tem condições

de botar ninguém na cadeia, não tem condições de fazer absolutamente nada que não seja apresentar a denúncia. Se for Deputado, cassa; se for Senador cassa; se for Presidente da República, pode demitir, mas se é um cidadão, não pode lhe dar um dia de cadeia, não pode lhe dar uma pena pecuniária para devolver o dinheiro. O que a CPI faz é findar o seu parecer e enviar as suas conclusões ao Procurador-Geral da República. Este, sim, recebendo as conclusões da CPI, tem a obrigação de olhar, abrir e examinar e, se for o caso, apresentar denúncia ao supremo Tribunal Federal. É isso o que se está fazendo agora.

De um lado, o Congresso Nacional se reúne, pega o dossiê e vai levá-lo às mãos do Procurador-Geral da República. Espera-se que, se tiverem as provas – como achamos que têm –, o Procurador-Geral da República faça a denúncia ao Supremo Tribunal Federal para, então, poder-se dizer concretamente: não terminou em nada, não terminou em palavra vazia, mas se abriu o inquérito.

No atual Governo do Presidente Lula, justiça seja feita, se é algo que funciona exemplarmente é a Procuradoria-Geral da República. Quer o seu antecessor, quer o atual, estão agindo com muita dignidade e com muita austeridade. Já, ao contrário dos oito anos do Sr. Brindeiro, a Procuradoria-Geral da República, nos dois últimos anos, denunciou dois Senadores da República, denunciou o Presidente do Banco Central, denunciou um Senador, Ministro da Previdência. Vários casos estão sendo denunciados. Outros dois Senadores estão sendo denunciados e estão sendo julgados no Supremo Tribunal Federal, porque na gaveta do Procurador não ficou: recebeu, fez a denúncia e o processo está andando lá no Supremo Tribunal Federal.

Tenho certeza de que acontecerá o mesmo agora. Haveremos de entrar com os processos à mão do Procurador. Este fará um estudo e, se entender que é conveniente, entrará no Supremo Tribunal Federal. Creio que esse é o caminho, Sr. Presidente.

Ao lado da crítica, da radicalização, do mal, da melancolia que significa para a Nação os dias que estamos vivendo, ao lado das profundas mágoas e críticas que se possa fazer ao PT, ao lado dos equívocos e erros que de todos os lados estão aparecendo, precisamos tirar conclusões concretas, objetivas, reais. Eu que sou um pessimista e que ocupei esta tribuna várias vezes para denunciar, para protestar, por não aceitar a impunidade, tenho a satisfação de dizer que, apesar de todas as dificuldades, estamos caminhando em um bom sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Virgílio.

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Arthur Virgílio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Senador Marco Maciel, sei que nestes dias, nestes meses, falar de qualquer outro assunto que não seja CPI, mensalão, corrupção e escândalos é fora de moda. No entanto, dentro de dois dias, o Brasil vai comemorar 183 anos da proclamação de sua independência.

Mesmo correndo o risco de falar a respeito de um assunto que não interessa, já que a independência caiu de moda, já que a história, na sua permanência, parece-nos que sumiu, insisto em falar de coisas permanentes e não ficar preso ao calendário conjuntural das corrupções, dos mensalões, das CPIs.

Quero lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que vamos comemorar 183 anos de uma independência incompleta, de uma independência que não foi completada porque, no seu início mesmo, nasceu de uma forma diferente do que seria uma independência. Em vez de elegermos um presidente brasileiro para levar adiante a nossa independência, escolhemos o filho do próprio rei da metrópole da qual queríamos ser independente e fizemos dele imperador.

Erramos por começar um império em vez de uma república e erramos por escolher como nosso Chefe de Estado do primeiro governo alguém que nada tinha de independente. Mas não foi por aí que a nossa independência ficou incompleta. Durante mais 70 anos tivemos uma independência com escravidão. Que independência é essa em que se reserva a uma parcela da população o estatuto de escravo como se o País pudesse ser independente dividido em dois? O País fez sua independência incompleta.

Mas não paramos aí. Quando entramos no século XXI, e já com a República proclamada, continuamos com uma independência incompleta. Incompleta porque depende dos credores internacionais; uma independência que depende, embora nos últimos anos tenha diminuído, depende do fornecimento de energia vinda do exterior; uma independência incompleta, Sr. Presidente, porque temos que importar quase todo o conhecimento científico e tecnológico de que necessita nossa indústria e nossos sistemas sociais.

Que independência é essa de um País que morre se parar de importar conhecimento, porque não produz aqui dentro conhecimento necessário? Que independência é essa de um parque produtivo que criamos quando quase todas as empresas são oriundas do exterior, com capital estrangeiro, com tecnologia importada? Que independência é essa que, 183 anos depois de proclamada, tem 70 milhões dos habitantes vivendo na pobreza, na exclusão, sem serem parte do mesmo País que se disse independente 183 anos atrás?

É triste, mas, na véspera de completar 183 anos de independência, o assunto não merece a atenção diante das circunstâncias conjunturais de problemas relacionados ao comportamento equivocado de alguns políticos. E, ainda mais grave, 183 anos depois de proclamada, ela continua incompleta.

Sr. Presidente, venho aqui falar de um assunto que não interessa a quase ninguém no mundo político de hoje porque acho que nossa responsabilidade, além das CPIs, além das procuras que temos que ter de punir os responsáveis por atos de corrupção, também é de, 183 anos depois, fazer alguns gestos que levem a completar o que não fizeram as gerações anteriores. Senadores hoje que nós somos, 183 anos depois daquele 7 de setembro, temos a obrigação não apenas de resolver os problemas circunstanciais e conjunturais do momento, mas também de levar adiante, com firmeza, a construção de um País independente.

É nossa tarefa completar a independência. E completar a independência significa, em primeiro lugar, antes de qualquer outra coisa, dizer que este País é de todos, e ele não vai ser de todos enquanto tivermos quinze milhões de adultos que não sabem ler; enquanto apenas um terço dos nossos jovens terminam o ensino médio, e mesmo esses, ensino médio sem qualidade; enquanto as nossas universidades estão abandonadas e não são capazes de produzir a ciência e a tecnologia, que é o instrumento fundamental da independência no mundo do século XXI.

Completar a independência significa este País ter Forças Armadas capazes de garantir a segurança de uma Nação que tem um dos maiores territórios do mundo, que tem um dos maiores litorais de todo o mundo, que tem dentro do mar a fonte fundamental da nossa reserva energética, que tem o quarto maior espaço aéreo dos Países. Que independência é essa que abandona suas Forças Armadas, anos depois de anos, sem dar a elas os equipamentos, a formação e o respeito que elas merecem?

Que independência é essa que tem um sistema econômico que depende a cada dia de saber como andam as bolsas de valores no exterior? Uma econo-

mia que treme quando a taxa de juros sobe em outros países?

Nós, Senadores, estaremos traíndo o mandato, se prisioneiros do dia-a-dia das CPIs não percebermos que tão importante quanto agir no dia-a-dia de hoje contra a corrupção é tomar as decisões necessárias para completar a independência que as gerações anteriores não souberam fazer.

Dentro desta Casa, muitos acham que não temos poder para agir porque o Poder Executivo é o responsável pelas decisões nacionais, o que é um grave equívoco. O Senado, isoladamente, e cada Senador nenhum poder tem, mas em conjunto, formando um grande bloco, transformando o mandato num movimento pela verdadeira independência nacional, podemos, sim, ter um papel.

Nenhum ato fundamental da história do Brasil saiu de qualquer Partido isoladamente. Todos os nossos grandes feitos saíram de movimentos nacionais: o movimento que fez a independência, o que fez a abolição, o que fez a República ou o que fez a democratização. Sempre movimentos que uniram pessoas de partidos diferentes e pessoas que nem partido tinham, na defesa daquilo que é a essência da Nação, e não a superficialidade que toma conta do dia-a-dia dos jornais de uma Nação, como temos visto nos últimos meses.

Vim aqui para falar contra a corrente do dia-a-dia, para falar de um tema que não interessa hoje aparentemente a ninguém. Eu vim falar da independência nacional. Vim falar de uma independência incompleta e manifestar a crença que eu tenho de que, apesar dos 183 anos de independência incompleta, daqui a 17 anos, vamos comemorar o segundo centenário da proclamação da Independência. E não temos o direito de chegar a esse segundo centenário ainda de forma incompleta.

Hoje, posso dizer que as gerações passadas não fizeram o dever que deveriam para completar a independência brasileira, mas, daqui a 17 anos, os Senadores que aqui estiverem, quando falarem das gerações passadas, vão nos incluir e vão lembrar que, pelo menos no ano de 2005, em vez de falarmos da Independência, falamos das CPIs; em vez de falarmos da História, falamos de corrupção; em vez de tentarmos construir o futuro, estamos tentando consertar erros do presente.

Sr. Presidente, ante de concluir, concedo um aparte ao nobre Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, quero, ao tempo em que felicito V. Ex^a pelo registro referente à passagem, na próxima quarta-feira, do dia 7 de setembro, dizer que essas

datas paradigmáticas servem para que façamos uma reflexão, não somente sobre o passado, mas também sobre o futuro. Diria que a nossa Independência, conquistada há 183 anos, foi produto de uma série de circunstâncias, não apenas do idealismo de muitos, mas também de circunstâncias externas que fizeram com que o processo se antecipasse. Não foi por outra razão que um analista da questão, o padre Belchior, que escreveu um livro três ou quatro anos após a Independência, disse uma frase a meu ver concisa e, ao mesmo tempo, expressiva: “Os fatos se anteciparam aos homens”. Na realidade, um conjunto de fatores fez com que os fatos ocorressem, sem desconhecer o trabalho de muitos, ao longo da história, para a qual vários deram sua contribuição, inclusive de Pernambuco. Devo aproveitar a ocasião para também observar a V. Ex^a que esse instante de celebração da passagem da data máxima da Pátria é também um momento para pensarmos um pouco o futuro, que pode ser construído, desde que nos preparemos e tenhamos consciência de que o futuro depende muito de um crer coletivo, de um projeto de nação. A exemplo do que outras nações fazem, é fundamental que já nos preparemos para o bicentenário. Mas, quando falo em preparação para o bicentenário, não me refiro somente à celebração festiva do evento. Penso, antes, em uma reflexão crítica que deveria começar logo. Ainda tenho presente a lembrança de quando ocorreu, por exemplo, o bicentenário da Revolução Francesa. Na França, os trabalhos começaram a ser preparados com muita antecedência. O mesmo ocorreu, para dar um outro exemplo de grande significação, quando houve o bicentenário da Independência dos Estados Unidos ou, mais especificamente até, o bicentenário da Constituição daquele país, que é de 1787. O Governo e as instituições norte-americanas começaram a trabalhar com décadas de antecedência. As universidades foram mobilizadas 25 anos antes. E eles conseguiram produzir não somente análise sobre o passado capaz de iluminar o futuro, mas também uma série de estudos que levaram a que o país construísse um projeto compatível com suas aspirações. Então, o mesmo afirmo com relação ao Brasil. Está na hora de nós – em que pese o momento difícil que vive a Nação, em face dessa grave e grande crise que infelizmente marca o País nestes nossos dias –, sem prejuízo da análise dessas questões conjunturais, tentarmos pensar um pouco o futuro, ou seja, ter um projeto de Brasil que extrapole meros períodos administrativos do Poder Executivo ou mesmo das legislaturas do Congresso Nacional.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Sem querer alongar-me, eu diria a V. Ex^a que o Brasil reclama um projeto desse tipo. Vejo nações como a China, a Índia fazendo estudos prospectivos. Já nem me refiro aos países mais afluentes, que são também os mais influentes, os chamados países de primeiro mundo. E penso que é necessário fazermos o mesmo. Quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou posse, nos idos de 1995, foi criada uma Secretaria de Assuntos Estratégicos, presidida na época pelo atual embaixador do Brasil junto às Nações Unidas, Ronaldo Sardenberg, em que se votou – participei, inclusive, de muitas reuniões – para elaborar-se um projeto de vinte anos, a exemplo do que outros países fazem.

(Interrupção do som.)

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – E o mesmo cabe recobrar agora: tentar fazer um projeto de Brasil. Talvez, tendo em vista a celebração do bicentenário da nossa Independência, daqui a 17 anos – não está tão longe assim; se não é tanto para a vida de uma pessoa, muito menos o é para a vida de uma nação –, esteja na hora de elaborarmos um projeto que pense o Brasil, para vê-lo menos desigual, mais justo, com mentos déficit de governabilidade, com maior inserção internacional. Acredito que isso é possível, se houver a consciência de um querer coletivo e, certamente, uma forte adesão as lideranças nacionais. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a em seu pronunciamento nesta tarde.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Agradeço o pronunciamento.

Peço dois minutos mais, Sr. Presidente, para concluir, dizendo ao Senador Marco Maciel que conheço e considero muito louvável a sua preocupação quanto à comemoração do segundo centenário. Temo que, se cada um de nós, que somos lideranças nacionais, não fizermos corretamente o nosso dever de casa neste País – e não o estamos fazendo, nem o Legislativo, nem o Judiciário, nem o Executivo –, daqui a 17 anos, teremos uma grande festa vazia. Teremos um aniversário em que vamos comemorar o nada; vamos comemorar uma Independência incompleta, como ela é hoje.

Ainda há tempo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como o próprio Senador Marco Maciel mencionou, mas hoje o povo não está vendo um trabalho na direção desse projeto. Para mim, o mais frustrante do Governo do Presidente Lula não são esses fatos ocorridos nos últimos meses, referentes a alguns de seus colaboradores. Para mim, o mais frustrante é que ele poderia ter sido o primeiro Presidente de um novo ciclo, o primeiro Presidente que inauguraría uma reorientação nacional em direção a um futuro diferente.

Mas não vimos isso acontecer nesses últimos três anos. E, se isso não aconteceu nesses três anos e se

não estamos fazendo o dever de casa, como líderes nacionais, talvez também não vejamos acontecer nos próximos três, nem nos próximos 17 anos. E vamos comemorar duzentos anos de uma Independência incompleta, como estaremos comemorando, daqui a dois dias, 183 anos de uma falsa e incompleta Independência.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer, para não deixar passar em branco por causa de tantos outros assuntos considerados mais importantes, como mensalões e corrupção algo que pode parecer muito menor, que é a história de um País e sua luta pela Independência, que nunca chega.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Passamos a palavra ao último inscrito, Senador João Ribeiro.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna e a esta Casa depois de 121 dias licenciado para cuidar de interesses pessoais e particulares. Licenciei-me para cuidar da minha saúde e de questões partidárias no Tocantins, sem ônus para o Senado Federal.

Retorno a esta Casa, como sempre, com muito entusiasmo e com a confiança de quem sempre procura cumprir as suas obrigações e sobretudo com a responsabilidade que tenho de ser um dos representantes do Tocantins nesta Casa.

Durante este período, esteve aqui o meu primeiro suplente ocupando a vaga e o cargo de Senador do Tocantins, o ilustre Senador Nezinho Alencar, homem experiente, ex-Deputado por quatro mandatos, ex-Vereador da cidade de Guarai, Tocantins.

Ao iniciar estas minhas palavras, quero cumprimentar o Senador Nezinho Alencar pelo trabalho que realizou durante esses 121 dias. S. Ex^a não deixou nada a desejar. Participou de todas as comissões e audiências, recebeu prefeitos e líderes, fez, enfim, um bom trabalho, apesar do curto período de 121 dias. Deixo, portanto, os meus parabéns ao meu amigo Senador Nezinho Alencar, que deve estar se preparando para disputar uma eleição, no próximo ano, para a Assembléia Legislativa ou para a Câmara dos Deputados. Com certeza, o Senador Nezinho Alencar terá muito êxito na sua nova missão, pois nunca perdeu nenhuma eleição, logrando êxito nas cinco eleições que disputou até hoje. Desejo muito sucesso ao meu primeiro suplente, Senador Nezinho Alencar.

Nesse período, muitas coisas aconteceram no Brasil, sobretudo no meu querido Estado de Tocantins. Tive oportunidade de, nesse período de licença, percorrer vários municípios. Em uma situação normal, talvez eu não tivesse o tempo necessário para fazer o que fiz, para ver as necessidades dos nossos municípios, os problemas que existem, que são muitos, para que possamos, daqui para a frente, desenvolver cada vez melhor o nosso trabalho como Senador e,

sobretudo, fazer esse trabalho com todas as informações necessárias.

Teremos, no próximo ano, eleição em todo o País. De Presidente da República a Deputado Estadual, passando por eleição para Governador, Senador, uma vaga para o Senado, e também para a Câmara Federal, que estará sendo reformulada ou terá de volta aqueles que hoje representam a população brasileira na Câmara dos Deputados.

Quero, nesta oportunidade, Sr. Presidente, aproveitar para comentar um fato que considero muito interessante. Não vou tratar hoje das questões e dos problemas que houve e que estão havendo, porque terei oportunidade para isso amanhã e nos dias vindouros. Mas quero tratar de um ponto que considero extremamente importante para as eleições do ano que vem. Falo, Senador Marco Maciel, da minirreforma eleitoral que estamos fazendo, que o Senado preparou, votou e encaminhou à Câmara dos Deputados.

Estive conversando com meus colegas, com vários Senadores, e, desde o primeiro momento, apoiei integralmente aquilo que foi decidido pelo Senado Federal e que, com certeza, será decidido rapidamente pela Câmara dos Deputados, porque é preciso que haja essa votação na Câmara dos Deputados, pois, de outra forma, essa lei não poderá vigorar nas eleições do próximo ano.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador João Ribeiro, V. Ex^a me concede um breve aparte?

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL – TO) – Com todo o prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Aparteio-o apenas para somar minha voz à de V. Ex^a no sentido de apelar à Câmara dos Deputados para que ajude com diligência com relação a essa matéria. Realmente, temos um prazo limite, que é o dia 30 de setembro, para que, uma vez aprovada, a proposição possa vigorar nas próximas eleições. E como ela melhora muito, no sentido de dar mais transparência, de reduzir custos de campanha e de racionalizar, se assim posso dizer, o processo eleitoral, tornando-o menos longo, porque, no Brasil, as campanhas ainda são muito longas. É, portanto, uma proposição que representa um avanço. Isso não quer dizer que esgote um espectro de questões que têm que ser tratadas numa reforma política mais ampla que envolva o sistema eleitoral, o sistema partidário e, por que não dizer, sistema de governo e também a questão federativa. Mas, se não tem esse alcance tão mais amplo, não quer dizer que seja menos importante, porque na questão eleitoral, a meu ver, estão embutidos temas que ficaram, de alguma forma, visíveis nessas CPIs que agora estão funcionando no Congresso Nacional. Por isso, cumprimento V. Ex^a, esperando que seu apelo seja ouvido pela Câmara dos Deputados.

O SR. JOÃO RIBEIRO (PL – TO) – Incorporo ao meu pronunciamento o aparte de V. Ex^a, que, com certeza, Senador Marco Maciel, é muito esclarecedor, sobretudo porque V. Ex^a participou também dessa decisão e é

um dos Senadores mais competentes que temos nesta Casa, um dos homens públicos mais valorosos que temos no Brasil. V. Ex^a foi meu Vice-Presidente por muitos anos, eu o acompanhei por praticamente vinte anos, no mesmo Partido, ajudando-o, à época como Vereador, a criar o Partido da Frente Liberal, Partido pelo qual tenho grande respeito e admiração, como V. Ex^a sabe.

Mas, Sr. Presidente, continuando a minha fala, com referência à questão da minirreforma partidária, concordo integralmente com tudo o que colocou o Senador Marco Maciel, sobretudo em relação aos benefícios, para as próximas eleições, referentes ao enxugamento de gastos, previstos na alteração da legislação eleitoral.

Existem outros pontos, sabe o Senador Alvaro Dias, Senador muito competente que preside esta sessão, que temos que ainda abordar, discutir mais amplamente, para chegarmos a um consenso e para serem votados numa reforma maior. Há, sobretudo, a questão dos gastos, a questão do showmício, a questão do horário eleitoral, que é uma penúria para muita gente. Grande parte da população brasileira, quando chega o horário eleitoral, acha muito longo aquele período.

Com esse enxugamento, tenho certeza de que teremos inclusive audiência maior, porque será por um período mais curto, e a população terá a oportunidade de, na campanha, poder escolher melhor, porque o candidato irá para o estúdio apresentar a sua proposta. Não terá muito aquela coisa de *marketing*, enfim, aquela preparação toda que, às vezes, faz com que o político eleito não seja a melhor proposta. Às vezes, se maquia tanto um candidato que não dá para o cidadão comum ser mais bem esclarecido.

São vários pontos, mas esses são os principais.

Sr. Presidente, sei que tramitam outros projetos na Casa com referência à legislação partidária, sobretudo no tange à questão das eleições, mas estou preparando – já está com minha assessoria – um projeto de lei que aborda dois pontos com os quais tenho certeza de que muitos deste País discordam. O primeiro trata da questão do prazo de filiação partidária. Em vez de termos um ano, deveríamos ter seis meses. Estamos vendo problemas em vários partidos hoje. Disse até que não abordaria este assunto, e não vou fazê-lo, até porque o tempo não me permitirá. Isso é extremamente complicado.

O segundo trata da questão da definição para se mudar de um Partido para outro. O cidadão tem que mandar um ofício para o cartório e outro para o presidente do Partido. Em muitos casos, se o presidente do Partido não gosta do candidato, arruma um jeito de não receber aquele ofício ou de criar qualquer tipo de problema.

Vimos, Senador Cristovam Buarque, muitos prefeitos sendo cassados, perdendo seus mandatos – não conheço casos de Deputados Federais ou Senadores –, mas prefeitos, sobretudo, nessa última eleição, porque apareceu a questão da dupla filiação ou, às vezes, de três filiações.

Sou daqueles que pensam, Presidente, Senador Alvaro Dias, que é a última filiação que deve ser considerada. Isso foi uma manobra para advogado ganhar dinheiro. O Senador é contra advogado ganhar dinheiro? Não. Existem tantas outras questões. Tenho até muita admiração e respeito pelos advogados, mas trata-se de manobra que considero desnecessária.

Quantos prefeitos, quantos mandatários perderam o mandato por causa, às vezes, de um julgamento equivocado, de uma ficha irresponsável que alguém do município tinha guardado de um líder político que resolveu ser candidato e que, sem se lembrar dessa ficha, acabou sendo prejudicado por isso? Quantos não fizeram o ofício na data certa ou não comunicaram até por falta de informação? Há muitos no Brasil assim.

Quanto a esses dois pontos, pretendo apresentar emenda para alterá-los o mais rapidamente possível. É lamentável que não consigamos, porque não há mais prazo, aprovar essas alterações para as eleições do próximo ano, até porque, como disse o Senador Marco Maciel, teremos talvez menos de trinta dias para resolver a questão dessa minirreforma que estamos fazendo, que já é um avanço muito grande, que já melhora em muita coisa.

Há a questão da farra de showmícios, uma coisa impressionante de cantores famosos pedirem votos e, às vezes, até ajudando a eleger candidato que não merece ganhar a eleição e que não seria eleito se não fosse aquele showmício milionário. A população vem em peso assistir àquele *show* e acaba sendo iludida por aquele momento ou por um pedido de um cantor que admira, de que gosta.

Os cantores terão, com certeza, como tiveram em outros tempos, em outras épocas, como ganhar seu dinheiro, como ter a sua sobrevivência. Isso não vai quebrar nenhum cantor; não vai criar nenhum tipo de dificuldade aos músicos, aos cantores e àqueles que fazem *show*. Eles não vão perder o emprego ou deixar de sobreviver em função das campanhas eleitorais. Precisamos cuidar bem do dinheiro do povo, disciplinar bem as eleições, para que tenhamos uma campanha mais barata e mais justa e para que sejam eleitos aqueles que realmente merecem.

Então, era basicamente isso o que eu queria dizer nesta tarde.

Sr. Presidente, retorno, com muito entusiasmo, para continuar representando o meu querido Estado do Tocantins, discutindo as questões brasileiras, todas as questões que interessam ao País, até porque um Senador não pode ficar restrito...

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – Um Senador ou um Deputado Federal não pode ficar apenas restrito às questões do seu Estado, mas a tudo aquilo que diz respeito à Nação brasileira, ao nosso País.

Portanto, como eu tenho dito sempre, represento o meu Estado do Tocantins com muito orgulho. Trata-

se de um Estado que tem pouco mais de 15 anos de emancipação política, um Estado que realmente existe para dar exemplo a outros Estados brasileiros. Quero voltar a falar acerca da importância que foi a criação do Tocantins e de tudo o que lá foi construído e de tantos outros temas importantes que eu...

(*Interrupção do som.*)

O SR. JOÃO RIBEIRO (PFL – TO) – ... que eu pretendo abordar durante o tempo que ainda me resta neste mandato, de pouco mais de cinco anos.

Haveremos de ter, Sr. Presidente, daqui para a frente, uma eleição mais enxuta, mais justa. Não só a minirreforma, mas também a reforma eleitoral precisa ser feita. Faço um compromisso de debruçar-me sobre o assunto e de ser seu defensor.

Por último, reitero o apelo que o Senador Marco Maciel fez no sentido de que a Câmara dos Deputados dê essa oportunidade ao Brasil, cumprindo com o seu dever, como sempre faz. Quero crer que, dessa vez, não será diferente, com a votação dessa minirreforma eleitoral. Ela é boa para o País e para todos nós.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador João Ribeiro. A Presidência deseja a V. Ex^a um ótimo retorno. Que seu mandato continue a ser profícuo em defesa do Estado de Tocantins.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Leonel Pavan, Teotônio Vilela Filho, Flexa Ribeiro, Reginaldo Duarte, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia, os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Luiz Soares e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer menção a uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à ciência, tecnologia e inovação dos países em desenvolvimento: o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – o CNPq, criado no início da década de 50, hoje uma fundação vinculada ao ministério da Ciência e Tecnologia.

Existem empresas públicas, fundações que pelo grau de excelência e importância estratégica que são detentoras, integram o patrimônio do país. A gestão administrativa nessas instâncias é uma questão que envolve interesse nacional.

O presidente da Embrapa, por exemplo, assim como o presidente do CNPq, são gestores públicos que estão submetidos ao mais alto grau de responsabilidade e eficiência.

Nesse contexto, Sr. Presidente, recebi correspondência de servidor do CNPq levantando suspeitas de

que estaria havendo abuso na concessão de passagens e diárias para os dirigentes atuais do CNPq.

Apresentei requerimento de informações dirigido ao ministro da Ciência e Tecnologia, solicitando esclarecimentos sobre o possível desvio de volume significativo de recursos do orçamento do CNPq para finalidades que não caracterizam o fomento à ciência.

A partir de agora, Sr^as e Srs. Senadores, passo a comentar os gastos relativos a diárias nacionais e internacionais e passagens da alta direção do CNPq no período de março de 2003 a junho de 2005. Desde já, informo, que acabei de receber a informação de que o presidente Erney de Camargo está embarcando para Angola, na próxima semana.

No emaranhado da crise político-institucional, o Presidente Lula voltou a dar demonstrações públicas que se refugia na “terra do nunca” uma versão local de Peter Pan, que só caberia no bornal do Delúbio Soares.

Esbraveja Sua Excelência, na semana passada:

“denúncias e mais denúncias, insinuações e mais insinuações, e nenhuma prova até agora que possa condenar qualquer pessoa”?

O Presidente da República definitivamente se perdeu no turbilhão da crise. Não fosse ele o chefe de Estado de um país da importância do Brasil, afinal não somos a República do Burundi, poderíamos recorrer àquela célebre crônica de Fernando Sabino, em que dois sujeitos discutiam futebol aos berros, alta madrugada, até que um morador de um prédio resolve intervir na discussão em que só o Dagoberto falava, abre a janela e berra: “deixa o Alfredo falar.”

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, eu gostaria também, neste momento, de registrar o artigo intitulado “Dar posse a Lula”, de autoria do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 26 de agosto do corrente ano.

O autor, ao contrário daqueles que querem o impeachment do Presidente da República, quer dar posse a Luiz Inácio Lula da Silva como Presidente, com um pedido de desculpas pelo atraso de dois anos e meio para o início dos trabalhos; seria um bom castigo obrigá-lo a começar a governar, ainda que tardiamente.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CNPq - TUR (março / 2003 a junho / 2005)

Função	Nome	Nº de SDP ²	Gastos com passagens	Diárias nacionais	Diárias internacionais (em dólares)
Presidente do CNPq	Erney Felício Plessman de Camargo	181	R\$ 217.219,32	R\$ 28.550,94	\$ 20.200,00
Vice-Presidente do CNPq	Manuel Domingos Neto	100	R\$ 138.541,61	R\$ 26.762,16	\$ 2.820,00
Chefe de Gabinete nº 1	José Roberto Drugowich de Felício	102	R\$ 107.022,19	R\$ 10.412,32	\$ 4.425,00
Diretor de Programas Temáticos e Setoriais – DPT	Manoel Barral Neto	112	R\$ 129.701,46	R\$ 19.714,07	\$ 7.030,00
Diretor de Programas Horizontais e Instrumentais – DPH – nº 1	José Roberto Leite (falecido)	72	R\$ 665.835,17	R\$ 93.527,18	\$ 1.680,00
	TOTAL	567	R\$ 665.835,17	R\$ 93.527,18	\$ 36.155,00

CLOVIS ROSSI

Dar posse a Lula

SÃO PAULO - Em vez de impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como cogitam alguns opositores (poucos, é verdade), minha sugestão para enfrentar a crise é a inversa: dar posse a Luiz Inácio Lula da Silva como presidente da República, com o pedido de desculpas pelo atraso de dois anos e meio com que ocorrerá a cerimônia.

O discurso de posse já está até pronto. É verdade que foi usado no dia 1º de janeiro de 2003, quando um cidadão que parecia o Lula assumiu a Presidência. Esse cidadão começou dizendo o seguinte na sessão solene do Congresso:

"Mudança. Esta é a palavra-chave. Esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro" (outubro de 2002, se é que alguém se lembra que um certo Lula ganhou a eleição).

Depois, o homem que fez o papel de Lula na cerimônia ainda fustou:

"Diante do esgotamento de um modelo que, em vez de gerar crescimento, produziu estagnação, desemprego

e fome. Diante do fracasso de uma cultura do individualismo, do egoísmo, da indiferença perante o próximo, da desintegração das famílias e das comunidades. Diante das ameaças à soberania nacional. Da precariedade avassaladora da segurança pública. Do desrespeito aos mais velhos e do desalento dos mais jovens. Diante do impasse econômico, social e moral do país, a sociedade brasileira escolheu mudar".

Como quase tudo o que "a sociedade" queria "mudar" não mudou e, em alguns aspectos, até piorou, conclui-se inescapavelmente que o discurso da mudança não correspondeu ao governo da mudança.

Seria, portanto, um bom castigo obrigá-lo a começar a governar, ainda que tardivamente e, pior, a cumprir o prometido na posse, se é que sabe como fazê-lo. Ou então que diga que até o discurso de posse não passava de "bravata".

@→ crossi@uol.com.br

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, crises, como se costuma dizer, muitas vezes geram grandes oportunidades. Estamos, hoje, no meio de uma crise grave e profunda, que afeta o Parlamento em seu coração mesmo. Temos de trabalhar, como espera a sociedade brasileira, para superá-la, investigando o que deve ser investigado, esclarecendo o que deve ser esclarecido e punindo quem deve ser punido. Mas cometemos um erro se ignorarmos as oportunidades que a crise atual pode estar nos oferecendo.

Mais uma vez, Sr. Presidente, é de corrupção que se trata. Mais uma vez, o que vemos são pessoas ou grupos se apropriando indevidamente do que é público para seu ganho ou para seus fins privados. Mais uma vez, o que vemos são indivíduos abusando de sua autoridade para alcançar vantagens pessoais ou para fazer avançar seus fins escusos.

Tudo isso causa desgosto, melancolia, desesperança. Até quando, Srs e Srs. Senadores, teremos de suportar esses acessos, essas crises convulsivas, esses espasmos que, vira e mexe, afetam a vida política brasileira?

Sou um otimista, Sr. Presidente. Não compartilho a crença fatalista que joga a culpa por essa recorrência da corrupção entre nós seja na própria natureza humana, seja em algum traço de nossa cultura. É bem verdade que não somos anjos. Todos podemos cometer erros e cair em tentações. É bem verdade também que nossa cultura, muitas vezes, favorece uma indistinção entre os limites do público e do privado. Mas nada disso nos constrange com a força da necessidade. Não estamos fatalmente condenados à corrupção. Não temos de aceitá-la como um fato, lamentável, mas inevitável, de nossa sociedade e de nossa vida política.

Sem dúvida que há, como muitos afirmam, um elemento institucional que explica o surgimento regular desses surtos de corrupção, que tanto mal causam aos políticos, à política em geral e, por extensão, à própria democracia. Nem tudo se explica pela desonestade, pela má intenção e pela falta de caráter de alguns indivíduos. Nem tudo se explica, tão pouco, por apego a generalizações sobre nossa cultura. Se crises como a que vivemos são possíveis, é porque as próprias regras do jogo devem ter problemas.

Ora, instituições são coisas que criamos e que podemos, portanto, desfazer, refazer, reformar e aprimorar. E se de fato é assim, Senhor Presidente, então nós, legisladores, temos uma responsabilidade especial, já que é a nós, mais do que a ninguém, que cabe o papel principal de criadores de instituições.

É aí que devemos enxergar a oportunidade na crise atual. Creio que a melhor resposta que podemos dar, neste momento, à sociedade brasileira, além da investigação e do esclarecimento de todos os fatos, passa por uma ampla reforma política.

Temos tido oportunidades ímpares, nas últimas semanas, de refletir sobre nossas instituições políticas, desde as mais formais, como o sistema partidário, o sistema eleitoral e o financiamento das campanhas políticas, até as informais, como as práticas de distribuição de cargos na administração pública. Cabe-nos, agora, traduzir essas reflexões em aprimoramentos institucionais, de modo que, no futuro, não precisemos sofrer novamente com mais um acesso dessa verdadeira febre terçã, que é a corrupção.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, para tirarmos algum proveito desta terrível crise, que levou a níveis inéditos o ceticismo da sociedade brasileira com relação aos políticos e à política em geral, é imperativo que encaremos seriamente a tarefa da reforma das instituições políticas. Se não formos capazes de tirar lições que aprimorem nossas regras, é só uma questão de tempo até que a próxima crise estoure, abalando mais uma vez a fé na política. E, como bem diz a sabedoria popular, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura.

Por isso, defendo que este é o momento para fazermos avançar uma ampla reforma política. Tenho certeza de que este Congresso Nacional está à altura da tarefa e não decepcionará a sociedade que tem o orgulho de representar.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria também, neste momento, de comentar artigo intitulado “A corrupção comprovada”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 30 de agosto do corrente.

O artigo destaca que finalmente as primeiras provas objetivas da corrupção no governo Lula apareceram. Trata-se da conclusão do relatório feito pela Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União em 40 departamentos dos Correios. Os auditores identificaram 525 irregularidades, sendo a maioria de alto risco para os cofres públicos.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3

O ESTADO DE S. PAULO - TERÇA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2005

Conselho de Administração:
Presidente Roberto C. Mesquita
Vicepresidente Fernando Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Juízo César Mesquita Neto
Juana Cecília V. C. Mesquita
Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1875

Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1959)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)

Julio de Mesquita Neto (1969-1996)

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)

Américo de Campos (1875-1984)

Nestor Rangel Pestana (1927-1933)

Plínio Barreto (1927-1958)

NOTAS & INFORMAÇÕES**A corrupção comprovada**

Finalmente surgiram as primeiras provas objetivas da corrupção entranhada na administração Lula. E que provas! No *Globo* de domingo, o repórter José Cassado revelou que o Planalto está de posse de um relatório, concluído no último dia 12, com os resultados de uma mega-auditória realizada em 40 departamentos dos Correios por uma força-tarefa de agências federais, entre elas a Controladoria-Geral da União e o Tribunal de Contas da União. As investigações abrangeram 85% dos contratos executados pela estatal no primeiro ano do atual governo e pouco mais da metade dos contratos do ano passado, envolvendo valores superiores a R\$ 7 bilhões, ou mais de 2/3 do faturamento da empresa em 2004. Os auditores identificaram nada menos de 525 irregularidades, a maioria delas de "alto risco" para os cofres públicos.

É o caso dos pagamentos de serviços de transporte "sem cobertura contratual devida", das licitações dirigidas, dos reajustes pagos em contratos já vencidos - e até mesmo das distorções em preços eletrônicos, tidos como um breve contra a roubaíra e uma

a avaliação do programa de gestão empresarial dos Correios. Os auditores concluíram que a avaliação foi "insuficiente e desatualizada" - ou seja, R\$ 90,6 milhões jogados fora. No outro extremo, está o escândalo do contrato para a implantação do chamado correio híbrido postal (sistema de correspondência eletrônica para uso de grandes empresas), um projeto concluído em 2002 e organizado então em R\$ 861,4 milhões.

No ano seguinte, já sob a égide moralizadora do governo petista, o valor do projeto mudou de patamar. Os R\$ 861,4 milhões se transformaram em R\$ 4,3 bilhões, ou 400% de aterrésmo! Faz sentido: o contrato viraria a ser feito, agora se sabe, "sem definição objetiva dos critérios de composição de pre-

adores do aumento foi o então diretor-comercial dos Correios, Carlos Eduardo Fioravante. Ele é segundo suplente do senador peemedebista - e atual ministro das Comunicações - Hélio Costa. Ontem, a CPI estava para requisitar o documento "que demonstra que provas de corrupção no governo Lula existem para dar e vender", como argumenta o deputado Edinho Paes, do PSD. Os principais trechos do texto constarão do relatório parcial que a comissão, já não sem tempo, promete divulgar até o fim da semana.

WWW.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
Tel. 3856-2122 (PABX) Fax N° (011) 3856-2940

dos, o que não estava previsto. Tudo "altamente injustificável", para os investigados. Ou, para usar a palavra da moda nas CPIs, uma monumental lâmbanta. Bem que Maurício Marinho advertira: "O importante são as comissões especiais de licitação, os grandes contratos, que não passam pelo trâmite normal."

A própria CPI dos Correios havia levantado uma ponta do caso, o custo dos programas de computação relacionados com o projeto: um deles acabou custando 60 vezes mais do que previa a cotação original. A senadora Heloisa Helena, do PSOL, tinha chamado a atenção para o fato de que um dos maiores defensores do aumento foi o então diretor-comercial dos Correios, Carlos Eduardo Fioravante. Ele é segundo suplente do senador peemedebista - e atual ministro das Comunicações - Hélio Costa. Ontem, a CPI estava para requisitar o documento "que demonstra que provas de corrupção no governo Lula existem para dar e vender", como argumenta o deputado Edinho Paes, do PSD. Os principais trechos do texto constarão do relatório parcial que a comissão, já não sem tempo, promete divulgar até o fim da semana.



do computação relacionados com o projeto: um deles acabou custando 60 vezes mais do que previa a cotação original. A senadora Heloisa Helena, do PSOL, tinha chamado a atenção para o fato de que um dos maiores defensores do aumento foi o então diretor-comercial dos Correios, Carlos Eduardo Fioravante. Ele é segundo suplente do senador peemedebista - e atual ministro das Comunicações - Hélio Costa. Ontem, a CPI estava para requisitar o documento "que demonstra que provas de corrupção no governo Lula existem para dar e vender", como argumenta o deputado Edinho Paes, do PSD. Os principais trechos do texto constarão do relatório parcial que a comissão, já não sem tempo, promete divulgar até o fim da semana.

do computação relacionados com o projeto: um deles acabou custando 60 vezes mais do que previa a cotação original. A senadora Heloisa Helena, do PSOL, tinha chamado a atenção para o fato de que um dos maiores defensores do aumento foi o então diretor-comercial dos Correios, Carlos Eduardo Fioravante. Ele é segundo suplente do senador peemedebista - e atual ministro das Comunicações - Hélio Costa. Ontem, a CPI estava para requisitar o documento "que demonstra que provas de corrupção no governo Lula existem para dar e vender", como argumenta o deputado Edinho Paes, do PSD. Os principais trechos do texto constarão do relatório parcial que a comissão, já não sem tempo, promete divulgar até o fim da semana.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “E agora?”, de autoria do sociólogo Hélio Jaguaribe, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 28 de agosto do corrente.

Em seu artigo, Hélio Jaguaribe tece comentários sobre a atual crise política em que mergulharam o PT, seus aliados e o governo Lula. Para o sociólogo, ficou evidenciado que “o governo Lula, o PT e seus aliados, para assegurarem maioria parlamentar e ocorrer aos elevadíssimos gastos de sustentação de um imenso aparato político e de custosa propaganda eleitoral, se valeram, ilicitamente, de recursos públicos subtraídos de autarquias e de outras agências federais. Revelou-se, igualmente, algo de tanto ou mais grave: a mercantilização,

em grande escala, de altos cargos públicos, conferidos a pessoas com absoluta independência de critérios de competência e de idoneidade, mas exclusivamente em função da medida em que os novos titulares se comprometiam, confiavelmente, a saquear bens públicos em proveito do PT, de seus aliados e do governo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

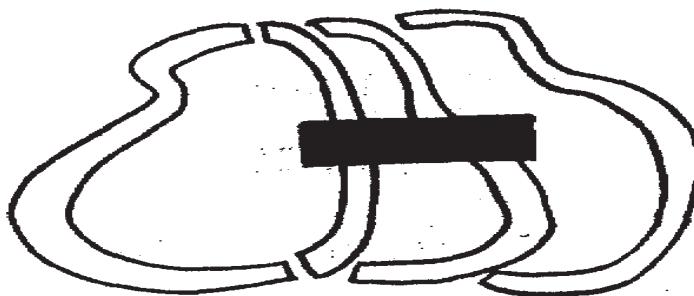
TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados em sua maioria não traduzem a opinião do jornal. São expressões individuais do proprietário de estatística, de debates e de problemas brasileiros e mundiais, e de reflexões, discussões, tendências de pensamento e entretenimento. E-mail: debates@uol.com.br

E agora?

HELIOS JAGUARIBE

Estevão Góis/Agência



Está em jogo o colapso de um mito e o naufrágio de uma esperança. E agora, quando o mito se desfaz e a esperança soçobra?

dirigir um grande partido, o PT, o Partido dos Trabalhadores. Esse PT se torna portador da esperança de constituir, democraticamente, pelo voto popular, um grande Brasil autônomo, moderno, desenvolvido e socialmente justo.

E agora, quando o mito se desfaz e a esperança soçobra? Agora, é preciso combinar um lucido entendimento dos acontecimentos com uma vigorosa reafirmação de esperança no Brasil. Ademais da ampla dimensão das ilícitudes praticadas, pelas quais os responsáveis devem ser, na forma da lei, devidamente punidos, existem outros aspectos da atual situação, tão ou mais importantes.

O principal deles se refere à urgente necessidade de uma ampla e profunda reforma da legislação reguladora das eleições e dos partidos. Foram as graves deficiências dessa legislação que abriram espaço para os abusos ora constatados e, de certa forma, criaram condições que os incentivaram.

Há consenso, entre os estudiosos da matéria, no sentido da necessidade da adoção do regime eleitoral distrital, puro ou misto, e de novo e rigoroso sistema de financiamento dos partidos, da exigência de um coeficiente nacional mínimo de 5% de votos, em apropriado número de Estados, para a sobrevivência de um partido, acabando com partidos anões, que se tornaram balcão de negócios; da imposição de rigorosa fi-

delidade partidária; e, finalmente, de tornar legalmente obrigatória, em cada legislatura, se nenhum partido alcançar suficiente maioria, a formação de coligação de partidos para toda a legislatura, com programa e liderança únicos, de sorte a assegurar, responsávelmente, uma maioria parlamentar estável.

Adotado um apropriado regime regulador da vida política, assegurar-se-á significativa elevação do nível de nossa classe política, dos partidos e do governo. E se tornará possível uma vigorosa reafirmação de esperança ao Brasil.

Reconheçamos que Lula, por sua inteligência e personalidade, desempenhou internacionalmente muito bem a função de chefe de Estado. Sua completa falta de preparo não lhe permitiu, todavia, um exercício minimamente satisfatório da chefia do governo. E a delegação dessa função ao ex-ministro José Dirceu resultou catastrófica.

A terrível crise em que mergulhamos, entretanto, também abre novas possibilidades. Está na hora de uma grande reformulação partidária. Da emergência de um novo PT, depurado de seus vícios e de seus maus líderes, e de um mais sério compromisso do PSDB com seu projeto social-democrata. Está, sobretudo, na hora da formação de uma ampla frente democrática, reunindo todas as forças progressistas do país, para formular um grande projeto de Brasil a partir de uma atualizada proposta neodesenvolvimentista, conducente, autonomamente, no âmbito do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações, à construção, no Brasil e na região, de uma moderna, próspera e equitativa democracia social.

Hélio Jaguaribe, 82, sociólogo, é decano em honra do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEP), membro da Academia Brasileira de Letras e autor de, entre outras obras, “Um Estudo Crítico da História” (Paz e Terra).

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro das últimas matérias publicadas pelos jornais de grande circulação no país e que repercutem a atual crise política que, agora, envolve o nome do ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Em depoimento à CPI dos Bingos, o advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ministro durante a sua gestão frente à prefeitura de Ribeirão Preto, declarou que as prefeituras do PT em São Paulo tinham um esquema de arrecadação de recursos que depois eram transferidos diretamente para o então tesoureiro do Partido, Delúbio Soares.

O ex-assessor de Palocci conformou, também, que havia um acordo entre o PT e os donos de casas de jogos para que, em troca de recursos para campanha, o Partido se comprometesse a legalizar os Bingos no País.

Assim, Sr. Presidente, é nesse contexto que requeiro que as matérias e artigos abaixo relacionados sejam considerados parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

O tripé ruiu

BRASÍLIA - *O tiro de Rogério Buratti no ministro Antonio Palocci tem dois efeitos dramáticos: ameaça a única ilha de estabilidade, que é (era?) a economia, e atinge a terceira ponta do tripé político do governo Lula. Dirceu se esborrachou, Gushiken caiu, Palocci está manco.*

Palocci não é réu e muito menos se pode dizer que seja culpado. O que há, até agora, é o depoimento de Buratti, sem provas, sem evidências. Mas ele foi braço direito de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto. Ele sabe das coisas. Se não há provas, há suspeitas fundamentadas. É grave.

Lula opera com o segundo time justamente no pior momento de uma crise sem precedentes. Márcio Thomaz Bastos não é político, é um bom advogado. Jaques Wagner não tem, e dificilmente terá, a intimidade e a influência sobre Lula que Dirceu e Gushiken tiveram. Dilma cuida da administração, Dulci é periférico.

Não bastasse, toda a energia do governo estava voltada para proteger Lula, abrindo canais com o Congres-

so e consolidando seus laços com os movimentos sociais e seu diálogo com as massas. Agora, a prioridade mil passa a ser impedir que a crise contamine a economia, única área que tem apoio do "establishment", segura os investimentos externos e justificava um certo otimismo no Planalto. A primeira reação do governo às acusações de Buratti foi a garantia de que, haja o que houver, a política econômica não vai mudar. O mercado gostou. A oposição calou.

O governo se afasta definitivamente do PT e passa a depender da racionalidade geral e, em especial, das oposições. Há um consenso de que Palocci só cai se surgirem fatos e dados consistentes e de que o impedimento de Lula não tem amparo na realidade política. Em contrapartida, está evidente que o esforço é para garantir Lula só até a posse do sucessor.

Dos homens do poder, sobra um: Lula. E sem reeleição.

Propina ao PT era regra do jogo em várias cidades, diz Buratti

O preço era fixo e não dependia do porcentual do contrato, contou o ex-assessor de Palocci à CPI

CRÍSE NO GOVERNO LULA

Rosa Costa
Lisandra Paraguassú
BRASIL A

NO INTERIOR DE SP - Buratti, na CPI dos Bingos: pagamento para o PT, ocorria em Ribeirão Preto, Matão, Sertãozinho e Monte Alto.

Em depoimento à CPI dos Bingos o advogado Rogério Buratti relatou que as prefeituras do PT em São Paulo tinham um esquema de arrecadação de recursos que depois eram transferidos diretamente para o então tesoureiro do partido, Delúbio Soares. "Há um esquema do lixo que envolve as prefeituras (do PT)", confirmou Buratti, revelando que conhecia detalhadamente o mecanismo usado em Ribeirão Preto.

O ex-assessor do ministro Antonio Palocci disse que não havia pagamento de propina das empresas de lixo em São Paulo, à época da administração de Marta Suplicy. Segundo ele, o acordo que havia entre as empresas de lixo e a Prefeitura paulistana de Marta envolvia uma contrapartida das empresas contratadas nas campanhas eleitorais do PT.

Quando foi perguntado se o então prefeito de Ribeirão Preto, Antonio Palocci, conhecia o esquema, Buratti respondeu: "Sempre admiti que os prefeitos sobresssem desses pagamentos". Ele confessou que a empresa Leão Leão pagava propina para várias prefeituras do PT – citou Ribeirão Preto, Matão, Sertãozinho e Monte Alto – onde tinha interesses comerciais. Segundo ele, o pagamento "era a regra do jogo" porque os "agentes municipais" impunham a contribuição.

Buratti informou que o preço era fixo e não um porcentual do contrato. "A prefeitura colaborava na preparação do edital e no estabelecimento do cronograma", afirmou. A pedido dos senadores, Buratti explicou que o pagamento era feito depois das licitações. No caso da Leão Leão, o dinheiro de propina era contabilizado no caixa da empresa como prestação de serviço ou escamoteado com "notas compradas".

"Notas compradas era notas frias?", perguntaram os senadores. Ele respondeu que sim:

"Era assim que os balanços eram forjados". O senador Flávio Arns (PT-PR) quis saber como ele conhecia o esquema. "Eu sabia de onde o dinheiro saía e para onde ia, no caso de Ribeirão Preto, acredito que foi entregue na sede do PT", explicou.

A presença na CPI do promotor Aroldo Costa Filho, de Ribeirão Preto, durante o depoimento de Buratti, foi criticada pelos senadores petistas Tião Viana (AC) e Flávio Arns (PR). Eles sugeriram que o promotor, encarregado de investigar o chamado "escândalo do lixo" no município, se retirasse, mas o presidente e o relator da comissão, senadores Efraim Moraes (PFL-PB) e Garibaldi Alves (PMDB-RN), disseram que o promotor atendeu a um convite deles. "Recebemos dele inúmeros documentos e fomos nós que o convidamos a assistir ao depoimento", afirmou Efraim.

Rogério Buratti não revelou ao relator quem era o personagem que ele apelidou de "Charuteiro" nas conversas telefônicas em que tratava da licitação do lixo de São Paulo, na gestão da prefeita Marta Suplicy. "Acho que era alguém da comissão de licitação", respondeu.

O advogado terminou dando aos senadores uma aula sobre fraude nas licitações do lixo. Segundo ele, quanto mais complicada for a licitação, mais fácil é "buscar elementos para fazer um acordo". Para Garibaldi Alves, seu depoimento mostrou "com clareza" a origem de boa parte do dinheiro arrecadado pelo PT.

A Leão Leão divulgou nota negando envolvimento no esquema de propina. A empresa afirma que "sua participação bem-sucedida em algumas licitações decorre da qualidade de seu quadro de pessoal, sua tecnologia avançada e de uma gestão administrativa rígida, que lhe permite preços competitivos".

Bingos ajudaram campanha, confirma ex-assessor

Esquema teria rendido R\$ 2 milhões ao caixa do PT, metade das casas de jogos de São Paulo e metade do Rio

BRASÍLIA

O advogado Rogério Buratti disse ontem que havia um acordo entre o PT e donos de casas de jogos para que, em troca de recursos para campanha, o partido se comprometesse a legalizar os bingos no País depois de chegar ao poder.

Ele atribuiu todas as informações a Ralf Barquette, que foi secretário de Fazenda de Ribeirão Preto quanto o ministro da Fazenda, Antonio Pa- locci, era prefeito.

Ralf, que era muito amigo de Buratti – segundo o próprio advogado –, morreu de câncer na metade do ano passado, quando era assessor especial

da Caixa Econômica Federal por indicação de Palocci.

O esquema que Barquette teria relatado a Buratti teria rendido R\$ 2 milhões ao caixa do PT. A metade teria vindo das casas de bingo de São Paulo e havia sido intermediado pelo próprio Barquette. Depois de acertar a doação, o secretário falou com o então tesoureiro da campanha de Lula, Delúbio Soares, e os empresários fizeram a doação diretamente a Delúbio.

A outra metade teria vindo de um esquema semelhante no Rio de Janeiro. Este, intermediado pelo então presidente da Loterj Waldomiro Diniz, depois assessor da Casa Civil

quando José Dirceu era ministro. Ele foi demitido quando foi pego cobrando propina de um dono de casa de jogos.

De acordo com Buratti, em troca da doação, os donos de casas de bingo de São Paulo e havia sido intermediado pelo próprio Barquette. Depois de acertar a doação, o secretário falou com o então tesoureiro da campanha de Lula, Delúbio Soares, e os empresários fizeram a doação diretamente a Delúbio.

Além disso, teriam ficado acer- tadas a renovação do contrato com a Gtech, empresa que ad- ministra os jogos da Caixa Eco-

nômica Federal, e a negocia- ção de cargos na Caixa com a empresa. "Eu ouvi isso do Ralf. Mas essa parte dos cargos ouvi também do Enrico Gianelli", disse Buratti.

FAZENDA

Pela terceira vez consecutiva, Gianelli, que é ex-advogado da Gtech do Brasil, não atendeu à convocação da CPI dos Bingos. Ele iria depor ontem na comis- são, depois de Buratti, mas tele- fonnou para os técnicos da CPI, alegando que não teria como chegar a Brasília, por proble- mas de vôo.

No dia 4, na primeira convo- cação, Gianelli alegou compro- missos de agenda. Na segunda,

ele obteve uma liminar do ministro do Supremo Tribu- nal Federal Marco Aurélio Mello, desobrigando-o de comparecer à CPI. Gianelli é sus- peito de ter intermediado a suposta extorsão paga pela Gtech, na renovação dos con- tratos das loterias com a Caixa. Ele atendia a Gtech como advogado do escritório da Fisher & Foster.

O presidente e relator da CPI, Efraim Moraes (PFL-PB) e Garibaldi Alves (PMDB-RN), respectiva- mente, devem pedir ajuda à Polícia Federal para que Gianelli compareça para depo- por "debaixo de vara". •

L.P. e R.C.

Planilha pode provar pagamento de propina

Pólicia e MP pretendem cruzar dados de tabela encontrada no computador de Barquete com dados bancários da Leão Leão

Ricardo Brandt
Enviado especial
RIBEIRÃO PRETO

ex-presidente da Leão Leão, denominada "Balança de despesas diversas janeiro a dezembro 2004", constam o pagamento de R\$ 226 mil mensais, no ano de 2004, à cidade de Ribeirão Preto. Buratti confirmou reconhecer que parte dessas despesas pode ter relação com os R\$ 50 mil pagos mensalmente à prefeitura de Ribeirão. "Trata-se de um relatório gerencial, e não contábil", diz Buratti.

O dinheiro seria entregue ao ex-secretário de Fazenda de Palocci Ralf Barquete Santos (já morto), que o repassava ao PT, segundo Buratti. Questionado se entende se Palocci tinha conhecimento, respondeu: "Nenhuma empresa faz uma contribuição, nem pequena nem grande, sem que o patrão saiba, como se diz no meio empresarial. Então acredito que ele (Palocci) soubesse." Mas acrescentou nunca ter ouvido referência a isso.

No arquivo do computador,

onde estão os valores totais pagos aos municípios, há janelas

nas quais figuração de quadri-
lha para fraudes em licitações.
Segundo Buratti, havia,
além das propinas, pagamentos
diversos, como contribuições
para eventos e até para órgãos
locais de imprensa. O ex-asses-
sor de Palocci explicou que as
propinas e as contribuições
eram feitas para que as prefeitu-
ras mantivessem os pagamen-
tos dos contratos de luxo em dia
com a empresa.

Ele reconheceu além de Ri-
beirão, os pagamentos para ou-
tras três cidades: Matão, Ser-
tãozinho e Monte Alto. Na plani-
ilha da Leão Leão, constam valo-
res fixos pagos mensalmente às
cidades de Araraquara (R\$ 55
mil), Matão (R\$ 34 mil), Sertão-
zinho (R\$ 30 mil) e Monte Alto
(R\$ 9 mil). Há ainda referência a
valores pagos ao Departamento
de Estradas e Rodagem (DER)
e a Conter (não identificada). Bu-
ratti só isentou a prefeitura de
Araraquara, pois, segundo ele,
sempre havia atraso nos paga-
mentos do contrato. ■

BALANÇO DEPESAS DIVERSAS JANEIRO A DEZEMBRO 2.004											
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MARÇO	AUGUSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
REIBAIXO PRETO	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	300.000
MARACAJUARA	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	600.000
SERTÃOZINHO	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	600.000
MATÃO	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	600.000
MONTÉ ALTO	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	600.000
ARTESÃO	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000	600.000
											7.200.000

BALANÇO - Planilha da presidência da Leão Leão apreendida pelo Ministério Públíco Estadual

ocultas que detalham cédulas um dos pagamentos. Eles têm os mesmos valores mantidos durante todos os meses do ano. No caso de Ribeirão, as despesas estão referidas nas janelas ocultas da seguinte maneira: "164600 - princ; "50000 - dr"; "2000 - c" e "r" = 226600". Na tabela principal, porém o valor total é identificado por Barquete como "226,00".

O Ministério Públíco Estadual e a polícia vão pedir também uma análise contábil nas contas da empresa, num novo inquérito que vai apurar corrupção e lavagem de dinheiro. O atual inquérito, em fase fi-

ANALISE
A promotoria e a polícia vão pedir também uma análise contábil nas contas da empresa, num novo inquérito que vai apurar corrupção e lavagem de dinheiro. O atual inquérito, em fase fi-

Quebra de sigilo revela telefonemas de Buratti para Palocci e cafetina

Além deles, o número de Marcelo Franzine, diretor do grupo Leão Leão, está entre os mais acionados pelo advogado da CPI.

CRISENO GOVERNO LULA

Rosa Costa
João Domingos
BRAZILIA

O telefone da casa do ministro da Fazenda, Antônio Palocci, em Brasília figura entre os cinco mais acionados pelo advogado Rogério Buratti até fevereiro do ano passado. A lista foi encaminhada à CPI dos Bingos pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

O documento identifica incorretamente o número da casa de Palocci como sendo do Ministério da Fazenda. O Estado leva para o número e quem atendeu disse que se tratava da residência do ministro.

Entre os telefones para os quais Buratti mais discou, o primeiro da lista é o celular da enfermeira Jeany Mary Corner, investigada pela CPI dos Correios e apontada como organizadora das festas com garotas de programa que o empresário Marcos Valério de Souza supostamente patrocinava em Brasília. Em seguida, vem o celular de Marcelo Franzine, diretor do Leão Leão, grupo empresarial sediado em Ribeirão Preto no qual Buratti trabalhou.

Com atividades nas áreas de construção e de coleta de lixo, o Leão Leão é alvo de inquérito do Ministério Público do Estado de São Paulo pela suspeita de participação num esquema de fraude em licitações promovidas por prefeituras.

O terceiro da lista é o celular do chefe de gabinete de Palocci, Juscilino Dourado. Depois aparece o telefone celular do ex-assessor da presidência da Caixa Econômica Federal Ralf Barquet Santos, morto no ano passado. O telefone da casa de Palocci vem em quinto lugar.

No depoimento à CPI na semana passada, Buratti disse que não mantém contatos com Palocci, a quem disse ter visto poucas vezes, em "situações casuais e superficiais" nas quais apenas se cumprimentaram.

SEM COMENTÁRIO

A assessoria do Ministério da Fazenda afirmou não ter nenhuma informação ou comentário a fazer sobre as ligações de Buratti, que foi secretário de Governo na gestão de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, em 1992 e 1993.

Buratti deixou o cargo após a divulgação de uma fita, gravada por ele mesmo, em que aceita uma operação ilegal com um empresário. A fita foi furtada por um membro do PT que a tornou pública.

O advogado também foi assessor na Assembleia Legislativa de São Paulo dos deputados petistas José Dirceu e João Paulo Cunha. Ele está prestes a ser indiciado pela Polícia Federal por formação de quadrilha por fraudes em licitações das prefeituras. É ainda acusado pelos dirigentes da Gtech do Brasil de ter tentado extorquir R\$ 6 milhões para intermediar o contrato das loterias com a Caixa. ■

Grupo Leão Leão se põe 'à disposição da CPI'

IGUALDADE. A Assessoria de Imprensa do Grupo Leão Leão informou ontem que "da mesma forma que prestou todas as informações à Justiça a empresa coloca-se à disposição da CPI dos Bingos para fornecer os dados de que necessitar". A nota refere-se ao pedido de quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico da empresa aprovada pela CPI dos Bingos, onde trabalhava o advogado Rogério Tadeu Buratti. A Leão Leão – que financiou campanhas de Antônio Palocci a deputado em 1998 e à prefeitura de Ribeirão Preto em 2000 – limitou-se a essa resposta. Entretanto, o Ministério Públíco Estadual (MPE), em Ribeirão Preto, deverá enviar à CPI nos próximos dias uma cópia do inquérito policial que investiga fraudes em licitações do lixo. A Leão Leão é acusada de envolvimento em esquema de fraudes em licitações públicas do lixo e outros serviços em cerca de dez cidades paulistas. O senador Romeu Tuma já entrou em contato solicitando essas informações. O inquérito investiga a participação de Buratti e de outros três ex-diretores da Leão Ambiental, um dos braços da Leão Leão, além de seu presidente, Luiz Cláudio Leão. ■

‘Ele não me serve mais. Vamos queimar’

Leitura labial feita por técnicos revela o que disse Waldomiro Diniz a Carlos Cachoeira durante encontro no Aeroporto de Brasília em 2002

PRATICAS

A CPI dos Bingos divulgou ontem o resultado de leitura labial feita por técnicos surdos, a pedido da Polícia Federal, que revelou o conteúdo da conversa entre Waldomiro Diniz e o empresário dos jogos Carlos Ramos, o Carlinhos Cachoeira, durante encontro no Aeroporto de Brasília, em 2002. De Cachoeira não foi possível ouvir nada, mas do ex-assessor de Assuntos Parlamentares da Casa Civil foram decifradas frases que surpreenderam os integrantes da CPI.

Depois de desligar o telefone celular no saguão do aeroporto, e se encontrar com Cachoeira, Waldomiro diz: “Isso vai rolar muito dinheiro, muito dinheiro... Eu me responsabilizo. Eu me responsabilizo. Não se preocupe.” Em seguida, ele挂endo ao telefone. Fica de costas, fala um pouco e se despede.

E volta a conversar com Cachoeira: “Nós temos duas opções. Ou nós pegamos e acabamos com ele ou tentamos negociar, mas no fim eu vou sair ganhando. Ele não me serve mais. Vamos queimar. Eu sei que ele pode fazer isso, mas tem que ser confidencial. Não se preocupe que ninguém vai tocar em você. Eu te deu total cobertura.”

LOTERIA

No época, Waldomiro era presidente da Loteria do Rio de Janeiro (Loterj) e Cachoeira havia vencido uma licitação para instalar máquinas de loterias instantâneas no Estado. Segui-

do Waldomiro, Cachoeira não cumpriu o compromisso. “O que ele me deu mesmo era esquecer no Rio 20 mil máquinas de videojogo”, disse o ex-assessor do ex-chefe da Casa Civil e hoje deputado José Dirceu (PT-SP).

Um pouco mais à frente, na conversa no aeroporto, Waldomiro diz para Cachoeira uma frase que parece remeter a uma licitação: “Com certeza ela vai ganhar. Estou acompanhado e tenho certeza que vai ganhar. Faço uma aposta contigo de que ela está à frente nos outros. Já fiz contato não só no Rio, mas com outros governadores. Eles também estão nos apoiando e é coisa grata.”

Depois de deixar Cachoeira, Waldomiro responde: “Polícia Federal, pelo amor de Deus. Eu acho muito difícil aqui no Brasil. É péssima. Jamais.” Depois, ele promete a Cachoeira: “É claro que

vou te pagar. Nos já tínhamos combinado... Lembra?”

Mais à frente, aparecem seguidas frases sobre dinheiro: “Eu sei como explicar isso... Dirceu não se esconde. Precisamos disfarçar. Isso a gente precisa lavar.”

Em outro trecho, Waldomiro cements com o empresário: “É um documento em sigilo que ninguém pode saber. A polícia não pode saber. Tú tuão indo, tudo andando. O advogado... Ele faz um trabalho e não revela a ninguém. E já faz um trabalho para mim... Isso é feito fora daqui, tá entendendo?... Não sou burro... Não. Pensa que vou fazer isso aqui dentro... Uma manchete bem grande, uma manchete, É... Uma manchete bem grande... Peraí. Vamos preparar uma manchete bem grande para despistar... Mii e qui... rtherios...” • J.C. e R.C.

CPI dos Bingos convoca Dirceu a depor

ILICITAS: José Dirceu foi convocado novamente para depor, desta vez na CPI dos Bingos. O requerimento aprovado pelo CPI foi apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) e pede que Dirceu seja ouvido como suspeito de ter conhecimento das “atividades ilícitas” atribuídas a seu ex-assessor Waldomiro

Diniz na renovação do contrato das loterias da Caixa Econômica Federal com a Gtech do Brasil. A data do depoimento não foi marcada. A CPI dos Bingos também convocou a governadora do Rio, Rosinha Matheus, e seu marido e secretário de Governo, Anthony Garotinho. • R.C. e J.D.

Waldomiro diz que Cachoeira tentou extorsão

Ex-assessor da Casa Civil acusa empresário de não querer cumprir contrato com Loterj

BRASÍLIA

O ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz disse ontem, em depoimento à CPI dos Bingos, que foi vítima de uma tentativa de extorsão feita pelo empresário dos jogos José Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A afirmação contraria as declarações feitas à CPI por Cachoeira, que afirmou ter sido ele o acusado por Waldomiro, como sugere a célebre gravação em que o ex-funcionário do Planalto aparece pedindo propina de 1% para Cachoeira.

Na época do encontro, gravado por Cachoeira, Waldomiro era presidente da Loterj, estatal que administra as loterias do Estado do Rio, e os dois negociavam um contrato. "Ele (Cachoeira) mente, mente e mente de novo quando diz que eu o achaquei", afirmou Waldomiro. "Foi ele quem me achacou. Ele não queria cumprir o contrato fechado com a Loterj. Queria apenas explorar a videoloteria. Isso eu não pude deixar. A partir do dia que eu disse a ele que ele tinha de cumprir seu contrato com a Loterj, eu nunca mais tive paz."

Waldomiro depôs protegido por habeas-corpus que lhe permitia calar diante das perguntas que quisesse e ainda garantia que ele não seria preso. A versão do ex-assessor da Casa Civil foi recebida com reservas pela CPI. "Ele faltou com a verdade. Não apenas quis se isentar, mas a todos os que o rodeavam. Ficou a impressão de que ele procurava esconder suas funções na Casa Civil", avaliou o relator dos trabalhos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN). "Foram tantas as mentiras que vamos ter de fazer uma acareação de Waldomiro com Carlinhos Cachoeira", propôs o presidente da comissão, senador Efraim Moraes (PFL-PB).

Waldomiro disse que não vê problemas em ficar frente a frente com o empresário.

O ex-braço-direito de José Dirceu contou que em janeiro de 2003 foi procurado pelo jornalista Mino Pedrosa, que nascou da fita registrando o pedido de propina. Waldomiro afirmou ter procurado o empresário, que negou ter o vídeo. Mas pediu que o acompanhasse a uma reunião da diretoria da Caixa Econômica Federal com repre-

sentantes da Gtech, que negociavam um contrato milionário.

Waldomiro negou ter partici-

'Ele (Cachoeira) mente, mente e mente de novo quando diz que eu o achaquei'

gado de negociações para renovar o contrato. Desmentiu também que tenha indicado o advogado Rogério Buratti para intermediar o negócio. De acordo com informações que chegaram à CPI, Buratti teria pedido R\$ 6 milhões para fazer a intermediação. "Não conheço esse Buratti, nunca falei com ele, nunca estive próximo dele nem a 10 nem a 100 metros", reagiu o ex-assessor da Casa Civil. Efraim Moraes disse que a CPI tem documentos que comprovam que Waldomiro influiu na renovação do contrato, para que a Gtech continuasse a oferecer monopolio de loteria a serviço das loterias da Caixa. ■ J.D. e R.C.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Fantasmas” de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de São Paulo** do último dia 1º de setembro do corrente.

“O presidente está perdido nas brumas, conversando com os fantasmas de seus antecessores, sem entender direito a conversa. Ou os fantasmas não disseram a Lula que as crises de seus tempos se deram em contextos completamente diferentes ou Lula não entendeu nada”.

O autor, em seu comentário, se refere ao discurso feito pelo presidente Lula no último dia 25 de agosto.

em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, quando comparou-se a antecessores históricos ao falar sobre a crise política atual.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLOVIS ROSSI

Fantasmas

SÃO PAULO - Se, nas horas de crise, um país necessita de lideranças capazes de reduzir o tamanho delas e apontar caminhos, então o Brasil está à deriva. Pelo menos se olharmos para a linha de comando das instituições da República.

O presidente está perdido nas brumas, conversando com os fantasmas de seus antecessores, sem entender direito a conversa. Ou os fantasmas não disseram a Lula que as crises de seus tempos se deram em contextos completamente diferentes ou Lula não entendeu nada.

Para citar uma só diferença: antes, havia a tal de Guerra Fria, conflito ideológico com ramificações em todo o planeta. Hoje não. Há apenas uma guerra de gangues pelo poder e/ou pelo bútum. Dessa diferença, nasce outra: os ataques a Getúlio e a Jango vinham, sempre, da oposição. Hoje não. Todos nasceram no regaço generoso da coalizão governista.

Passemos ao vice-presidente, que até parece um bom homem, mas perdeu seu samba de uma nota só na crise. Já não fala dos juros nem de nada.

Pulemos Severino Cavalcanti, que é o despautério eleito presidente da Câmara dos Deputados. Um primitivo, que, a cada vez que se ausenta da Câmara, preenche uma lacuna.

Resta Renan Calheiros, o presidente do Senado, que, comparativamente, é uma ilha de sensatez. Mas não dá para esquecer que foi um dos políticos que ajudou a vender ao país uma fraude chamada Fernando Collor de Mello (a propósito: éta paisinha ávida por comprar fraudes, hein?). Pior: sabia quem era Collor, ao contrário dos eleitores.

Ah, tem também o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, que rejeita críticas do PT ao governo do PT, porque o PT tem "baixa credibilidade". Mas Bernardo também é do PT. Logo, tampouco tem credibilidade, por sua própria lógica.

Ainda assim, fica no cargo. Um fantasma a mais ou a menos não faz mesmo diferença.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para um breve comentário baseado na matéria intitulada “Sem vontade de gastar”, publicada no jornal **Correio Braziliense** do último dia 29 de agosto do corrente.

Os dados do Tesouro Nacional mostram que o atual governo investe cada vez menos, embora as necessidades sociais e de infra-estrutura do país sejam imensas. Segundo o economista Amir Khair, “o governo

investe muito pouco. E o pior é que o limite autorizado, já bastante pequeno, nem é efetivamente cumprido”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR^a SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INVESTIMENTO

Os investimentos federais, que já vinham devagar, ficaram ainda mais lentos, segundo dados do Tesouro Nacional. Empenho dos recursos disponíveis caiu de 52% no ano passado, para 41% em 2005

Sem vontade de gastar

RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

Orítmico de investimentos do governo federal, que já vinha ruim, caiu neste ano. Os números da Secretaria do Tesouro Nacional mostram que, embora as necessidades sociais e de infra-estrutura do país sejam imensas, os passos do poder público na hora de investir são muito lentos. No acumulado no ano passado até julho, o governo havia contratado 52,55% dos investimentos autorizados e efetivamente pago apenas 11,81%. Neste ano, os recursos empênhados correspondem a 41,57% do limite permitido, e os pagamentos somaram 12,76%.

O último decreto de programação orçamentária e financeira estabeleceu uma dotação de R\$ 13.018 bilhões para investimentos em 2005. Até agora, o governo comprometeu R\$ 5.412 bilhões com o cronograma das obras e projetos e só liquidiou R\$ 1.661 bilhão. Além disso, não há garantia de que os projetos já contratados sejam levados até o final. Há duas serratas, por exemplo, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão cancelou R\$ 500 milhões em dotações empênhadas em 2004, impedindo o fim dos próje-

tos, mas abrindo um pouco mais de espaço para os gastos neste ano.

“O governo investe muito pouco. E o pior é que o limite autorizado, já bastante pequeno, nem é efetivamente cumprido. Um Estado do tamanho do brasileiro e que precisa lidar com as pretensões e problemas deste país, que não são poucos, deveria estar investindo em torno de R\$ 50 bilhões por ano”, afirma o economista Amir Khair, especialista em contas públicas. Segundo ele, o ritmo atual está muito devagar e pode não haver tempo hábil para que as obras de infra-estrutura licitadas no primeiro semestre sejam concluídas dentro do cronograma.

Área crucial para um governo que se pretende de esquerda, o Ministério da Saúde conseguiu liquidar apenas 3,7% dos investimentos previstos para este ano. A situação na educação não é muito melhor, com um nível de execução de 8,3%. O Ministério dos Transportes, responsável pela recuperação e construção de estradas, executou só 11%. Encarrega-

do de programas também sensíveis para o governo, os ministérios da Integração Nacional e das Cidades utilizaram, até agora, 6,4% e 15,9% dos recursos disponíveis no ano. O órgão que se sai melhor na fotografia é o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que cuida dos assentamentos de trabalhadores sem-terra, com um grau de uso de 56,7%.

Para Khair, o governo investe pouco porque gasta muito com o pagamento dos juros sobre a dívida. A conta absorve R\$ 1.28 bilhões no ano passado e deve chegar a R\$ 1.70 bilhões neste ano. Cada ponto percentual de au-

mento na Selic (taxa básica de ju-

66
O GOVERNO INVESTE MUITO POUCO. E O PIOR É QUE O LIMITE AUTORIZADO, JÁ BASTANTE PEQUENO, NEM É EFETIVAMENTE CUMPRIDO



*Amir Khair,
economista especialista em
contas públicas*

MARCHA LENTA

Gastos do governo com investimentos nos principais ministérios*
(em R\$ milhões)

	Autorizado	Empenhado	Liquidado
Fazenda	526.342	150.802	117.809
Educação	699.588	136.514	157.932
Minas e Energia	18.870	7.622	3.333
Saúde	2.627.600	281.127	97.125
Transportes	3.828.872	2.537.191	422.254
Desenvolvimento Agrário	1.043.400	736.007	591.564
Defesa	954.876	523.671	178.274
Integração Nacional	905.366	350.872	157.470
Cidades	471.700	341.498	75.215
Ciência e Tecnologia	655.115	94.296	56.333
TOTAL DO GOVERNO	13.018.301	5.412.677	1.661.690

*Acumulado até julho

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

ros) custa aos cofres da União o equivalente a quase toda a previsão de investimentos. Assim, não tem orçamento que agüente. Os juros altos são o principal entrave ao aumento do nível de investimentos públicos", garante. Depois de nove meses consecutivos de alta, a Selic permanece estacionada em 19,75% ao ano desde maio.

Com a expectativa de redução da Selic a partir do mês que vem, as atenções do governo se voltarão todas para a política fiscal. O Tesouro tem controlado com rigor o caixa para cumprir a meta de superávit primário (economia para pagar os juros da dívida). Na verdade, o resultado tem sido até bastante superior ao exigido pela lei. Até julho, o Tesouro produziu um saldo positivo de R\$ 44,948 bilhões, o equivalente a 4,10% do Produto Interno Bruto (PIB). O

volume é 13,22% superior à meta intermediária que só deveria ser alcançada no final deste mês. Da metade de 4,25% do PIB para todo o setor público (União, estados, municípios e estaduais) neste ano, o governo federal só é responsável por 2,38% do PIB.

Em outras palavras, há muita gordura para queimar daqui até o final de dezembro. Para Khair, é natural que o superávit seja mais forte no primeiro semestre, quando a arrecadação é maior e as despesas, menores. No segundo semestre, as licitações de obras e serviços feitas no início do ano começam a produzir efeitos práticos,

cos, com o desembolso dos recursos. Além disso, há o pagamento do 13º salário do funcionalismo público.

A economista

Selene Peres Nunes, assessora de Política Fiscal e Orçamentária do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), considera que o ajuste fiscal está fundamentado no corte de investimentos. Selene reclama da falta de transparência dos critérios do governo para definir os programas atingidos. "O governo não torna público os projetos que têm recursos contingenciados. A gente só fica sabendo no final do ano, olhando o percentual efetivamente executado de cada programa", queixa-se.

A sistemática na utilização das

verbas do orçamento esconde uma lógica perversa de manipulação política, acusa Selene. Segundo a economista, o governo faz uma retenção excessiva nas despesas no início do ano e vai liberando recursos aos poucos em momentos de dificuldade política. "Os cortes de verbas são moeda de troca política para manter o Congresso sob controle. Primeiro, se contingencia tudo. Depois, vêm as liberações de recursos para emendas parlamentares", afirma. Por isso, o nível de execução dos investimentos é tão baixo no início do ano e vai crescendo nos últimos meses." Com a crise econômica, o governo libertou R\$ 1 bilhão há duas semanas na auge da crise política. Ainda existem R\$ 14,2 bilhões em gastos suspenso no Orçamento.

Prioridades desatendidas

No que depender dos investimentos do governo federal, as cidades brasileiras vão continuar na escuridão, inseguras e poluídas. A rica vegetação do país está ameaçada de virar um deserto, as crianças podem dar adeus à possibilidade de ter um ensino de qualidade,

e os trabalhadores sem-terra devem tratar de arrumar dinheiro em outro lugar para financiar o plantio. Por fim, o contribuinte que constre os bolsos, porque o leão do Imposto de Renda está afiando as garras.

A situação nada agradável emerge da análise fria dos investimentos do governo por programa, dados colhidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi). Até o dia 20 de agosto, o programa Luz para Todos havia cumprido ape-

nas 7,3% da dotação prevista para o ano. As ações na segurança pública não se saem muito melhor. A execução do projeto de modernização do sistema penitenciário foi de 8,7%; a do sistema único de segurança pública, de 4,2%; a do combate ao crime transnacional, de 14,4%; e a da modernização da Polícia Federal, de 3,3%.

O retrato negativo continua nas áreas ambiental e social. O governo gastou apenas 1,8% do previsto para o ano no programa de sanea-

mento ambiental urbano, 0,6% no combate à desertificação e 1,7% do crédito fundiário. O desenvolvimento do ensino fundamental tem um limite de gastos de R\$ 1,152 bilhão para o ano, mas até agora só gastou efetivamente R\$ 171,784 milhões, o equivalente a 15%. Para o território contribuinte, a Receita Federal dispõe de polpudos R\$ 3.805 bilhões para modernizar a máquina tributária neste ano e já usou R\$ 1.661 bilhão (43,6%). (RA)

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Coerência, PT”, publicada na seção “Opinião” do jornal **Correio Braziliense** do último dia 19 de agosto do corrente.

O texto mostra a total incoerência do Partido dos Trabalhadores que, durante 25 anos, hasteou a bandeira da ética e da moralidade. “No governo, o PT deu provas de incoerência. Sem projetos, não cumpriu promessas de campanha. Saúde, educação, segurança, estradas pedem socorro. A máquina pública, inchada e incapaz de apresentar resultados sobretudo na área

social, longe está da administração moderna por que os brasileiros votaram. Desde o escândalo Waldomiro Diniz, o presidente se perde em discursos populistas e estéreis”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

24

OPINIÃO

VISÃO DO CORREIO

Coerência, PT

Coerência é nexo, lógica, conexão. Recebe o selo de coerente a pessoa ou grupo que harmonizam palavras e ações. Fazem o que pregam. Opõem-se aos incoerentes. "Faça o que eu digo, não o que eu faço", apregoam eles. A observação vem a propósito da nota da Executiva do PT distribuída na quarta-feira.

O partido pede escusas pelo envolvimento de importantes líderes da legenda no esquema operado pelo empresário Marcos Valério. Frisa que os atos ilícitos, levados avante sem conhecimento das instâncias petistas, causaram constrangimentos para a agremiação e o governo. Também faz críticas à orientação da economia conduzida por Antonio Palocci. Mais: defende abrangente reforma política, com financiamento público de campanhas e redução dos custos da eleição.

O informe veio à luz quatro dias depois do frustrante discurso feito pelo presidente da República na Granja do Torto durante a reunião ministerial realizada há uma semana. Na oportunidade, Luiz Inácio Lula da Silva disse que o PT e o governo deviam desculpas ao povo brasileiro. Sem usar a primeira pessoa, recorreu a forma enviesada de falar sem dizer. Não admitiu, assim, a responsabilidade pelo mar de corrupção que envergonha o país. A estratégia foi tão decepcionante que se cogitou a hipótese de novo pronunciamento, ao final não concretizado.

Embora com atraso, o pedido de desculpas constitui um avanço. Mas não é suficiente. Há necessidade de castigar exemplarmente os responsáveis.

Até o momento, apesar da avalanche de denúncias, de depoimentos comprometedores e de documentos comprobatórios, ninguém foi punido de fato. Por pressão interna, licenciaram-se o presidente José Genoino, o tesoureiro Delúbio Soares e o secretário de Comunicação Marcelo Sereno. Sílvio Pereira, secretário-geral, apanhado em manobras de tráfico de influência e presenteado com uma Land Rover, desfilhou-se. Só.

É importante ir além das palavras. No governo, o PT deu provas de incoerência. Sem projetos, não cumpriu promessas de campanha. Saúde, educação, segurança, estradas pedem socorro. A máquina pública, inchada e incapaz de apresentar resultados sobretudo na área social, longe está da administração moderna por que os brasileiros votaram. Desde o escândalo Waldomiro Diniz, o presidente se perde em discursos populistas e estéreis.

Os militantes e a sociedade exigem coerência do partido. Os fatos que têm vindo à tona constituem golpe quase mortal na legenda que em 25 anos hastiou a bandeira da ética e da moralidade. Daí a frustração. O mar de lama não custou a cabeça de nenhum envolvido. O Campo Majoritário, grupo que dirige o PT há dez anos, detém mais de 60% do Diretório Nacional.

Com o agravamento da crise, o presidente Lula deslocou dois ministros — o da Educação e o do Trabalho — para assumir a direção do partido. Mas José Dirceu mantém o poder de fato. Sem profunda reformulação nos intestinos petistas, a incoerência vingará. E o Partido dos Trabalhadores perderá a guerra.

O SR. LUIZ SOARES (S/Partido – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo de intitulado “A grande lambança”, de Carlos Heitor Cony, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de 14 de agosto do corrente.

Segundo o artigo é evidente que o Presidente Lula sabia dos escândalos do seu partido apesar de dizer que não em seu discurso. Contudo, o autor diz que “continua achando que o Lula não é desonesto e muito menos ladrão. Mas não está de todo inocente na sucessão de escândalos que causa a sua indignação e, em grau mais elevado, a indignação de todos nós.

É necessário e urgente, que ele explique o que houve com o governo do qual é Presidente e com o partido do qual é fundador. Deve também explicar-se”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ SOARES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARLOS HEITOR CONY

A grande lambança

RIO DE JANEIRO - Volto a comentar o discurso presidencial da última sexta-feira. Além do plural majestático, que ontem destaquei, Lula falou em “arregançar as mangas” e em “desdobrar esforços”. Tudo bem, o povo entende o que é isso — já é alguma coisa. Mas pouca gente entendeu quando ele falou dos escândalos “dos quais nunca tive conhecimento”. Na melhor das hipóteses, teria passado recibo de cegueira política e funcional.

Evidente que mentiu. Conhecimento ele teve, não se sabe em que grau, mas teve. Além dos numerosos testemunhos de pessoas que com ele falaram sobre as irregularidades nas entradas do seu partido e do seu governo, todos sabemos que Lula é inteligente, não um inteligente bobo, mas um inteligente esperto.

No caso da aliança com o PL, por exemplo, um partido sem nenhuma afinidade ideológica e operacional com o PT, ele devia se perguntar por que diabos iriam juntos para a campanha eleitoral. Mesmo descartando como ressentidas ou mentirosas as

revelações do ex-deputado Costa Neto, a história do suborno “makes sense”, faz sentido.

A opulência do marketing que o cercou, os impressionantes recursos que pagaram a milionária —e até luxuosa— campanha que o levou ao poder não podiam sair da “militância” petista, que é boa de rua e comício, mas ruim de pecúnia. Em nenhum momento Lula teria estranhado os jatinhos, as comitivas, o espaço generoso nas TVs, a produção sofisticada dos programas? Ex-pobre, o presidente Lula deve conhecer aquele ditado de que o pobre desconfia quando vê muita esmola.

Continuo achando que Lula não é desonesto e muito menos ladrão. Mas não está de todo inocente na sucessão de escândalos que causa a sua indignação e, em grau mais elevado, a indignação de todos nós. É necessário, e urgente, que ele explique o que houve com o governo do qual é presidente e com o partido do qual é fundador. Deve também explicar-se.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nos últimos dias, tivemos a infelicidade de ouvir do Presidente Lula algo sinceramente inadequado, mas, não obstante, ratificado pelo Ministro Jaques Wagner em entrevista ao jornal **O Globo**.

O que vi e ouvi estarrece a Nação, diante do estado de coisas que nos infelicitam: é a intenção do Presidente Lula de se candidatar novamente, na eleição de 2006, a mais um mandato. Quer se reeleger. Mas os brasileiros não o querem.

Nada contra a iniciativa do Presidente e de seu Ministro, até porque essa idéia pouco feliz tem respaldo em todos os dispositivos legais, garantida, inclusive, na nossa Constituição.

O que surpreendeu, na verdade, foi o fato que motivou o presidente a tomar tal decisão.

Disse o Presidente na última sexta-feira: "Se o PT estiver muito mal, se o governo estiver apanhando de tudo quanto é lado, vou ser candidato para defender o PT e o meu Governo. Aí não tem jeito". Abilolou geral!

Ora presidente!

Seus eleitores e o povo brasileiro não agüentam o repeteco. Repeteco, só uma vitória na Copa do Mundo. Pára de demagogia! Governe! Tire o País do marasmo. Ao menos conduza o País com alguma paz até o dia do seu adeus. *Ademain*, Lula! O dia 31 de dezembro de 2006 vai chegar logo.

Vossa excelência venceu o pleito de 2002 graças a uma estratégia de Marketing de Duda Mendonça que, acreditamos, não mais o acompanhará no próximo ano. E as novas alterações não vão permitir presepadas.

A não ser que sejam buscadas novas fontes para financiamento de campanha, pois não acredito que o Duda Mendonça aceitará embarcar novamente na canoa furada do Caixa Dois de Delúbio, Marcus Valério, PT etc... pagos no exterior por fontes desconhecidas, como revelou o próprio Duda Mendonça em depoimento na CPI.

Depois de 32 meses de Lula no comando da Nação, vemos, um País parado, com o nível de execução do orçamento de investimentos não superior a 50%, apesar de termos ultrapassado mais de dois terços do ano. É evidente o imobilismo do governo petista e do presidente Lula em função da falta de projetos e do lamaçal de corrupção.

Portanto, Sr. Presidente, Vossa Excelência até pode ser candidato sim, mais uma vez, mas com um

programa que o senhor ainda não apresentou a nação apesar dos 32 meses de governo.

Ser candidato apenas para defender o PT é muito pouco. Tenha dó! O povo brasileiro não merece isso. Plagiando Vossa Excelência, nunca se viu nesse país proposta tão desonesta. Tão indecorosa.

Apresente um projeto para o país e seja candidato mais uma vez, Presidente.

Se bem que no lamaçal de irregularidades que está envolvido seu governo, duvido muito que Vossa Excelência tenha tempo suficiente para pensar num programa de governo para o Brasil.

Como bem denunciou a Revista Veja desta semana, as reuniões matinais no Palácio do Planalto, instituídas depois da mini-reforma ministerial, somente conseguem reunir energia para tentar combater as denúncias. Se conseguir.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria também de dizer que o Presidente Lula tem um programinha de rádio, acho que semanal. Hoje, foi dia do Café com o Presidente, que sempre é mais doce do que o café amargo da realidade vivida pelos seus ouvintes Brasil adentro.

No programinha ou fora dele, Lula é useiro e vezeiro em mexericadas, sempre que vem a público, como esta manhã. Sem nada para anunciar, sem projetos, sem planos, mistura tudo na tentativa de proclamar que as coisas vão bem. Nem há o que comemorar.

Lula acha que está tudo cor de rosa e, como se tivesse um baita bule de café, festejou o crescimento da economia brasileira, demonstrado pelo aumento de 1,4% do PIB (Produto Interno Bruto), que se registrou no segundo semestre de 2005.

Neste mesmo 2005, segundo a Unctad, que é o órgão que analisa o crescimento e o comércio da ONU, as cifras são desoladoras.

Em 2005, explica a Unctad, o Brasil será a economia com o menor crescimento entre os principais países da América Latina e um dos piores entre os países emergentes.

Isso alegra? Claro que não. Mas claro que isso é real. Não vamos, pois, dar uma de avestruz e fingir que a nossa economia está ótima.

O Presidente apregoa um mundo Brasil maravilho sempre que destrava a torneira da falação, misturando vários objetos, de animais e coisas, uma verdadeira balbúrdia que não resiste a uma análise mais séria.

Piores que os arreganhos de Lula são as tentativas de seus Ministros da área econômica, que preferem dançar a música do Presidente, renegando os dados de organismos sérios como os da ONU.

A Unctad vem e diz: o Brasil vai crescer só 3% em 2005. O Ministro Luiz Fernando Furlan, da Indústria e Comércio Exterior, vem e corrige: O Brasil vai crescer mais de 4%.

Difícil é imaginar que o povo possa acreditar mais no que o Governo daqui apregoa do que nos dados mais confiáveis, como os da ONU/Unctad.

Mesmo que o Ministro tivesse razão, ainda assim, as projeções da ONU não tiram o Brasil do Governo Lula da triste posição que lhe reserva o balanço final de 2005, o do País que terá o menor crescimento da América Latina.

Os dados não nos alegram, mas não há como fugir dessa realidade. A realidade é a do bule furado. O Brasileiro vira, vira, se vira, e nada!

Enquanto a previsão coloca o Brasil com os 3% da ONU ou mesmo no índice mais otimista do Ministro Furlan, a Argentina aparece com um crescimento previsto de 7,5%, o dobro do esperado para nós. A Venezuela figura com 8% e o Chile com 6%. Superiores ao Brasil aparecem o Uruguai, Peru, Bolívia e Paraguai.

Por que então acenar para o virtual?

Sr. Presidente, estou anexando a este pronunciamento o noticiário sobre o Café do Presidente, para que o historiador do amanhã tenha elementos para avaliar o real e o virtual desse Governo do Quatriênio Perdido.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou nesta segunda-feira, durante o programa de rádio "Café com o Presidente", transmitido pela Radiobras, o crescimento da economia brasileira, demonstrado pelo aumento de 1,4% do PIB (Produto Interno Bruto) no segundo trimestre de 2005.

"Nós estamos vivendo um momento muito bom na economia. Apesar da turbulência política, a sociedade brasileira comprehende que a economia precisa dar certo porque, dando certo a economia, vai dar mais certo ainda a vida dos 186 milhões de brasileiros", disse Lula.

O resultado do PIB foi divulgado na última quarta-feira pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Lula comentou ainda os resultados favoráveis da balança comercial, também divulgados na semana passada, cujo saldo positivo (superávit) cresce ao ritmo de 29,5% ao ano.

"Nós tivemos um crescimento extraordinário na nossa balança comercial desde maio, quando nós chegamos a US\$ 9,8 bilhões, depois nós fomos a US\$ 10 bilhões em junho, US\$ 11 bilhões em julho repetimos US\$ 11,348 bilhões em agosto, numa demonstração de que valeu a pena a gente fazer todas as viagens que fizemos", afirmou o presidente.

O presidente disse que é preciso convencer os empresários brasileiros a viajarem e convidar mais empresários estrangeiros para viajar pelo Brasil, a fim de aumentar as relações comerciais do país.

Os resultados positivos da balança comercial, segundo Lula, podem significar maior produção industrial e um crescimento do nível de emprego, comércio e da distribuição de renda.

"Só para se ter uma idéia, o poder de compra do povo mais pobre também tem aumentado. Há um ano, o trabalhador precisava de 67% do salário mínimo para comprar uma cesta básica, hoje ele está comprando uma cesta básica por 54% do salário mínimo, o que é um ganho efetivo para o trabalhador brasileiro. A inflação está controlada e o que é mais importante: o emprego está crescendo", disse Lula.

O presidente falou ainda das políticas sociais de seu governo, como a alfabetização de pessoas e o programa Bolsa Família, que deverá alcançar a marca de 8,7 milhões de pessoas atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 9 minutos.)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

5-9-2005

segunda-feira

09:00 – Abertura do Seminário Internacional:
Proposta para um novo modelo de persecução criminal – combate à impunidade

Auditório do Superior Tribunal de Justiça – SAF Sul, quadra 4 lote 6 trecho 3.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 125 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o Presidente da Comissão Especial, instituída pela Portaria da Diretoria-Geral, nº 121, de 2005, destinada a realização do inventário geral dos bens permanentes do Senado Federal, a nomeação de 10 servidores para atendimento do que estatui o art. 6º, do Ato nº 9 de 2005, da CODIR e o gerenciamento dos levantamentos realizados, da emissão das listas de cargas patrimoniais e da emissão e coleta de assinaturas nos termos de responsabilidade gerados.

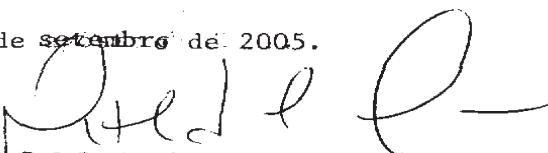
Art. 2º - Os servidores nomeados serão assim distribuídos: 03 servidores para dar suporte os serviços no âmbito do SEI - Prodases; 03 servidores para dar suporte os serviços no âmbito da SEEP; 04 servidores para dar suporte aos serviços no âmbito do Senado Federal.

Art. 3º - Os servidores serão remunerados no nível II, conforme Decisão da Comissão Diretora do Senado Federal de 30 de setembro de 2003.

Art. 4º - A vigência da nomeação será a mesma da Portaria do Diretor-Geral, nº 121, de 2005.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 02 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA**DIRETOR-GERAL****PORTARIA DO DIRETOR-GERAL****Nº 126 , DE 2005**

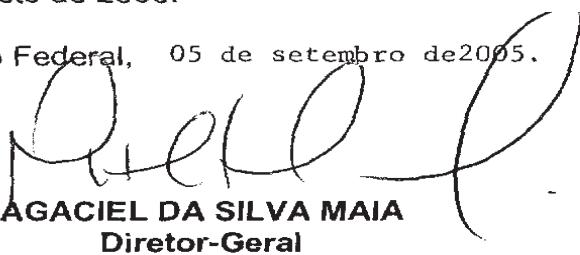
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Designar para integrar a Comissão de Segurança, de que trata a Portaria do Diretor-Geral nº 53, de 2005, os servidores Paulo Mendonça, matrícula 44298 e Senio Luiz Todeschini, matrícula 49752, respectivamente, em substituição aos servidores José Wellington Alves Monte Amado, matrícula 50511 e Everaldo Bosco Rosa Moreira, matrícula 52398.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 127 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

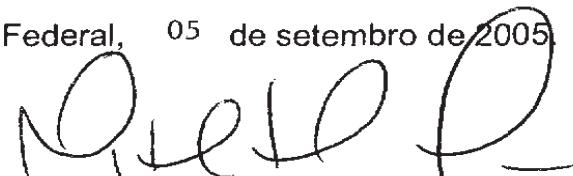
R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 54, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal.

II – Designar o servidor o servidor Francisco José Vasconcelos Zaranza, matrícula 50146, para integrar a presente comissão, e representar o Coordenador Agnaldo Scárdua, matrícula 40682, em seus eventuais impedimentos e/ou afastamentos.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 128 , DE 2005

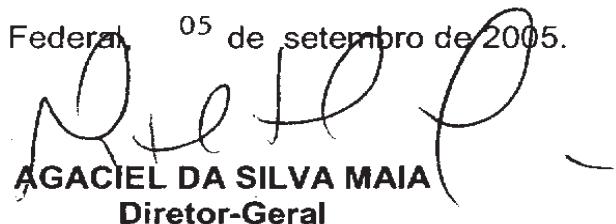
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata Portaria nº 102, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de organizar e promover o leilão de bens inservíveis, ociosos e antieconômicos do Prodasel e do Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 129 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Autorizar a recondução dos trabalhos da Comissão de Tomada de Contas Especial, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, em observância aos termos da Informação nº 528/2005 – SSADCON/SCINT/DF, de 23 de agosto de 2005.

II – Designar o servidor Renato Jorge Brown Ribeiro, matrícula 5585-5-SF, para integrar a presente comissão, em substituição a servidora Antonia Maria Lustosa Puga Martinez, matrícula 4997-SEEP.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 130 , DE 2005

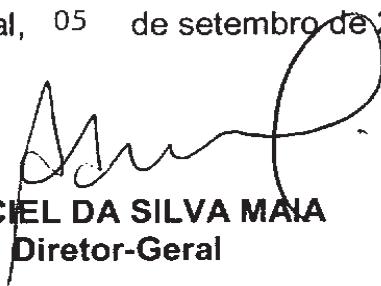
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo de para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria nº 081, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implementar os trabalhos de conferência e correção das informações constantes no banco de dados do histórico funcional dos pensionistas civis, do IPC e dos ex-servidores.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 131 , DE 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regulamentares,

RESOLVE:

Designar o servidor **Paulo Malheiro da Rocha Pinto**, matrícula nº 3658, para integrar a Subcomissão Técnica Especial, criada pela Portaria nº 10/2005 e prorrogada pela Portaria nº 104/2005, com efeitos a partir de 1º/09/2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 3445 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 2354/05-5, resolve DECLARAR aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, a partir de 19 de julho de 2005, DEOCLIDES FONSECA DE ALMEIDA, matrícula 29698, Técnico Legislativo, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 187, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3446 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013666/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor JAVAN MARQUES DA SILVA, matrícula 50183, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Informações da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 01 de setembro de 2005, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3447 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013662/05-8,

RESOLVE dispensar a servidora ENY JUNIA LIMA CARVALHO, matrícula 29571, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Especial de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Produção Jornalística e Arte da Secretaria Jornal Senado, a partir de 25 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3448 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013710/05-2,

RESOLVE dispensar a servidora BEATRIZ ELIZABETH CAPORAL G. DE REZENDE, matrícula 20907, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Lidrança do PTB, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 02 de setembro de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



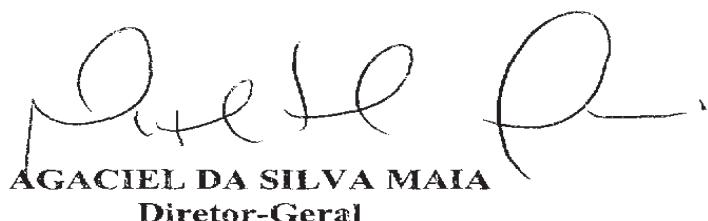
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3449 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013396/05-6,

RESOLVE dispensar a servidora GLAUCENI NUNES DE SOUSA HOFFMANN, matrícula 47858, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aelton Freitas, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 29 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3450 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013193/05-8,

RESOLVE dispensar o servidor CLÁUDIO MANUEL ABRAHÃO TOLENTINO, matrícula 32818, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Planejamento e Controle da Subsecretaria de Planejamento e Controle de Contratações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Expediente, a partir de 24 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3451 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013046/05-5,

RESOLVE dispensar a servidora OLGA MARIA PRETTI HAYNES, matrícula 44717, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Gilberto Goellner, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sérgio Guerra, a partir de 22 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3452 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013563/05-0,

RESOLVE designar a servidora JANE RIBEIRO DE ALMEIDA, matrícula 38493, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 31 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3453 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor CLEMILTON BARROS DE MORAES TRINDADE, matrícula 40979, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de julho de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3454 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor LUIZ EDUARDO OLIVEIRA DEL BOSCO, matrícula 38560, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de julho de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



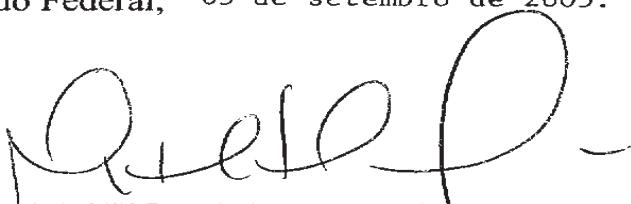
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3455 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ DUARTE DA SILVA, matrícula 27902, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de julho de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3456 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor CRISPIM DE OLIVEIRA, matrícula 19917, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de julho de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



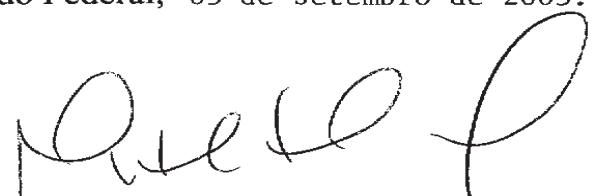
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3457 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE designar o servidor LUIZ CARLOS MUNHOZ MEIRA, matrícula 26454, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 17 de agosto de 2005.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3458 , DE 2005

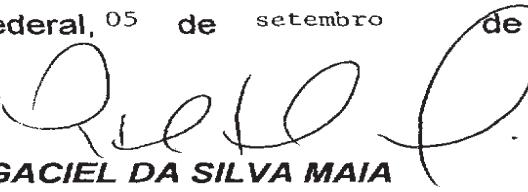
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA CRISTINA PEDRINHA DE LIMA, matrícula nº 49119, e ANA CLÁUDIA COSTA BADRA, matrícula nº 37520, como gestoras titular e substituta, respectivamente, do Processo nº 013397/05-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de setembro de 2005.

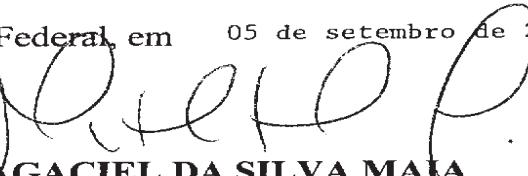

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3459 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013463/05-5**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **FELIPE PASQUALOTTO**, matrícula n.º 185027, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3460 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013636/05-7**,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **EDUARDO VERAS DE VASCONCELOS**, matrícula nº 187784, ocupante do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PMDB para o Gabinete do Senador Ney Suassuana.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

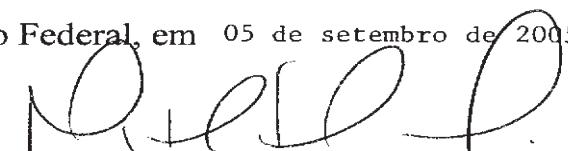

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3461 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013460/05-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARINES BIASI**, matrícula nº 185015, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

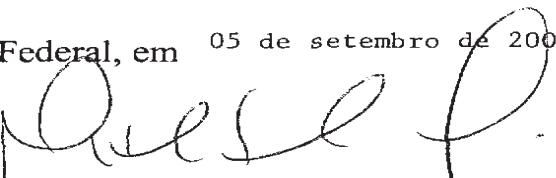

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3462 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013459/05-8**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ROSILENE GOMES DA SILVA**, matrícula n.º 191556, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3463 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013461/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELIANE BOEING**, matrícula n.º 178886, de Assistente Parlamentar, AP-2, para o de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



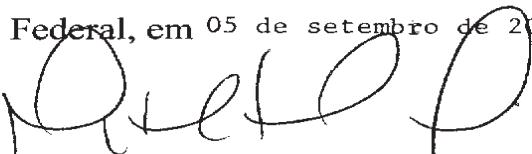
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3464 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013637/05-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARIA LUCIA DE FÁTIMA PIRES BITTENCOURT**, matrícula n.º 171790, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3465 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013656/05-8**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANTÔNIO FLÁVIO SANTOS DUARTE**, matrícula n.º 173219, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



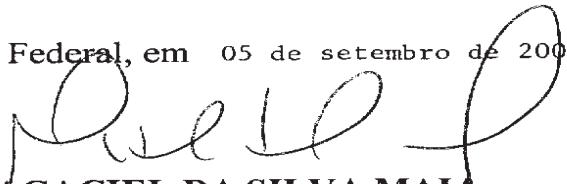
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3466 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013647/05-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCONI CARDOSO NESTOR PEREIRA**, matrícula n.º 174820, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

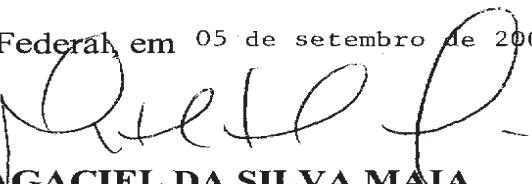

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3467 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013556/05-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULA MESCHESI OLIVEIRA SOUZA**, matrícula n.º 165715, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 31 de agosto de 2005.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

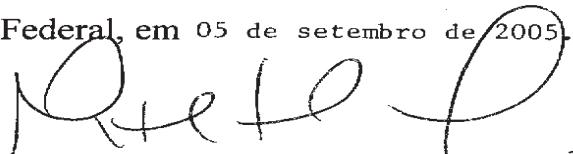

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3468 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.586/05-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FAUSTO DE SOUZA FARIA**, matrícula n.º 166410, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Luiz Soares, a partir de 31 de agosto de 2005.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

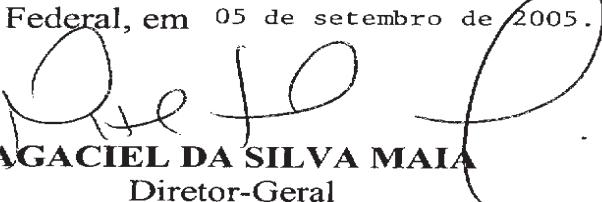

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3469 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.591/05-3**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ SILVIO MONTEIRO**, matrícula n.º 188223, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

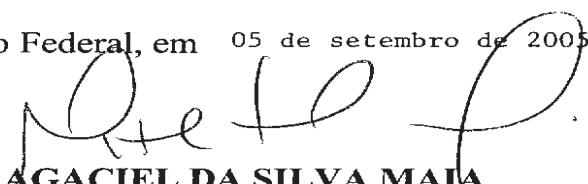

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3470 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013675/05-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIZ CARLOS MARTINS MESTRINHO DE MEDEIROS RAPOSO**, matrícula n.º 171466, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Luiz Otávio.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

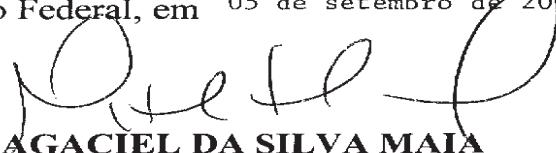

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3471 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.522/05-1**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **THOMAZ FONSECA MAYNARD GARCEZ**, matrícula n.º 166665, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

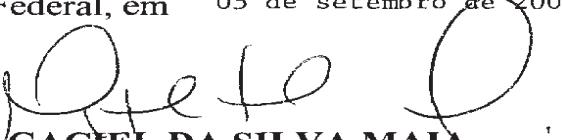

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3472 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.522/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO LEAL VIANA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3473 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013675/05-2**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SOFIA HELENA SALLES BENDELAK** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Otávio.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

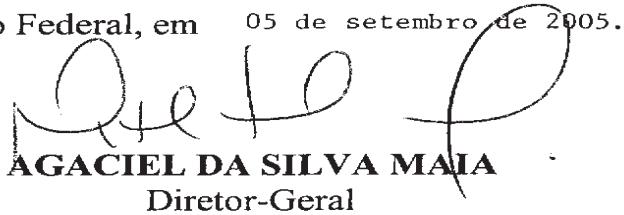

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3474 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.591/05-3**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLA PATRÍCIA GUIMARÃES BARROS XAVIER** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3475 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013638/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LOREDANA RAMOS LOPES CUNHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar,AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

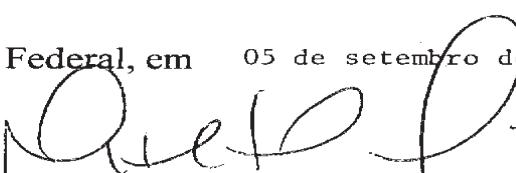

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3476 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013655/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DORLENE ALMEIDA DORNELLES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar,AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PL.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



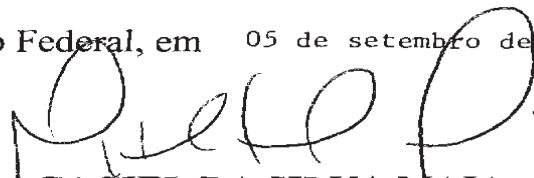
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3477 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013659/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PERSIDA BRAGA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar,AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Aelton Freitas.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



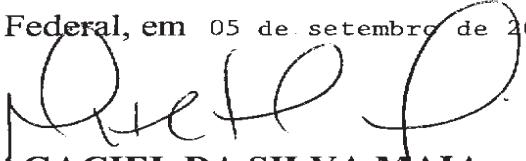
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3478 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013648/05-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS SALVADOR ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Magno Malta.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



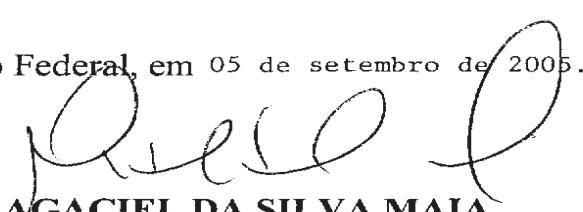
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3479 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013587/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ PEREIRA FILHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Luiz Soares.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



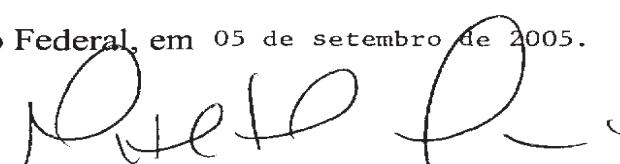
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3480 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013639/05-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSYANE FERREIRA DE MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PMDB.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



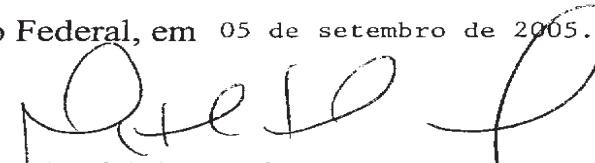
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3481 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013531/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSILENE MAGALHÃES DE SOUSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



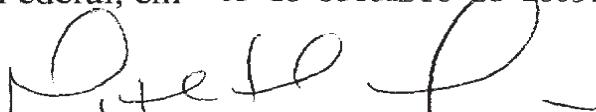
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3482 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.612/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO BATISTA BARBOSA DA SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3483 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013392/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDILSON CORDEIRO ALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

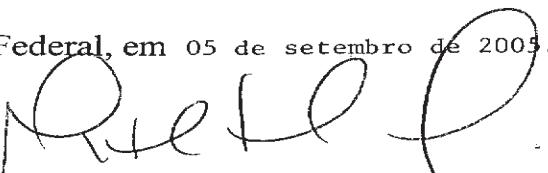

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3484 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013391/05-4**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANK WAY NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Octávio.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



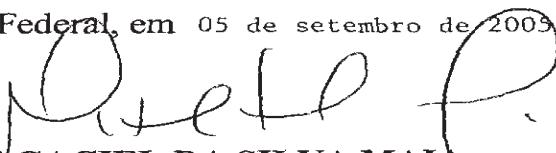
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3485 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013532/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MILENA LUNARDON CARCERERI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Flávio Arns.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.



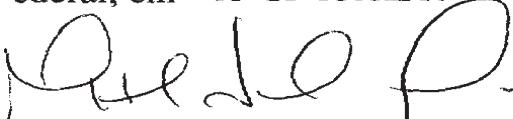
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3486 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013695/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JÚLIO CESAR SOUZA FONSECA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005.

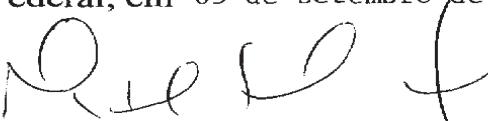

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3487 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013730/05-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADRIANA PATRICIA PEREIRA BEZERRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Senado Federal, em 05 de setembro de 2005,


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3488 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 1.509/2005-TCU-1ª Câmara,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 877, de 1996, que aposentou o servidor **JOSÉ CARLOS VIDAL**, para excluir a vantagem “opção” prevista no Ato do Diretor-Geral nº 148/1994, no artigo 193 da Lei nº 8.112/90 e no artigo 6º da Medida Provisória nº 1.160/95.

Senado Federal, em 5 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

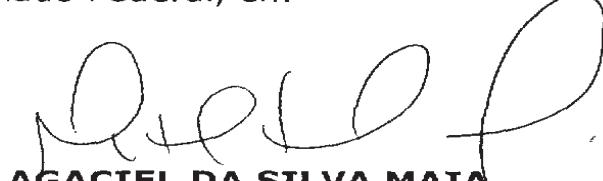
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3489 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Acórdão nº 1.509/2005-TCU-1ª Câmara,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 1029, de 1996, que aposentou a servidora **MARIA LUIZA PEREIRA ERVILHA**, para excluir a vantagem “opção” prevista no Ato do Diretor-Geral nº 148/1994, no artigo 193 da Lei nº 8.112/90 e no artigo 6º da Medida Provisória nº 1.160/95.

Senado Federal, em 5 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

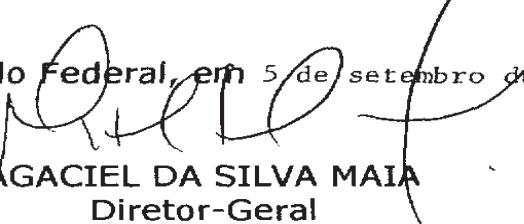
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3490 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 012.384/92-5.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 366/1992, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor **JUAREZ MENDES**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o mesmo foi considerado portador de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal em 04/08/2005, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 5 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

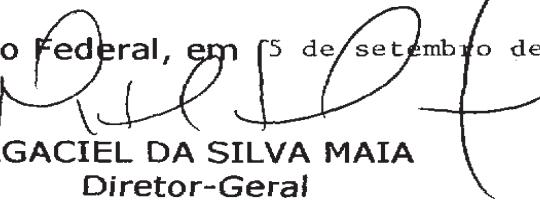
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 3491 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.273/90-9.

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 193/1990, que aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora **CARMELITA GONÇALVES RIBEIRO**, Analista Legislativo, Nível III, Padrão 45, para incluir o art. 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que a mesma foi considerada portadora de doença especificada em Lei, por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado Federal, tendo comprovado o diagnóstico em **24/02/2005**, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 5 de setembro de 2005.

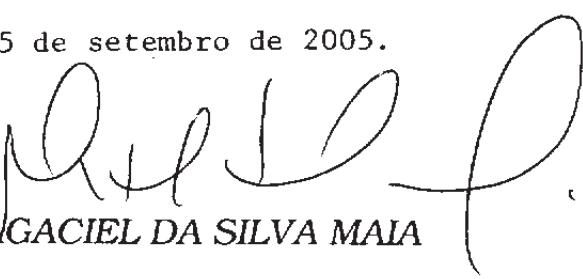

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 3492 , de 2005**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013424/05-0,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia ao Sr. SÉRGIO LUIZ ALAGEMOVITS, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia a ex-servidora LYGIA ABREU ALAGEMOVITS, matrícula 1081-ERGON, a partir da data do óbito, 12/08/2005.

Senado Federal, 5 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa	
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE		
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra	
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho	
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino	
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA		
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen	
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti	
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan	
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS		
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena	
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros	
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho	
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves	
PERNAMBUCO		BLOCO - PSB	Almeida Lima	
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares	
PFL	Marco Maciel	PSDB	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho	
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio	
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres	
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PDT	Alvaro Dias	
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns	
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias	
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE		
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana	
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior	
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado	
PFL	Demóstenes Torres	PDT	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca	
MATO GROSSO		PMDB	Delcídio Amaral	
Sem Partido	Luiz Soarez	PDT	Ramez Tebet	
PFL	Gilberto Goellner	PP	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	BLOCO - PT	Valmir Amaral	
RIO GRANDE DO SUL		PFL	Cristovam Buarque	
PMDB	Pedro Simon	PSDB	Paulo Octávio	
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSB	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Eduardo Siqueira Campos	
CEARÁ		PSDB	Nezinho Alencar	
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha	
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PDT	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	BLOCO - PSB	José Sarney	
PARAÍBA		PMDB	João Capiberibe	
PMDB	Ney Suassuna	PMD	Papaléo Paes	
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PDT	Amir Lando	
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide	
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp	
PMDB	Gerson Camata	PTB	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PDT	Mozarildo Cavalcanti	
PIAUÍ		PMDB	Augusto Botelho	
PMDB	Alberto Silva	RORAIMA		
10-8-2005				

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Philippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Deputado AROLDO CEDRAZ

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 136 PÁGINAS